



Programa de Pós-Graduação em
LINGUÍSTICA

**GRADUALIDADE E DEPENDÊNCIA DE PERSPECTIVA NOS
ADJETIVOS DO PORTUGUÊS BRASILEIRO**

São Carlos
2024



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

**Gradualidade e dependência de perspectiva
nos adjetivos do português brasileiro**

Marina Nishimoto Marques

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de São Carlos como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Linguística

Orientador: Prof. Dr. Renato Miguel Basso

São Carlos
Novembro de 2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

Folha de Aprovação

Defesa de Tese de Doutorado da candidata Marina Nishimoto Marques, realizada em 29/11/2024.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Renato Miguel Basso (UFSCar)

Profa. Dra. Thayse Leticia Ferreira (UNESPAR)

Profa. Dra. Luciana Sanchez Mendes (UFF)

Prof. Dr. Marcelo Barra Ferreira (USP)

Prof. Dr. Dirceu Cleber Conde (UFSCar)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Linguística.

Resumo

Entre os adjetivos que encontramos nas línguas naturais, existem aqueles que predicam propriedades binárias dos objetos caracterizados por eles, como é o caso de ‘federal’, e aqueles que relacionam esses objetos a (um grau em) uma escala, como é o caso de ‘alto’ – esses últimos são os adjetivos escalares. Entre os adjetivos escalares, encontramos, ainda, aqueles que são relacionados a escalas objetivamente mensuráveis no mundo (como ‘alto’), e aqueles que devem ser relativizados à perspectiva de um falante para serem computados semanticamente (como ‘bonito’), pois se referem a propriedades que são atribuídas de forma diferente dependendo do falante (ou do indivíduo que julga a sentença). Os adjetivos escalares dependentes de perspectiva são o objeto de estudo deste trabalho, e os chamamos aqui de ‘adjetivos (escalares) subjetivos’. Nesta tese, investigamos algumas propriedades que diferenciam esses itens dos adjetivos graduais não subjetivos (com foco na dependência de perspectiva e na variação escalar não objetivamente mensurável) e delimitamos, com base nos dados do português brasileiro (PB), quais tipos de adjetivos se encaixam no grupo dos subjetivos. Além disso, mostramos como as especificidades dos adjetivos subjetivos diferenciam o comportamento deles de outros itens em ambientes de comparação e de modificação escalar.

Palavras-chave: Semântica. Adjetivos escalares. Dependência de perspectiva.

Abstract

Among the adjectives we find in the natural languages, there are those which predicate binary properties from the objects that are characterised by them (e.g. ‘federal’), and also those which relate said objects to (a degree in) a scale (e.g. ‘tall’) – the latter are the scalar adjectives. Among the scalar adjectives, we can find those who are related to objectively measurable scales in the world (such as ‘tall’), and those that must be relativised to the perspective of a speaker in order to be semantically interpreted (such as ‘beautiful’). This relativisation is necessary because these items talk about properties that vary in their distribution depending on the speaker (or on the individual that judges the sentence). Scalar adjectives that are dependent on perspective are this work’s focus, and will be called ‘subjective (scalar) adjectives’. In this thesis, we investigate some properties that differentiate those items from non-subjective scalar adjectives (especially perspective dependence and scalar variation which is not objectively measurable). Based on data from Brazilian Portuguese (BP), we determine what types of adjectives fit in the group of the subjective adjectives. Furthermore, we show how the peculiarities of the subjective adjectives make their behaviour different from other items when they find themselves in environments of comparison and scalar modification.

Key-words: Semantics. Scalar adjectives. Perspective dependence.

Lista de figuras

Figura 1 - Divisão do domínio adjetival.....	21
--	----

Lista de tabelas

Tabela 1 - Categorias adjetivais e suas características.....	58
Tabela 2 - Diferença entre adjetivos vagos e adjetivos subjetivos.....	86

Índice

Resumo.....	ii
Abstract.....	iii
Lista de figuras.....	iv
Lista de tabelas.....	v
Introdução.....	1
Capítulo 1 – A classe dos adjetivos subjetivos.....	4
1.1. Localização dos adjetivos subjetivos no domínio adjetival.....	5
1.1.1. Adjetivos escalares vs. não escalares.....	5
1.1.2. Adjetivos escalares relativos vs. absolutos.....	8
1.1.3. Adjetivos escalares relativos vagos vs. subjetivos.....	14
1.1.4. Considerações finais da seção.....	20
1.2. Propriedades e fenômenos dos adjetivos subjetivos.....	21
1.2.1. Variação escalar não mensurável objetivamente.....	21
1.2.2. Dependência de perspectiva.....	23
1.2.3. Multidimensionalidade.....	29
1.2.4. Considerações finais da seção.....	34
1.3. Adjetivos subjetivos: Uma proposta de classificação linguística.....	34
1.3.1. Adjetivos estéticos.....	35
1.3.2. Adjetivos morais (ou deônticos).....	38
1.3.3. Adjetivos epistêmicos.....	44
1.3.4. Considerações finais da seção.....	50
1.4. Considerações finais do capítulo.....	51
Capítulo 2 – Fenômenos relacionados ao tipo de variação escalar dos adjetivos subjetivos.....	53
2.1. Comparação.....	53
2.1.1. Comparação explícita entre dois elementos.....	54
2.1.2. Classes de comparação.....	58
2.1.3. Comparação intensional (ou relativização a um propósito).....	62
2.2. Modificação escalar.....	68
2.2.1. Intensificação escalar adjetivais por meios lexicais.....	68
2.2.2. Exclamativas-wh.....	72
2.2.3. Diminutivo.....	74
2.3. Considerações finais do capítulo.....	77
Capítulo 3 – Uma semântica escalar para adjetivos subjetivos.....	80
3.1. A semântica da variação escalar.....	80
3.1.1. Modelos semânticos que lidam com escalaridade.....	81
3.1.2. A comparação no modelo DelTCS.....	89
3.1.3. A modificação escalar no modelo DelTCS.....	94
3.1.4. Considerações finais da seção.....	100
3.2. A semântica da dependência de perspectiva.....	102
3.2.1. Abordagens semânticas que lidam com a dependência de perspectiva.....	102
3.2.2. O <i>faultless disagreement</i> na abordagem contextualista.....	106
3.2.3. O “juiz” na abordagem contextualista.....	108
3.2.4. Considerações finais da seção.....	115
3.3. A semântica dos adjetivos subjetivos.....	115
3.3.1. Uma abordagem semântica para adjetivos escalares subjetivos.....	116
3.3.2. Adjetivos subjetivos e comparação.....	119
3.3.3. Adjetivos subjetivos e modificação escalar.....	130
3.4. Considerações finais do capítulo.....	136

Considerações finais.....138
Referências.....141

Introdução

Entre os tipos de adjetivos que encontramos nas línguas naturais, há tanto aqueles que predicam propriedades objetivas do objeto, como ‘federal’ em (1a), quanto aqueles que predicam propriedades que são atribuídas ao objeto caracterizado de forma menos objetiva, como ‘bonita’ em (1b) e ‘alto’ em (1c):

- (1) a. A UFSCar é federal.
- b. A UFSCar é bonita.
- c. O Pico da Neblina é alto.

Em outras palavras, conseguimos saber as condições de verdade da sentença (1a) sem saber mais informações sobre o seu contexto de proferimento, afinal, ser (uma universidade) federal é uma propriedade que pode ser verificada objetivamente no mundo. Por outro lado, sem saber qual foi o contexto de proferimento das sentenças (1b) e (1c), não é possível avaliar se essas sentenças são verdadeiras ou falsas. Isso se dá porque, diferentemente do que ocorre com ‘federal’, o que é considerado bonito ou alto muda de acordo com o contexto de fala. Em outras palavras, (1b) e (1c) são sentenças que dependem do seu contexto de proferimento para serem interpretadas.

No entanto, o tipo de dependência contextual manifestado por adjetivos como ‘bonita’ é diferente daquele manifestado por adjetivos como ‘alto’. Uma maneira de tornar o uso de ‘alto’ mais preciso é delimitar os elementos (e suas alturas) com os quais o objeto caracterizado está sendo comparado para ser considerado alto. Esses padrões de comparação, fornecidos pelo contexto, farão com que a extensão de ‘alto’ seja diferente em cada contexto. Assim, considerando que o Pico da Neblina é a montanha brasileira mais alta, temos a impressão de que, em (2a), ele deve fazer parte da extensão de ‘alto’ e, portanto, a sentença deve ser verdadeira. No entanto, ao comparar esse mesmo objeto com um grupo maior de montanhas, muitas das quais são bem mais altas do que ele, como em (2b), temos a impressão de que a sentença pode ser considerada falsa, já que, agora, o padrão de comparação é maior do que em (2a).

- (2) a. Considerando as montanhas brasileiras, o Pico da Neblina é alto.
- b. Considerando as montanhas de todo o mundo, o Pico da Neblina é alto.

Por outro lado, mesmo definindo explicitamente parâmetros de comparação, a sentença em (1b), com ‘bonita’, não se torna objetiva, como podemos observar nos exemplos em (3):

- (3) a. Considerando as universidades brasileiras, a UFSCar é bonita.
- b. Considerando as universidades de todo o mundo, a UFSCar é bonita.

Mesmo que o padrão de comparação para ‘bonita’ esteja explicitado em (3a) e (3b), não temos todas as informações necessárias para a computação semântica das sentenças, i.e., ainda não é possível saber quais são os seus valores de verdade. A informação que falta é o ponto de vista a partir do qual a sentença é avaliada. Assim, a informação contextual que precisamos para interpretar uma sentença com um adjetivo como ‘bonita’ é a seguinte: quem é o indivíduo cuja perspectiva é levada em consideração para a computação da sentença?

Ademais, o valor de verdade de uma sentença como aquela em (1b) muda de acordo com o indivíduo que está servindo no papel de avaliador da sentença. É por isso que ambas as sentenças em (4) podem ser verdadeiras (desde que seus falantes as estejam proferindo de forma sincera), ainda que uma seja a negação da outra:

- (4) a. Luiz: A UFSCar é bonita.
- b. Geraldo: A UFSCar não é bonita.

Assim, vemos que adjetivos como ‘bonita’ são dependentes de perspectiva. Ou seja, adjetivos dessa classe precisam ser relativizados a um ponto de vista para que possam ser computados semanticamente.

Tanto adjetivos como ‘alto’ quanto adjetivos como ‘bonita’ dependem de informações contextuais para serem interpretados, mas apenas adjetivos como ‘bonita’ expressam uma perspectiva. Adjetivos como ‘alto’, por sua vez, apresentam vagueza por conta de uma incerteza dimensional no seu uso, ou seja, uma incerteza de quais parâmetros estão em jogo para balizar a sentença, como vimos nos exemplos em (2), e não porque são itens que expressam um ponto de vista, como é o caso de ‘bonita’ em (4). Dessa forma, podemos dizer que adjetivos como ‘bonita’ se comportam como adjetivos subjetivos, já que expressam a subjetividade de um indivíduo, diferentemente do que ocorre com adjetivos como ‘alto’. O nosso foco neste trabalho será a classe dos adjetivos subjetivos.

No entanto, como Kennedy (2013) e Silk (2019) já observaram, adjetivos como ‘bonita’ também podem apresentar o tipo de vagueza derivada de uma incerteza dimensional no seu uso, de

modo similar a adjetivos como ‘alto’. Isso se dá porque, assim como adjetivos como ‘alto’, que apresentam vagueza no seu uso, adjetivos subjetivos são adjetivos escalares, ou seja, eles associam os indivíduos que caracterizam a uma escala. É por isso que é possível usar um adjetivo como ‘bonita’ combinado com um intensificador como ‘muito’ ou em uma estrutura de comparação, enquanto não é possível fazer o mesmo com um adjetivo como ‘federal’, que não é escalar, como mostram os exemplos em (5) e (6):

- (5) a. ??A UFSCar é muito federal.
b. A UFSCar é muito bonita.
- (6) a. ??A UFSCar é mais federal do que a UFPR.
b. A UFSCar é mais bonita do que a UFPR.

Assim, nossa proposta neste trabalho é descrever e analisar os adjetivos subjetivos do português brasileiro, levando em consideração não apenas sua dependência de perspectiva, mas também sua escalaridade, e entender como essas duas propriedades funcionam em conjunto. Para isso, organizaremos o presente trabalho em três capítulos. No capítulo 1, apresentamos as propriedades que definem a classe dos adjetivos subjetivos, delimitando quais são os itens que fazem parte desse grupo. Em seguida, no capítulo 2, vamos focar em dois fenômenos específicos dos adjetivos escalares – a comparação e a modificação escalar –, e em como os adjetivos subjetivos, por suas propriedades únicas, se comportam quando estão nesses tipos de construção. Por fim, no capítulo 3, propomos (a partir de modelos propostos na literatura para adjetivos escalares e para itens dependentes de perspectiva) uma abordagem que lide com os adjetivos subjetivos de forma abrangente, levando em consideração tanto sua dependência de perspectiva quanto sua escalaridade, e que explique o seu comportamento em ambientes de comparação e de modificação escalar.

Com esta pesquisa, esperamos contribuir não apenas com o estudo dos adjetivos escalares e dos itens dependentes de perspectiva, mas também com a descrição do próprio português brasileiro, tratando de um tema ainda pouco explorado nessa língua e deixando um saldo de questões de pesquisa a serem futuramente investigadas.

Capítulo 1 – A classe dos adjetivos subjetivos

A proposta deste primeiro capítulo é delimitar a classe dos adjetivos subjetivos, com a qual vamos trabalhar no restante desta tese. Queremos abarcar sob o rótulo de “adjetivos *subjetivos*” quaisquer adjetivos que precisem ser relativizados a uma perspectiva para que possam ser computados semanticamente.

Os predicados de gosto pessoal (PGPs), primeiramente descritos por Lasersohn (2005), são o exemplo mais claro do tipo de adjetivo que buscamos categorizar como adjetivo subjetivo. Isso porque esses predicados, como o próprio nome sugere, falam a respeito do gosto pessoal do falante (ou de um indivíduo relevante no contexto) e, portanto, só podemos julgar as sentenças que os contêm caso saibamos também de quem é o ponto de vista que está sendo levado em consideração para o julgamento da sentença. Em outras palavras, para atribuirmos valor de verdade à sentença “Jiló é gostoso”, por exemplo, que contém o PGP ‘gostoso’, precisamos nos perguntar: “gostoso para quem?”. Se julgarmos do meu ponto de vista, por exemplo, essa sentença seria falsa; no entanto, eu teria que considerar essa sentença verdadeira caso fosse proferida pela minha mãe, já que a minha mãe, sim, gosta de jiló (i.e., acha jiló gostoso).

Aliás, a dependência de perspectiva apresentada pelos PGPs é a propriedade central que as teorias sobre esses predicados propostas na literatura em semântica tentam formalizar. Lasersohn (2005) e Stephenson (2007), por exemplo, vão propor a adição de um parâmetro de “juiz” ao contexto que será o indivíduo ao qual o PGP será relativizado para ser computado semanticamente. De modo simplificado, isso significa dizer que uma sentença como “esse bolo é gostoso” será interpretada como “esse bolo é gostoso para o juiz do contexto”. Outra abordagem para esses predicados é de Pearson (2013), que rejeita a adição de um parâmetro de juiz ao contexto semântico mas propõe a relativização do PGP ao próprio falante e a um grupo de indivíduos com os quais o falante se identifica. Por fim, podemos citar também Gutzmann (2016), que propõe uma abordagem na qual PGPs são itens expressivos, ou seja, itens orientados ao falante que expressam algum estado emotivo deste e, portanto, vemos que também nessa abordagem esses itens são relativizados a uma perspectiva. Dessa forma, considerando os PGPs como exemplos paradigmáticos de adjetivos subjetivos, no sentido de que eles são relativizados à subjetividade de um indivíduo, utilizaremos esses itens, nas próximas seções, como ponto de partida para definir que outros adjetivos se comportam como eles e, portanto, podem ser colocados na categoria dos adjetivos subjetivos.

Para cumprir seu propósito, este capítulo se organizará, portanto, da seguinte forma: na seção 1.1, localizamos os adjetivos subjetivos no domínio adjetival, propondo uma divisão da

categoria dos adjetivos relativos em duas subcategorias: (i) adjetivos relativos vagos e (ii) adjetivos relativos subjetivos. Na seção 1.2, descrevemos as propriedades que definem a classe dos adjetivos subjetivos: (i) a variação escalar não mensurável objetivamente e (ii) a dependência de perspectiva, sempre usando como modelo que instancia essas características os predicados de gosto pessoal. Por fim, na seção 1.3, investigamos quais outros adjetivos se comportam como os PGPs, cujos comportamentos são descritos nas seções anteriores, e propomos uma categoria de adjetivos subjetivos com base no comportamento linguístico desses itens, delimitando quais termos fazem parte dela e quais ficam de fora.

1.1. Localização dos adjetivos subjetivos no domínio adjetival

Nesta seção, nosso objetivo é localizar os adjetivos subjetivos no domínio adjetival mais amplo, além de argumentar a favor do estabelecimento de uma nova classe para tais adjetivos. Para isso, esta seção está dividida em três partes. Na seção 1.1.1, fazemos uma primeira separação entre adjetivos escalares (como ‘alto’) e não escalares (como ‘surinamês’), mostrando os motivos para essa divisão que são dados na literatura em semântica e localizando o nosso adjetivo subjetivo modelo ‘gostoso’ na primeira classe (adjetivos escalares). Na seção seguinte, 1.1.2, mostramos uma segunda divisão feita na literatura, que separa os adjetivos escalares em duas subclasses: adjetivos escalares relativos (como ‘alto’) e absolutos (como ‘cheio’), e argumentamos que o comportamento de ‘gostoso’ o coloca na primeira classe (adjetivos relativos). Por fim, na seção 1.1.3, defendemos a necessidade de mais uma divisão na classe dos adjetivos escalares relativos, que separe (i) adjetivos (escalarmente) vagos, que conterà adjetivos associados a escalas objetivas, como ‘alto’, e (ii) adjetivos subjetivos, que conterà adjetivos não associados a escalas objetivas, como ‘gostoso’. Essa última distinção não aparece na literatura, que faz uma divisão apenas dos adjetivos absolutos (em absolutos totais e absolutos parciais), mas toma a classe dos adjetivos relativos como sendo única, sem subcategorias.

1.1.1. Adjetivos escalares vs. não escalares

Uma primeira divisão que se faz no domínio adjetival é a divisão entre adjetivos escalares e não escalares, ou seja, adjetivos que associam um indivíduo a (um grau em) uma escala (como é o caso de ‘alto’ e ‘careca’) e adjetivos que predicam propriedades binárias dos indivíduos (como é o

caso de ‘brasileiro’). Isso significa dizer que os domínios dos adjetivos escalares podem ser ordenados de acordo com uma propriedade que permite gradação – o domínio de ‘alto’, por exemplo, pode ser ordenado de acordo com medidas de altura, enquanto os adjetivos não escalares não têm domínios passíveis de ordenação nesse mesmo sentido.

Kennedy (1999) identifica duas maneiras (sintáticas) de diferenciar adjetivos escalares e não escalares. Uma delas é que adjetivos escalares podem aparecer no que o autor chama de “construções de grau”, justamente porque são adjetivos que associam indivíduos a algum grau de uma escala. Algumas construções de grau dadas como exemplo pelo autor são: “*comparatives, equatives, too and enough constructions, so...that constructions, how questions*” (Kennedy, 1999, p. 3). Em português brasileiro (PB), podemos propor como correspondentes a essas construções de grau: comparativos, equativos, construções com *demais* e *o suficiente*, construções com *tão...que* e perguntas com *quão*. Essas construções de grau são apresentadas abaixo combinadas com os adjetivos ‘alta’ e ‘careca’, que, justamente pela possibilidade de se combinarem com essas construções, se configuram como adjetivos escalares:

- | | | |
|-----|--|-----------------------------|
| (1) | a. A Mônica é mais alta do que o Cebolinha. | (Comparativo) |
| | b. A Mônica é tão alta quanto o Cebolinha. | (Equativo) |
| | c. A Mônica é alta demais para entrar nesse brinquedo. | (demais) |
| | d. A Mônica não é alta o suficiente para entrar nesse brinquedo. | (o suficiente) |
| | e. A Mônica é tão alta que ganha as partidas de basquete sozinha. | (tão...que) |
| | f. Quão alta é a Mônica? | (Pergunta com <i>quão</i>) |
| (2) | a. O Cebolinha é mais careca do que a Mônica. | (Comparativo) |
| | b. O Cebolinha é tão careca quanto a Mônica. | (Equativo) |
| | c. O Cebolinha é careca demais para precisar de um pente. | (demais) |
| | d. O Cebolinha não é careca o suficiente para interpretar o Dr. Abobrinha. | (o suficiente) |
| | e. O Cebolinha é tão careca que nem tem pente. | (tão...que) |
| | f. Quão careca é o Cebolinha? | (Pergunta com <i>quão</i>) |

A infelicidade de ‘brasileira’ nessas mesmas construções mostra que esse não é um adjetivo que pode ser considerado escalar:

- | | |
|-----|--|
| (3) | a. #A Mônica é mais brasileira do que o Cebolinha. |
| | b. ?A Mônica é tão brasileira quanto o Cebolinha. |

- c. #A Mônica é brasileira demais para tirar o passaporte japonês.
- d. #A Mônica não é brasileira o suficiente para tirar o passaporte brasileiro.
- e. #A Mônica é tão brasileira que tirou o passaporte brasileiro.
- f. #Quão brasileira é a Mônica?

As únicas formas de tornar as sentenças em (3) aceitáveis é interpretar o adjetivo ‘brasileira’ como algo que mobiliza estereótipos relacionados a essa nacionalidade¹; no entanto, se tomarmos esse termo como querendo dizer simplesmente a nacionalidade da pessoa, a sentença é infeliz.²

A outra forma de identificar um adjetivo escalar, segundo Kennedy (1999), é verificar se ele pode ser modificado por “advérbios de grau” como *quite*, *very* e *fairly*. Abaixo, mostramos – com os exemplos do PB ‘um tanto’, ‘muito’ e ‘razoavelmente’ – que os adjetivos ‘alta’ e ‘careca’, que se combinam bem com esses modificadores, se comportam como adjetivos escalares, enquanto ‘brasileira’, que não se combina bem com esses modificadores (desde que a leitura seja feita levando em consideração que esse predicado está falando estritamente da nacionalidade do indivíduo), se comporta como um adjetivo não escalar.

- (3)
 - a. A Mônica é um tanto alta.
 - b. A Mônica é muito alta.
 - c. A Mônica é razoavelmente alta.

- (4)
 - a. O Cebolinha é um tanto careca.
 - b. O Cebolinha é muito careca.
 - c. O Cebolinha é razoavelmente careca.

- (5)
 - a. #A Mônica é um tanto brasileira.
 - b. #A Mônica é muito brasileira.
 - c. #A Mônica é razoavelmente brasileira.

1 Indivíduos podem representar mais ou menos um certo estereótipo, e assim, se considerarmos esse tipo de interpretação, algumas das sentenças em (3) são aceitáveis justamente por receberem uma interpretação escalar.

2 Um possível contexto em que a nacionalidade da pessoa pode ser considerada gradual é quando estamos falando de pessoas que têm ascendentes daquela nacionalidade. Por exemplo, em um contexto no qual a Mônica e o Cebolinha nasceram na Austrália, e a Mônica tem ambos os pais brasileiros, enquanto o Cebolinha só tem a mãe brasileira, poderíamos dizer que a Mônica é mais brasileira que o Cebolinha. Essa pode ser outra estratégia de tornar o predicado gradual (ou pelo menos objetivamente mensurável, e assim passível de comparação).

Levando em consideração os padrões exibidos por adjetivos escalares e não-escalares, notamos que um adjetivo subjetivo como o predicado de gosto pessoal (PGP) ‘gostoso’ pode aparecer em construções de grau (cf. (6)) e também ser modificado por advérbios de grau (cf. (7)):

- (6)
- | | |
|---|-----------------------------|
| a. Brigadeiro é mais gostoso do que beijinho. | (Comparativo) |
| b. Brigadeiro é tão gostoso quanto beijinho. | (Equativo) |
| c. Brigadeiro é gostoso demais para ser ignorado. | (demais) |
| d. Brigadeiro não é gostoso o suficiente para ser vendido aqui. | (o suficiente) |
| e. Brigadeiro é tão gostoso que é o doce que mais vendemos. | (tão...que) |
| f. Quão gostoso é brigadeiro? | (Pergunta com <i>quão</i>) |
- (7)
- Brigadeiro é um tanto gostoso.
 - Brigadeiro é muito gostoso.
 - Brigadeiro é razoavelmente gostoso.

Dessa forma, levando em conta somente a questão da escalaridade, podemos dizer que o adjetivo subjetivo ‘gostoso’ se comporta como ‘alto’ (escalar) e não como ‘brasileiro’ (não escalar).

Por fim, se olharmos mais de perto para os adjetivos ‘alto’ e ‘careca’, vemos que, embora eles sejam ambos apresentados como exemplos de adjetivos escalares, eles têm diferenças fundamentais no funcionamento de suas denotações. Essa diferença de funcionamento é o que justifica a divisão de adjetivos escalares, proposta na literatura (Burnett, 2016 entre outros), em duas subclasses: a dos adjetivos escalares (i) relativos e (ii) absolutos. Na seção seguinte, tratamos dessa diferença, identificando também em qual dessas classes se encaixa o PGP ‘gostoso’.

1.1.2. Adjetivos escalares relativos vs. absolutos

Entre os escalares, podemos fazer mais uma divisão entre adjetivos escalares relativos e adjetivos escalares absolutos. A diferença entre esses dois subtipos é a de que, enquanto os relativos só podem ser avaliados em relação a uma classe de comparação, os absolutos (apesar de também poderem ser avaliados em relação a uma classe de comparação) têm a possibilidade de serem avaliados com base apenas na sua denotação. Segundo Burnett (2016), adjetivos escalares relativos, nesse sentido, são expressões indexicais, já que sua denotação varia de acordo com cada classe de comparação estabelecida contextualmente, enquanto a denotação de adjetivos escalares absolutos

não varia e, portanto, eles não são expressões indexicais justamente por não serem necessariamente sensíveis ao contexto.

Para ilustrar essa questão, considere a sentença em (8):

(8) O teatro está vazio.

A sentença em (8) pode ser proferida, por exemplo, numa situação em que, no dia da estreia de certa peça, apenas duas pessoas estejam dentro do teatro. Nesse caso, essa sentença é verdadeira em relação a uma classe de comparação – por exemplo, em relação a quantos espectadores o teatro comporta ou em relação a qual é a quantidade esperada de espectadores no dia de estreia de uma peça. No entanto, é possível definir as condições de verdade da sentença em (8) com base apenas na denotação do predicado ‘vazio’. Em outras palavras, há uma situação em que essa sentença será sempre verdadeira: a situação em que não haja nenhuma pessoa dentro do teatro. Da mesma forma, a sentença em (9), com o adjetivo ‘careca’, também é sempre verdadeira em uma situação específica em que Cebolinha não tenha nenhum fio de cabelo em sua cabeça:

(9) O Cebolinha é careca.

Por outro lado, não parece haver nenhuma situação interessante ou relevante de uso³ em que a sentença em (10) seja sempre verdadeira:

(10) A Mônica é alta.

Ou seja, as condições de verdade da sentença em (10) sempre devem ser definidas dentro de uma classe de comparação – Mônica é alta para uma criança de 6 anos? Para uma mulher brasileira? Para uma jogadora de basquete?

Outra questão que diferencia adjetivos escalares relativos e absolutos é o tipo de escala a qual cada um desses tipos são associados. Os adjetivos relativos são associados a escalas abertas, que não apresentam ponto mínimo nem ponto máximo, enquanto os adjetivos absolutos são

3 Queremos dizer aqui que, para que uma sentença como “A Mônica é alta” seja considerada verdadeira, não basta que a Mônica atinja um grau de altura qualquer, já que, nesse caso, qualquer sentença desse tipo, ou seja, que caracterize um sujeito com um adjetivo escalar, seria sempre trivialmente verdadeira (Rett, 2015). O que o falante quer dizer quando profere (10) é, por exemplo, que a Mônica é “mais alta que a média”, i.e. que atinge um grau de altura superior a algum grau *standard* de altura definido pelo contexto – é nesse sentido que a sentença em (10) não apresenta uma situação de uso em que é sempre verdadeira sem levar em conta algum padrão.

associados a escalas parcial ou totalmente fechadas, que apresentam um ponto mínimo, um ponto máximo, ou ambos (Kennedy e McNally, 2005).

Partindo dessa premissa, não seria possível que ‘alta’, como um adjetivo relativo, se combinasse com um modificador que seleciona um ponto máximo escalar (cf. (11b) e (12b)); já ‘careca’, como um adjetivo absoluto que tem uma escala fechada em um ponto máximo (não tem como ser mais careca do que não ter nenhum fio de cabelo na cabeça), poderia se combinar com tal modificador (cf. (11a) e (12a)). Mendes de Souza (2019) mostra que esse é, de fato, o caso no português brasileiro (PB) usando os modificadores ‘completamente’ e ‘quase’. Mostramos esse contraste em (11) e (12):

- (11) a. O Cebolinha é completamente careca.
b. #A Mônica é completamente alta.
- (12) a. O Cebolinha é quase careca.
b. ??A Mônica é quase alta.

Adjetivos absolutos como ‘careca’, que são associados a escalas fechadas em um ponto máximo, são chamados de adjetivos absolutos totais. Há, no entanto, um segundo tipo de adjetivos absolutos, chamados “parciais”, que são associados a escalas fechadas em um ponto mínimo, e não máximo (Burnett, 2016). Para esses termos, basta que um elemento manifeste um grau mínimo da escala relacionada ao adjetivo para que esse elemento possa ser visto como pertencente ao domínio do adjetivo.

Esse é o caso de ‘torto’, por exemplo: para que um objeto seja considerado torto, basta que ele manifeste um grau mínimo de “tortice”. Veja que isso não acontece com o adjetivo absoluto total ‘reto’, contraparte de ‘torto’: não basta que o objeto manifeste um grau mínimo de “retidão” para que ele seja considerado reto – ele deve manifestar o grau máximo/total dessa escala para tal. Assim, enquanto ‘reto’ segue o padrão de ‘careca’ e se combina com modificadores compatíveis com escalas fechadas em um ponto máximo (cf. (13a) e (14a)), não temos o mesmo resultado para ‘torto’ (cf. (13b) e (14b)):

- (13) a. Esse graveto é completamente reto.
b. #Esse graveto é completamente torto.⁴

4 A infelicidade da sentença em (13b) se dá quando o advérbio ‘completamente’ é interpretado no sentido de ‘totalmente’ ou ‘100%’ ou seja, “o graveto não poderia ser mais torto do que ele é – afinal, não há um máximo de “tortice” que pode ser manifestado fisicamente pelo graveto. No entanto, poderíamos ter aqui uma leitura de ‘completamente’ como um advérbio para dar ênfase, ou seja, com uso sinônimo de ‘muito’, numa interpretação de algo como ‘realmente’ ou ‘de fato’.

- (14) a. Esse graveto é quase reto.
b. #Esse graveto é quase torto.

Assim como é esperado que modificadores como ‘completamente’ e ‘quase’, que selecionam um grau máximo em uma escala, se combinem apenas com adjetivos absolutos totais, também seria esperado que modificadores que selecionam um grau mínimo em uma escala se combinassem apenas com adjetivos absolutos parciais. Um exemplo em PB de tal modificador poderia ser ‘um tiquinho’:

- (15) a. #Esse graveto é um tiquinho reto.
b. Esse graveto é um tiquinho torto.

No entanto, diferentemente do que vimos em (11b) e (12b) com os modificadores dos adjetivos absolutos totais ‘completamente’ e ‘quase’, que não se combinam com adjetivos associados a escalas abertas em cima (i.e., que não têm um ponto máximo), o modificador ‘um tiquinho’, apesar de selecionar um ponto mínimo em uma escala, pode se combinar com adjetivos que não seriam associados a escalas fechadas embaixo, como mostra o exemplo em (16) com o adjetivo relativo ‘alta’:

- (16) A Mônica é um tiquinho alta.

Uma solução para esse problema seria argumentar que, embora modificadores que selecionam um ponto mínimo em uma escala possam, em PB, se combinar com adjetivos de escalas fechadas embaixo, esses modificadores geram leituras diferentes em cada um dos casos. Assim, enquanto (15b) apresenta uma leitura de que o graveto manifesta um grau mínimo na escala de “tortice”, não temos a mesma interpretação em (16). Em (16), temos a leitura de que Mônica excede – em um grau pequeno – o padrão médio de altura que está sendo usado no contexto da fala.

Essa é uma solução proposta por Mendes de Souza (2019), que argumenta que, no caso em (16), o que está sendo modificado por ‘um tiquinho’ não é o adjetivo ‘alta’ propriamente dito, mas a propriedade de ser alta para determinado propósito específico que é relevante no contexto. Nesse caso, a partir da sentença em (16) não poderíamos inferir que a Mônica é alta. Note que isso não é o caso da sentença em (15b), já que o fato de ‘torto’ ser um adjetivo de escala fechada embaixo faria

com que o graveto, mesmo ao manifestar apenas um grau mínimo de “tortice” (algo que é garantido pelo operador ‘um tiquinho’), fosse considerado torto.

Se esse for o caso, deveríamos esperar que a sentença em (17a) não seja contraditória, já que o fato de Mônica exceder um padrão de altura contextual não garante que ela seja considerada alta se mudarmos o padrão – em outras palavras, ela só pode ser considerada alta segundo um padrão e se mudarmos o padrão não podemos garantir que ela continuará sendo considerada alta. Além disso, deveríamos esperar também que a sentença em (17b) seja contraditória, já que um graveto que é minimamente torto já não pode ser considerado reto. Essa expectativa parece se cumprir.

- (17) a. A Mônica é um tiquinho alta para fazer o papel da anã, mas ela ainda é baixa.
b. #Esse graveto é um tiquinho torto para pegar cupim, mas ele ainda é reto.

Por fim, localizamos o PGP ‘gostoso’ nessa discussão. Esse adjetivo não se combina com modificadores que selecionam um grau máximo de uma escala, como ocorre com ‘alta’ em (11b) e (12b), conforme podemos ver em (18):

- (18) a. #Brigadeiro é completamente gostoso.
b. ??Brigadeiro é quase gostoso.

Novamente, vale a pena notar que (18a), assim como (13b), só é aceitável se tivermos a leitura de ‘completamente’ como um intensificador escalar, equivalente a algo como ‘muitíssimo’ ou ‘pra caramba’, por exemplo. Essa leitura é possível para o PGP ‘gostoso’ porque se trata de um adjetivo escalar e, portanto, ele pode se combinar com intensificadores escalares sem maiores problemas. No entanto, se tomarmos ‘completamente’ em seu significado literal, equivalente a ‘100%’, vemos que a sentença em (18a) é ruim, afinal, não existe um grau máximo de ‘gostosura’ que algo pode atingir para que seja considerado 100% gostoso (aliás, o que é 100% gostoso?). Isso significa que ‘gostoso’ não está associado a uma escala fechada em um ponto máximo.

Ao mesmo tempo, esse PGP, ao se combinar com o modificador ‘um tiquinho’, parece levantar uma leitura mais próxima daquela que temos de ‘um tiquinho alta’ – i.e., que supera um padrão contextual de “gostosura” – do que daquela que temos de ‘um tiquinho torto’ – i.e., que manifesta um grau mínimo de “tortice”. Para ilustrar essa questão, considere a seguinte situação: um universitário qualquer não gosta de salgadinhos industrializados, mas na lanchonete da sua universidade só são vendidos esses tipos de salgadinhos e, às vezes, quando ele está com fome e não tem mais nada para comer, ele compra um saco de Doritos, que é o salgadinho que ele acha

menos ruim entre todas as opções. Um dia, um amigo seu o vê comendo Doritos em uma dessas situações e, sabendo que ele diz não gostar de nenhum salgadinho industrializado, o questiona. Esse universitário, então, para se justificar, responde com a sentença em (19a):

(19) a. Doritos é um tiquinho gostoso para um salgadinho industrializado, mas ainda não é gostoso.

Se (19a) não for contraditória, e acreditamos que não é, isso significa que a partir da classificação de algo como ‘um tiquinho gostoso’, não podemos inferir que esse algo é ‘gostoso’. Nesse caso, ‘um tiquinho gostoso’ apresenta o mesmo padrão observado em (17a) com ‘um tiquinho alta’, e se distancia do padrão de ‘um tiquinho torto’, observado em (17b).

Outro caso que pode ilustrar essa situação é a seguinte: considere que o falante tem uma amiga que notoriamente não sabe fazer bolos gostosos. Ela, um dia, com esperanças de que, após ter seguido uma receita ao pé da letra e ter se esforçado para fazer o seu primeiro bolo gostoso na vida, faz o falante comer um pedaço desse bolo. O bolo é mais gostoso do que a média dos bolos que ela faz, mas ainda não é gostoso. O falante, então, profere a sentença em (19b):

(19) b. Esse bolo está um tiquinho gostoso para um bolo seu, mas ainda não está gostoso.

Novamente, (19b) parece se afastar da interpretação de ‘um tiquinho’ obtida em (17b), com ‘um tiquinho torto’, e se aproxima de (17a), com ‘um tiquinho alta’, e a interpretação de que ‘x estar um tiquinho gostoso’ não significa que x está gostoso de fato.

Como resumo, no decorrer desta subseção, mostramos que o PGP ‘gostoso’ se comporta mais como o adjetivo relativo ‘alta’ do que como os adjetivos absolutos ‘careca’, ‘vazio’ e ‘torto’. Esse adjetivo não pode se combinar com modificadores que selecionam graus máximos em uma escala (cf. (18)), e, além disso, combinado com modificadores que podem selecionar graus mínimos escalares, ele gera uma leitura de que o indivíduo caracterizado é igual ou excede minimamente um padrão contextual, mas que não necessariamente é caracterizado pelo falante como pertencente ao conjunto das coisas gostosas – um comportamento paralelo a ‘alta’, e diferente de ‘torto’. A impossibilidade de o PGP ‘gostoso’ gerar leituras que o associem a uma escala fechada em qualquer um dos extremos, assim como ocorre com o adjetivo relativo ‘alta’, indica que esse é um adjetivo escalar relativo, e não absoluto.

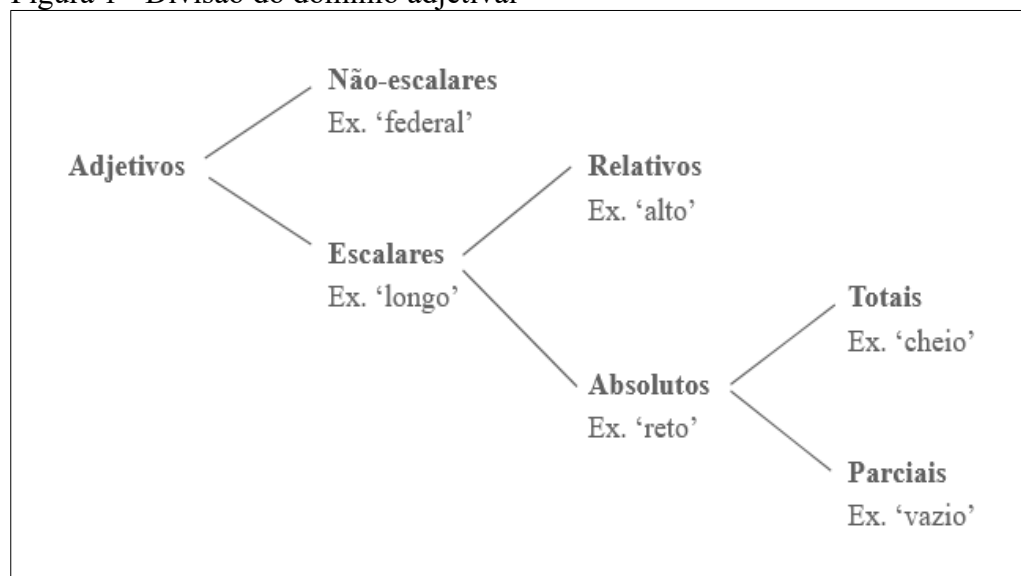
Há ainda, no entanto, diferenças de comportamento entre os adjetivos ‘alta’ e ‘gostoso’, embora sejam ambos escalares e relativos. Essa diferença tem a ver com o fato de que o PGP

‘gostoso’ apresentar um componente subjetivo que ‘alta’ não apresenta, já que ele expressa uma opinião (gosto pessoal) do falante. Assim, é comum que na literatura que trata dos PGP’s haja uma busca por defender que esses predicados são relativizados não apenas a uma classe de comparação, como é o caso de predicados vagos como ‘alta’, mas também à perspectiva de um juiz (Lasersohn, 2005; Stephenson, 2007; Bylinina, 2016). Essa diferença parece justificar mais uma divisão, dessa vez no domínio dos adjetivos escalares relativos, entre adjetivos (i) (escalarmente) vagos e (ii) subjetivos. A seção seguinte será dedicada a tratar dessa diferença.

1.1.3. Adjetivos escalares relativos vagos vs. subjetivos

Burnett (2016), seguindo uma tendência já presente na literatura, faz uma divisão do domínio adjetival em três níveis. No primeiro nível, temos a divisão entre adjetivos escalares e não escalares. No segundo nível, os adjetivos escalares são divididos em mais duas classes: adjetivos escalares relativos e absolutos. Os adjetivos não-escalares não são subdivididos. Finalmente, no terceiro nível, os adjetivos escalares absolutos são divididos entre adjetivos absolutos totais (associados a escalas fechadas em cima) ou parciais (associados a escalas fechadas embaixo). Essa divisão do domínio adjetival proposta por Burnett (2016) é ilustrada abaixo:

Figura 1 - Divisão do domínio adjetival



Fonte: Elaboração própria

Não há uma subdivisão proposta para os adjetivos escalares relativos. Assim, nesta seção, argumentamos a favor de uma divisão da classe dos adjetivos escalares relativos em duas subclasses: adjetivos escalares relativos (i) vagos e (ii) subjetivos. Para isso, apresentaremos, a partir de Burnett (2016), propriedades instanciadas por predicados vagos, e mostramos que o PGP ‘gostoso’ não cumpre os requisitos necessários para ser considerado vago.

Predicados vagos se diferenciam de predicados não vagos porque, salvo o emprego de limites arbitrários definidos contextualmente, não são delimitados de modo preciso. Comparando, por exemplo, um predicado não vago como ‘brasileiro’ e um predicado vago como ‘alto’, vemos que é mais plausível e intuitivo definir o que é o conjunto dos brasileiros – indivíduos que nasceram no Brasil e/ou têm cidadania brasileira – do que é definir o conjunto dos altos. Afinal, quem são os indivíduos altos? Qual característica eles devem instanciar para serem considerados como pertencentes ao conjunto dos altos? Sabemos que essa característica tem relação com a altura desse indivíduo, e que ela deve ser elevada, mas não sabemos exatamente quão elevada ela deve ser para que esse indivíduo seja considerado alto.

Segundo Burnett (2016), há três propriedades que um adjetivo deve instanciar para ser considerado como um item linguístico que gera vagueza: (i) casos limítrofes, (ii) limites *fuzzy*, e (iii) susceptibilidade ao paradoxo de Sorites. A seguir, falamos sobre cada uma dessas propriedades exemplificando-as com o adjetivo ‘alta’ (a autora usa para sua discussão o inglês *tall*) e, além disso, localizando o adjetivo ‘gostoso’ nessa discussão.

(I) Casos limítrofes

A propriedade dos casos limítrofes (*borderline cases*, no original) diz que, se um predicado for vago, haverá indivíduos que estão muito próximos do limite entre esse predicado e sua negação, gerando dúvidas em relação a qual dos grupos esse indivíduo pertence. Burnett (2016) argumenta, com base em experimentos citados pela autora em seu texto, que indivíduos que se configuram como casos limítrofes são avaliados pelos falantes como indivíduos que não respeitam (i) o princípio da bivalência (um indivíduo não pode pertencer simultaneamente a P e \neg P) ou (ii) o princípio do terceiro excluído (um indivíduo não pode não pertencer a P e, ao mesmo tempo, não pertencer a \neg P). Nesses experimentos, os falantes julgam a altura de um homem que seria um caso limítrofe entre *alto* e *não alto* como “tanto alto quanto não alto” e também como “nem alto e nem não alto”.

Outro fenômeno que tem relação com essa propriedade é o *faultless disagreement* no uso de predicados vagos em sua versão positiva. O *faultless disagreement* é um tipo de desacordo no qual, embora um falante negue diretamente o que o outro afirma, nenhum dos dois está, necessariamente,

proferindo algo falso (Lasersohn, 2005; Pearson, 2013). O *faultless disagreement* é um fenômeno que não pode ser gerado pelo uso de adjetivos objetivos, não graduais, e ocorre apenas com o uso de adjetivos vagos ou com o uso de adjetivos que expressam um gosto ou um ponto de vista (Kölbel, 2004). Num desacordo objetivo, dado que um falante afirma P e o outro \neg P, a única possibilidade é que um falante esteja proferindo uma verdade e o outro uma falsidade, como é o caso do exemplo em (20a). No entanto, quando estamos diante de um *faultless disagreement*, embora, da mesma forma, um falante esteja proferindo P e o outro \neg P, temos a impressão de que ambos podem estar proferindo sentenças verdadeiras, como é o caso de (20b).

(20a) Magali: A UFSCar é federal.
Cascão: Não, a UFSCar não é federal.

(20b) Magali: A Mônica é alta.
Cascão: Não, a Mônica não é alta.

Assim, o *faultless disagreement* que ocorre quando há o uso de predicados vagos em sua versão positiva, como em (20b), pode ser justificado, pelo menos em parte, pela propriedade dos casos limítrofes: se Mônica tem uma altura mediana, que não é claramente alta (por exemplo, 170 cm) e não é claramente não alta (por exemplo, 150 cm), o diálogo em (21) faria sentido porque cada falante está classificando Mônica em um conjunto diferente – Magali no conjunto “alto” e Cascão na negação desse conjunto. Nossa intuição de que nenhum falante está necessariamente dizendo algo falso em (20b) se justifica porque Mônica seria um exemplo de caso limítrofe, que está próximo o suficiente de pertencer aos dois conjuntos (dos altos e dos não altos⁵).

Assim como ‘alto’, o adjetivo subjetivo ‘gostoso’ também pode gerar casos de *faultless disagreement* em sua versão positiva:

(21) Magali: Melancia é gostoso.⁶
Cascão: Não, melancia não é gostoso.

5 Alternativamente, pode ser o caso que Magali e Cascão discordem porque têm em mente diferentes classes de comparação para avaliar o predicado ‘alta’, que apresentam padrões diferentes do que conta como alto – por exemplo, Magali pode estar comparando a altura de Mônica com a altura de todas as crianças da rua, até as mais novas, enquanto Cascão pode estar fazendo a comparação entre a altura de Mônica e as alturas apenas das crianças da idade deles, de 6 anos.

6 Não entraremos na discussão sobre o porquê de ‘gostoso’ não necessariamente concordar em gênero com seu sujeito, ‘melancia’. Para saber mais sobre essa questão, sugerimos a leitura de De Conto (2016) e De Conto e Carvalho (2022).

No entanto, no caso em (21), poderíamos justificar que esse desacordo existe porque o adjetivo é subordinado a uma perspectiva – nesse caso, dos falantes – e, assim, a existência desse diálogo com a intuição de que nem Magali nem Cascão estão afirmando algo falso seria resultante do fato de que a melancia está sendo classificada como “gostosa” ou não de acordo com diferentes perspectivas, e não porque há casos limites de uma melancia ser ou não gostosa segundo uma escala. Nesse caso, não faria sentido argumentar que esse desacordo é uma prova de que o adjetivo ‘gostoso’ permite casos limítrofes.

Por outro lado, autores como Kennedy (2013), Fleisher (2013) e Silk (2019) argumentam que predicados de gosto como ‘gostoso’ têm duas fontes de subjetividade, sendo uma delas o que Kennedy (2013) chama de “incerteza dimensional”. Essa fonte de subjetividade também aparece no uso dos predicados vagos como ‘alto’, e diz que o desacordo se dá pela discordância sobre qual é o “padrão” que está sendo usado como referência para o julgamento da sentença como verdadeira ou falsa. Assim, em um diálogo como aquele em (20), Magali e Cascão podem discordar sobre qual medida de altura é aquela que deveria ser a referência que divide o grupo dos altos e dos não altos, ou seja, qual deveria ser a altura mínima que Mônica deve instanciar para ser considerada alta. Silk (2019) mostra que esse tipo de desacordo também acontece com PGPs descrevendo uma situação em que dois amigos estão experimentando diferentes bolos de sorvete para servir em uma festa de aniversário para um terceiro amigo e que, nessa situação, mesmo que ambos os amigos tenham considerado o bolo gostoso, eles podem ainda ter o seguinte diálogo (Silk, 2019, p. 5, tradução nossa⁷):

- (22) Eu: Esse bolo é gostoso.
Você: Não é, não. Vamos continuar procurando. Dá para achar um bolo melhor para o Chip.

Ou seja, no caso do diálogo em (22), o desacordo não é sobre a classificação do bolo de sorvete no conjunto das coisas gostosas ou no conjunto das coisas não gostosas, mas sim sobre o padrão de “gostosura” relevante para julgar o bolo gostoso nesse contexto. Esse poderia ser um caso de desacordo justificado pelo fato de que esses adjetivos permitem a existência de casos limítrofes.

7 No original:

(5) Me: This cake is tasty.
You: No, it isn't. Let's keep looking. We can find a better cake for Chip.

Em suma, o PGP ‘gostoso’ gera casos limítrofes como o adjetivo vago ‘alto’, mas apenas nos casos em que este termo está sendo usado para negociar com o seu interlocutor qual será o padrão de “gostosura” aceitável, como no exemplo (22).

(II) Limites *fuzzy*

A propriedade dos limites *fuzzy* (*fuzzy boundaries*, no original) diz que, se um adjetivo for vago, não há um limite preciso entre o conjunto P das coisas que instanciam esse adjetivo e a negação $\neg P$ desse conjunto. Essa propriedade tem relação com o fato de que adjetivos vagos são escalares (Burnett, 2016), e uma pequena variação desses adjetivos na escala relacionada a eles é insignificante para a aplicação desse predicado.

Em outras palavras, se a Mônica é considerada alta, e o Cebolinha tem uma diferença de altura pequena em relação à Mônica (o que é pequeno, nesse caso, depende do contexto, mas digamos que ele difere em menos de 1 mm da altura de Mônica para esse contexto), isso quer dizer que o Cebolinha também vai ser considerado alto.

A propriedade dos limites *fuzzy* é claramente observada em predicados vagos escalares como ‘alto’ que são relacionados a escalas objetivas – nesse caso, a escala de altura. Contudo, adjetivos subjetivos como o PGP ‘gostoso’ não são associados a escalas objetivas, que apresentam graus equidistantes, como é uma escala da altura, que pode variar em milímetros, centímetros etc., mas sempre de modo regular. É possível observar essa diferença, por exemplo, no uso comparativo desses predicados. Dessa forma, olhando para (23a), vemos que é possível medir de modo quantitativo quão mais alta é uma pessoa em relação a outra; já no caso de (23b), não parece existir uma medida objetiva que podemos colocar no lugar das interrogações para estabelecer quão mais gostoso é o bolo em comparação à torta:

- (23) a. A Mônica é 2 cm mais alta do que a Magali.
b. ??Esse bolo é 2 colheres de açúcar mais gostoso do que essa torta.

Ainda assim, o PGP ‘gostoso’ parece estar associado a uma escala – afinal, podemos fazer comparações entre coisas mais ou menos gostosas e podemos especificar quão alto ou baixo na escala de “gostosura” um item se enquadra, como quando dizemos que “x é muito/pouco gostoso”. No entanto, essa escala de “gostosura” não funciona como a escala de “altura” sobre a qual falamos anteriormente, já que não é possível definir quais são os graus mínimos que compõem essa escala. Sem essa definição de graus mínimos, portanto, não é possível haver limites *fuzzy*.

(III) Paradoxo de Sorites

Por fim, falamos da suscetibilidade ao paradoxo de Sorites como requisito de um predicado vago. Esse paradoxo pode ser ilustrado pela seguinte situação (Hyde e Raffman, 2018): (i) 1 grão de areia não forma um montinho; (ii) se 1 grão de areia não forma um montinho, então 2 grãos de areia não formam um montinho; (iii) se 2 grãos de areia não formam um montinho, então 3 grãos de areia não formam um montinho; ...; (iv) se 999.999 grãos de areia não formam um montinho, então 1 milhão de grãos de areia não formam um montinho. Em outras palavras, se adicionar um grão de areia a um aglomerado de grãos que não configura um montinho não é suficiente para que esse aglomerado saia de sua condição de “não montinho” para uma nova condição de “montinho”, não há quantidade de grãos de areia que possa formar um montinho. Como conclusão, o predicado ‘montinho’ é vago por gerar o paradoxo de Sorites. Da mesma forma, observamos que essa argumentação serve também para o adjetivo vago ‘alto’: (i) uma pessoa de 1m não é alta; (ii) se uma pessoa de 1m não é alta, então uma pessoa de 1,001m não é alta; (iii) se uma pessoa de 1,001m não é alta, então uma pessoa de 1,002m não é alta; ...; (iv) se uma pessoa de 1,999m não é alta, então uma pessoa de 2m não é alta.

Assim como ocorreu com a propriedade dos limites *fuzzy* na seção anterior, a ausência de uma escala objetiva associada ao PGP ‘gostoso’ também torna difícil afirmar que esse é um adjetivo suscetível a gerar o paradoxo de Sorites. Isso acontece porque as formulações desse paradoxo envolvem incrementos de uma unidade que, por sua vez, só são possíveis quando a escala ligada ao predicado tem unidades objetivas associadas a ela.

Para ilustrar essa questão, vamos usar a formulação do paradoxo de Burnett (2016, p. 21, tradução nossa):

(24) O paradoxo de Sorites

a. Caso claro: $P(a_1)$

b. Não-caso claro: $\neg P(a_k)$

c. Série de Sorites: $\forall i \in [1, n] (a_i \sim_P a_{i+1})$

d. Tolerância: $\forall x \forall y ((P(x) \wedge x \sim_P y) \rightarrow P(y))$

e. Conclusão: $P(a_k) \wedge \neg P(a_k)$

Na formulação da autora, a relação \sim_P é a relação de indiferença, que diz que (Burnett, 2016, p. 22, tradução nossa⁸):

8 No original: For a given predicate P , an indifference relation, \sim_P , relates those individuals that are viewed as sufficiently similar with respect to P . For example, for the predicate *tall*, \sim_{tall} would be something like the relation “not looking to have distinct heights.”

para dado predicado P , uma relação de indiferença \sim_P relaciona aqueles indivíduos que são vistos como suficientemente similares considerando P . Por exemplo, para o predicado “alto”, \sim_{alto} seria algo como a relação “não parecem ter alturas distintas.”

Parafraseando (24), temos que:

- (25)
- a. O predicado P se aplica a a_i .
 - b. O predicado P não se aplica a a_k .
 - c. Para todo número i pertencente ao intervalo que vai de 1 até n , se o indivíduo a instanciar o predicado P no valor i , então caso o indivíduo a passe a instanciar o predicado P no valor imediatamente acima de i (respeitando as unidades mínimas da escala mobilizada), ou seja, $i+1$, então a_i e a_{i+1} , se julgados em relação ao seu pertencimento ao predicado P , são indistinguíveis.
 - d. Para todo x e para todo y tal que x (i) instancie o predicado P e (ii) seja indistinguível de y em relação a P , então y também instancia o predicado P .
 - e. A conclusão dos pontos a-d é que a_k instancia P e ao mesmo tempo não instancia P , o que é uma contradição.

No caso do adjetivo ‘alto’, podemos definir a unidade mínima i facilmente – se estamos falando da altura de uma pessoa, i pode ser 1mm; se estamos falando de coisas num nível microscópico, poderíamos definir i como 1nm etc. No entanto, não é possível definir a unidade mínima, por exemplo, da escala de ‘gostoso’ e isso impede que esse adjetivo gere o paradoxo de Sorites.

Nesta seção, usando os testes de Burnett (2016) para mostrar que o adjetivo vago ‘alto’ apresenta propriedades que não são compartilhadas pelo PGP ‘gostoso’, argumentamos que não há evidências suficientes para defender que o PGP ‘gostoso’ seja considerado um adjetivo vago, pelo menos num sentido de vagueza escalar. Na verdade, o PGP ‘gostoso’ nem sequer parece estar associado a uma escala com unidades mínimas de medida, o que dificulta bastante que ele gere os fenômenos associados ao tipo de vagueza que é relacionado a escalas.

1.1.4. Considerações finais da seção

Esta seção teve como objetivos (i) identificar os predicados de gosto pessoal como parte da classe dos adjetivos escalares relativos e (ii) justificar a necessidade de uma subdivisão da classe dos adjetivos relativos em adjetivos vagos e subjetivos.

Assim, nas seções 1.1.1 e 1.1.2, falamos sobre as propriedades dos adjetivos escalares/não escalares e relativos/absolutos e trazemos testes da literatura para classificar os adjetivos nessas classes. Nessas seções, mostramos também que o PGP ‘gostoso’ se comporta como um adjetivo escalar relativo.

Já na seção 1.1.3, argumentamos contra a ideia de que o PGP ‘gostoso’ seja considerado um adjetivo vago, mostrando diferenças de comportamento entre este item e o adjetivo vago clássico ‘alto’. Argumentamos que as diferenças de comportamento entre os dois tipos de adjetivo justificam a necessidade da existência de um tipo diferente de adjetivo relativo que não é associado à vagueza, mas a um tipo diferente de subjetividade.

Não mostramos nesta seção, no entanto, quais são as propriedades e os comportamentos específicos desse subtipo de adjetivo relativo que não são compartilhados pelos adjetivos vagos. Na seção seguinte, vamos nos ocupar, então, em apresentar quais são as propriedades específicas desses adjetivos, delimitando, dessa forma, como se comporta a classe dos adjetivos relativos subjetivos.

1.2. Propriedades e fenômenos dos adjetivos subjetivos

Nesta seção, vamos nos concentrar na classe dos adjetivos subjetivos e apresentar os fenômenos gerados por esses itens, bem como as propriedades que são específicas dessa categoria. Nesta seção, apresentamos três características apresentada por esses adjetivos: (i) a variação escalar que não é objetivamente mensurável, (ii) a dependência de perspectiva e (iii) a multidimensionalidade. Argumentamos também que as duas primeiras são propriedades específicas dos adjetivos subjetivos, enquanto a multidimensionalidade, embora esteja presente nessa classe, também é apresentada por outros tipos de adjetivo que não são subjetivos.

1.2.1. Variação escalar não mensurável objetivamente

Vimos na seção 1 que um adjetivo subjetivo como ‘gostoso’ não se comporta da mesma maneira que adjetivos vagos num sentido escalar (como ‘alta’ e ‘careca’), já que seu uso não apresenta as três características que, juntas, indicariam tal vagueza (i.e., suscetibilidade ao paradoxo

de Sorites, apresentação de casos limítrofes entre P e \neg P e presença de limites *fuzzy*). Isso se dá, conforme já discutido anteriormente, porque não parece sequer possível associar ‘gostoso’ ou ‘divertido’ a uma escala objetivamente mensurável, como é possível fazer com ‘alta’ e ‘careca’. Afinal, quais seriam os graus de uma escala de “gostosura”? Veja que a escala de altura pode ter como graus milímetros, centímetros, metros etc., enquanto a escala de “carequice” pode ter como graus números naturais que representem a quantidade de fios de cabelo – no entanto, não é óbvio definir qual seriam os graus objetivos e mensuráveis que comporiam a escala de “gostosura”.

No entanto, ainda que ‘gostoso’ não seja associado a uma escala objetivamente mensurável, com graus numéricos, como os adjetivos vagos, ainda é claro que esse é um adjetivo que é associado a algum tipo de escala. Retomando os exemplos (6) e (7) apresentados na seção 1 e repetidos abaixo, vemos que ‘gostoso’ aparece em todas as construções de grau em que os adjetivos escalares vagos aparecem (cf. (6)) e também que pode ser modificado por intensificadores (cf. (7)):

- (6)
- a. Brigadeiro é mais gostoso do que beijinho.
 - b. Brigadeiro é tão gostoso quanto beijinho.
 - c. Brigadeiro é gostoso demais para ser ignorado.
 - d. Brigadeiro não é gostoso o suficiente para ser vendido aqui.
 - e. Brigadeiro é tão gostoso que é o doce que mais vendemos.
 - f. Quão gostoso é brigadeiro?
- (7)
- a. Brigadeiro é até que gostoso.
 - b. Brigadeiro é muito gostoso.
 - c. Brigadeiro é razoavelmente gostoso.

As possibilidades apontadas em (6) e (7) indicam que o predicado de gosto pessoal ‘gostoso’ não é aplicado de forma binária aos objetos que ele caracteriza, mas que ao ser qualificado como ‘gostoso’, esse objeto se encontra em algum grau da escala associada ao adjetivo. Além disso, é possível observar também que essa escala, embora não seja mensurável objetivamente, é ordenada, o que justifica a estranheza de um diálogo como aquele em (26):

- (26) Mônica: O que você acha mais gostoso: brigadeiro ou beijinho?
Magali: Brigadeiro.
Mônica: E o que você acha mais gostoso, beijinho ou bicho-de-pé?
Magali: Beijinho.

Mônica: Então você acha brigadeiro mais gostoso do que bicho-de-pé?

Magali: ??Não, eu acho bicho-de-pé mais gostoso do que brigadeiro.

Se a última afirmação de Magali no diálogo em (26) for estranha, isso acontece porque há uma quebra de expectativa do ouvinte em relação a como Magali classifica os docinhos em relação ao seu gosto. Essa quebra de expectativa se dá pois o ouvinte espera a propriedade transitiva na comparação. Em outras palavras, nas duas primeiras respostas, Magali estabelece uma escala como aquela em (27a) e, por outro lado, na sua última resposta, ela estabelece uma escala como aquela em (27b), que é incompatível com aquela estabelecida em (27a) (desde, claro, que ambas as escalas sendo comparadas em (27) sejam estabelecidas com base no ponto de vista de Magali):

- (27) a. brigadeiro $>_{\text{gostoso}}$ beijinho $>_{\text{gostoso}}$ bicho-de-pé
b. bicho-de-pé $>_{\text{gostoso}}$ brigadeiro

Finalmente, uma última propriedade específica das escalas associadas aos adjetivos subjetivos como ‘gostoso’ seria o que Bylinina (2014) chama de “variação escalar” (*scalar variation*), que é o fato de que os objetos caracterizados por tais adjetivos são ordenados de forma subjetiva ao longo de sua escala. Isso quer dizer que a escala associada a um predicado subjetivo – como a escala de “gostosura”, por exemplo – é dependente de um parâmetro extra, que não é necessário para se estabelecer uma escala objetiva como a de “altura”. Esse parâmetro extra é o indivíduo cujo ponto de vista é levado em consideração para a construção da escala.

A propriedade da variação escalar tem relação com uma outra propriedade específica dos adjetivos subjetivos: a dependência de perspectiva. Veremos mais sobre essa característica na próxima seção.

1.2.2. Dependência de perspectiva

Tanto adjetivos vagos quanto subjetivos têm em comum o fato de que precisam ser relativizados a algo para que possamos chegar ao seu significado, e diferem justamente na natureza desse “algo” ao qual são relativizados. No exemplo em (10) (repetido abaixo), vimos que um adjetivo relativo vago como ‘alta’ só pode ser interpretado dentro de uma classe de comparação.

- (10) A Mônica é alta.

Em outras palavras, se Mônica tem 1,20 metro de altura, a sentença em (10) pode ser considerada verdadeira caso estejamos comparando a altura de Mônica à altura de crianças de 6 anos, mas não caso a classe de comparação levada em consideração seja a classe de jogadoras de basquete profissionais, por exemplo.

A classe de comparação levada em conta para a computação semântica de sentenças que contêm predicados vagos como ‘alta’ pode ser explicitada por um PP (Bylinina, 2014). Em PB, esse PP toma a forma de ‘para x’, como podemos observar em (28):

(28) A Mônica é alta para uma criança de 6 anos.

Adjetivos subjetivos também podem ser relativizados a uma classe de comparação, como podemos ver em (29):

(29) *O fabuloso destino de Amélie Poulain* é divertido para um filme francês.

No entanto, o que diferencia esses adjetivos dos adjetivos vagos é que eles apresentam, ainda, a possibilidade de serem relativizados à perspectiva de um indivíduo cujo julgamento será levado em consideração para a avaliação da sentença como verdadeira ou falsa. A relativização a um juiz também pode se manifestar de maneira explícita na sentença, e toma a mesma forma que a relativização a uma classe de comparação conforme vimos em (28) e (29), ou seja, ‘para x’, como ilustrado em (30):

(30) *O fabuloso destino de Amélie Poulain* é divertido para mim.

Podemos perceber que os PPs em (29) e (30) têm funções diferentes pois é possível acumulá-los numa mesma sentença. Assim, vemos que (31a) é uma sentença aceitável do português brasileiro, já que os PPs introduzem diferentes elementos na sentença (uma classe de comparação e um juiz, respectivamente). Por outro lado, (31b) e (31c) são agramaticais porque seus PPs introduzem elementos que têm a mesma função na sentença – no caso de (31b), os PPs introduzem duas classes de comparação diferentes e, em (31c), os PPs introduzem dois juízes para o adjetivo ‘divertido’.

(31) a. *O fabuloso destino de Amélie Poulain* é divertido para um filme francês para mim.

b. **O fabuloso destino de Amélie Poulain* é divertido para um filme francês para um filme europeu.

c. **O fabuloso destino de Amélie Poulain* é divertido para mim para a minha mãe.

A possibilidade de tomar um PP-juiz é restrita aos adjetivos subjetivos, que são relativizados a uma perspectiva. Essa combinação, no entanto, não está disponível para adjetivos vagos, que não são julgados em relação ao ponto de vista de um indivíduo, como podemos ver em (32):

(32) ??A Mônica é alta para mim.

Vale notar que, em PB, se deslocarmos o PP-juiz para o começo da sentença, ela se torna mais aceitável:

(32') Para mim, a Mônica é alta.

No entanto, temos razão para acreditar que o PP “para mim” em (32') já não é interpretado como um PP-juiz, já que ele parece ser aceito até mesmo com sentenças que expressam propriedades objetivas. Para ilustrar essa possibilidade, vamos supor que Mônica e Magali estão discutindo sobre o formato do planeta Terra – Mônica acredita que a Terra é plana, mas Magali acredita que ela é redonda. Apenas uma delas pode estar correta, já que essa é uma propriedade objetiva da Terra e, no entanto, o diálogo em (33) é plausível em PB:

(33) Mônica: A Terra é plana.

Magali: De jeito nenhum, a Terra é redonda.

Mônica: Isso é o que a NASA quer que a gente acredite.

Magali: Dá para ver a sombra da Terra na Lua quando tem um eclipse, e é uma sombra redonda. Além disso, quando observamos os navios se movimentarem em direção ao horizonte, eles vão descendo.

Mônica, cansada de argumentar: E daí? Para mim, a Terra é plana!

Assim, o ‘para mim’ prefaciando a sentença parece ser um recurso pragmático usado pela falante para encerrar uma conversa na qual ela não está mais interessada.

Além do PP-juiz, outra forma de identificar um adjetivo subjetivo comumente encontrada na literatura de língua inglesa é testar a gramaticalidade desse item quando encaixado sob o verbo *find*.

Segundo autores como Kennedy (2013) e Fleisher (2013), entre outros, apenas predicados que apresentam dependência de perspectiva podem se combinar com *find*, enquanto predicados que não apresentam essa propriedade resultariam em ruído quando combinados com esse verbo, conforme vemos nos exemplos abaixo (Kennedy, 2013, p. 349):

- (34) a. Anna finds trippa alla romana tasty.
“Anna acha trippa alla romana gostoso”
b. ??Anna finds trippa alla romana to be vegetarian.
“Anna acha trippa alla romana ser vegetariano”

Além disso, Kennedy (2013) argumenta também que o *find* pode aceitar adjetivos vagos, mas apenas em leituras avaliativas, ou seja, nas quais há um julgamento por parte de um indivíduo. Consideremos os exemplos abaixo (Kennedy, 2013, p. 267):

- (35) a. This piece of cake is heavy/light/dense.
Esse pedaço de bolo está pesado/leve/denso.
b. I find this piece of cake heavy/light/dense.
Eu acho esse pedaço de bolo pesado/leve/denso.

Assim, os exemplos em (35a) são ambíguos entre (i) uma leitura objetiva dimensional, ou seja, que fala a respeito de propriedades físicas do pedaço de bolo e (ii) uma leitura subjetiva avaliativa, ou seja, que fala a respeito de como o falante sente esse bolo no estômago ou na boca. No entanto, os adjetivos *heavy*, *light* e *dense* em (35b) só podem ser interpretados como na leitura (ii), ou seja, como adjetivos avaliativos que falam sobre a experiência do falante com o bolo.

Em PB, a estrutura sintática [achar [DP] [AP]] tem um funcionamento paralelo à estrutura [find [DP] [AP]] do inglês, aceitando apenas adjetivos que apresentam uma dependência de perspectiva (Marques, 2018):

- (36) a. A Magali acha melancia gostoso.
b. ??A Magali acha melancia vegetariano.

Além disso, assim como defende Kennedy (2013) para *find*, a estrutura [achar [DP] [AP]] também aceita adjetivos vagos desde que estes sejam lidos avaliativamente (e não dimensionalmente). Assim, a interpretação de (37) deve ser a de que o adjetivo ‘pesado’ se refere a

uma qualidade do bolo sensível àquele que está experimentando, e não ao peso físico do bolo em gramas.

(37) A Magali acha esse bolo pesado.

Uma outra leitura possível de (37) até poderia ser a de que Magali esteja se referindo ao peso físico do bolo, mas, nesse caso, ela estaria dizendo que o bolo é (fisicamente) pesado em excesso para um propósito específico – por exemplo, para ela carregar sozinha, para colocar em cima de uma mesinha fraca etc. No entanto, vale notar que, mesmo nesse caso, o valor de verdade da sentença ainda depende do julgamento de um juiz – Magali. Dessa forma, mesmo que o adjetivo ‘pesado’ nessa sentença estivesse se referindo a um valor numérico em gramas (ou qualquer outra unidade de medida adequada), o julgamento da sentença continua subjetivo e não vai contra a proposta de que apenas leituras subjetivas do adjetivo podem ser encontradas na estrutura [achar [DP] [AP]].

Por fim, vale a pena mencionar ainda um último fenômeno que é relacionado a essa dependência de perspectiva apresentada pelos adjetivos subjetivos: o *faultless disagreement* em estruturas de comparação (Kennedy, 2013; Fleisher, 2013). Na seção 1, já vimos que o *faultless disagreement* é um desacordo que pode ocorrer com adjetivos que apresentem qualquer tipo de vagueza, sejam adjetivos escalarmente vagos ou então adjetivos subjetivos como os que estamos descrevendo aqui. No entanto, quando olhamos para os adjetivos escalarmente vagos, mas não subjetivos, vemos que o *faultless disagreement* não é gerado em desacordos que envolvem estruturas de comparação, como podemos ver em (38) – apenas um dos falantes pode estar correto:

(38) Cebolinha: A Magali é mais alta do que a Mônica.

Cascão: Não, a Magali não é mais alta do que a Mônica.

Por outro lado, adjetivos subjetivos mantêm a geração desse tipo de desacordo ainda que os participantes do diálogo usem estruturas de comparação, como ilustrado em (39):

(39) Mônica: Morango é mais gostoso do que melancia.

Magali: Não, morango não é mais gostoso do que melancia.

Essa diferença se dá justamente porque, enquanto o termo ‘alta’ numa comparação não está atrelado a um ponto de vista, sendo avaliado de acordo com uma dimensão objetiva (altura), a escala

relacionada ao adjetivo ‘gostoso’ (de “gostosura”) não é uma escala objetivamente mensurável, e é dependente de um indivíduo que vai ordenar a escala a partir da sua perspectiva (no caso, a partir do seu gosto pessoal).

Uma outra explicação possível para o fenômeno do *faultless disagreement* em estruturas de comparação é dada em termos de multidimensionalidade do adjetivo que gera esse tipo de desacordo. Assim, se olharmos para o exemplo de um adjetivo multidimensional como ‘grande’, por exemplo, vemos que, embora ele seja associado apenas a escalas objetivas (i.e., altura, largura, comprimento, volume etc.), seu uso na forma comparativa ainda gera um desacordo que parece subjetivo:

(39) Mônica: Essa mesa é maior do que aquela.

Magali: Não, essa mesa não é maior do que aquela.

No entanto, vemos que esse desacordo não é realmente subjetivo quando percebemos que ele se dá porque as falantes falham em definir a dimensão que está sendo usada para comparar as duas mesas. Ao explicitar qual é a dimensão que está sendo usada para avaliar cada mesa, o desacordo se torna, novamente, objetivo. Podemos observar isso no diálogo em (40), sobre o qual já temos a intuição de que apenas uma das falantes pode estar proferindo algo verdadeiro:

(40) Mônica: Essa mesa é maior do que aquela em largura.

Magali: Não, essa mesa não é maior do que aquela em largura.

A partir dessa argumentação, poderíamos nos perguntar se adjetivos subjetivos como ‘gostoso’, na verdade, não geram *faultless disagreement* real em estruturas de comparação, e se é o caso que no diálogo em (38) Mônica e Magali estão apenas se referindo a dimensões diferentes de ‘gostoso’ – uma está falando da textura das frutas, por exemplo, e a outra da doçura. No entanto, ainda que esse fosse o caso, a impressão de um desacordo subjetivo se mantém, como podemos ver em (41):

(41) Mônica: Morango é mais gostoso do que melancia em questão de textura.

Magali: Não, morango não é mais gostoso do que melancia em questão de textura.

Dessa forma, vemos que a dependência de perspectiva inerente da semântica do adjetivo subjetivo ‘gostoso’ é referência para ordenar os objetos até mesmo ao longo das escalas

relacionadas às dimensões individuais do termo (i.e., textura, doçura, acidez etc.). Falaremos mais sobre a especificidade da multidimensionalidade manifestada pelos adjetivos subjetivos na próxima seção.

1.2.3. Multidimensionalidade

Entre os adjetivos escalares, podemos encontrar duas categorias: a dos adjetivos (i) dimensionais e (ii) multidimensionais. Os adjetivos dimensionais são aqueles que têm uma única escala associada à sua interpretação – um exemplo clássico de adjetivo dimensional é ‘alto’, associado unicamente à escala de altura. Adjetivos multidimensionais, por outro lado, têm várias escalas associadas à sua interpretação. Esse é o caso do exemplo ‘grande’, dado na seção anterior: quando caracterizamos um móvel, por exemplo, como ‘grande’, podemos estar falando da sua altura, da sua largura, da sua profundidade, do seu volume, ou, ainda, de uma combinação de múltiplas dessas dimensões.

Uma maneira linguística de verificar a diferença entre adjetivos dimensionais e multidimensionais é usar PPs que explicitem qual é a dimensão associada ao adjetivo que está sendo levada em consideração para a sua interpretação na sentença. Apenas adjetivos multidimensionais aceitam esse tipo de PP, já que, para os adjetivos dimensionais, apenas uma escala está disponível (Sassoon, 2013), e o acréscimo de um PP desse tipo resultaria em redundância. Isso explica por que a sentença em (42a), com o adjetivo dimensional ‘alto’, não aceita o PP ‘em altura’, enquanto a sentença em (42b), com o adjetivo multidimensional ‘grande’, o aceita:

- (42) a. A Mônica é alta ?em altura.
b. Esse guarda-roupa é grande em altura.

Outro tipo de PP que só é aceito por adjetivos multidimensionais é aquele que exclui da interpretação do adjetivo uma possível dimensão associada a ele, como ocorre em (43a) e (43b). O PPs ‘tirando x’ ou ‘exceto por x’ não se combinam com adjetivos dimensionais, já que não há uma gama de opções de dimensões associadas a esses adjetivos que justifique a exclusão de alguma(s) dessa(s) dimensão(ões) para a interpretação do adjetivo, como podemos verificar pela estranheza das sentenças em (43c) e (43d):

- (43) a. Esse guarda-roupa é grande tirando a sua largura.

- b. Essa cama é grande exceto pela sua altura.
- c. ?A Mônica é alta tirando a sua altura.
- d. ?A Mônica é alta exceto pela sua largura.

Predicados de gosto pessoal como ‘gostoso’ e ‘divertido’ se comportam como adjetivos multidimensionais, já que aceitam PPs que selecionam uma dimensão usada para a interpretação do adjetivo (como em (44a) e (44c)) e também aceitam PPs que excluem uma dimensão de sua interpretação (como em (44b) e (44d)).

- (44)
- a. Esse bolo é gostoso na textura.
 - b. Esse bolo é gostoso tirando a acidez.
 - c. Esse filme é divertido nos diálogos.
 - d. Esse filme é divertido exceto pelas músicas.

No entanto, para Soria Ruiz e Faroldi (2020), o modo como os adjetivos subjetivos expressam a multidimensionalidade é diferente do modo como adjetivos não-subjetivos expressam essa propriedade. Os autores propõem que “predicados de ordenação subjetiva” (i.e., adjetivos relativos subjetivos) têm como uma de suas propriedades a “multidimensionalidade holística”. Se um adjetivo é holisticamente multidimensional, isso significa que, para a sua computação, as dimensões que o compõem não contribuem isoladamente, mas de um jeito unificado – ou seja, não é possível considerar as dimensões que compõem o adjetivo de modo separado para a atribuição desse adjetivo a um indivíduo. Para entender o que isso significa, vamos considerar o exemplo em (45):

- (45) O café A é mais gostoso do que o café B.

Vamos considerar “amargura” e “doçura” como as dimensões relevantes de “mais gostoso” nesse contexto. Vamos considerar também que o café A é naturalmente pouco amargo enquanto o café B é muito amargo. Caso nenhum dos dois cafés esteja adoçado, a sentença em (45) será verdadeira para um falante que gosta de um café pouco amargo. No entanto, caso mudemos o valor da dimensão da doçura adicionando três colheres de açúcar a cada um dos cafés, é possível que a sentença em (45) já não seja verdadeira para o mesmo falante, já que o café A, por ser naturalmente menos amargo, pode ficar enjoativamente doce, enquanto o café B, que é mais amargo, pode ficar na doçura ideal que o deixa mais gostoso do que o café A. Ou seja, a mudança de valor em uma

única dimensão do predicado interfere no julgamento da sentença (45). Isso é uma evidência de que ‘gostoso’ é julgado a partir da computação de todas as suas dimensões.

Intuitivamente, a argumentação de Soria Ruiz e Faroldi (2020) faz sentido. De fato, parece ser o caso que, para considerar algo ‘gostoso’, devemos fazer um balanço de todas as dimensões que tal adjetivo envolve para chegar à conclusão de que ele se aplica (segundo uma perspectiva) para uma dada entidade. Parece estranho que uma pessoa diga que um bolo está gostoso, por exemplo, se ele está exageradamente doce e ácido, ainda que ele apresente uma textura fofa (algo que é geralmente desejável em bolos).

Contudo, como já vimos nos exemplos em (44), em PB temos a possibilidade de usar PPs que isolam as dimensões que compõem os adjetivos subjetivos, algo que vai contra a ideia de que as dimensões associadas a esses adjetivos sejam sempre consideradas de forma holística, sem a possibilidade de que sejam consideradas separadamente, para a computação do adjetivo. Nesse sentido, esses adjetivos parecem se aproximar mais de adjetivos multidimensionais conjuntivos (Sassoon, 2013) do que de adjetivos multidimensionais holísticos.

Os adjetivos multidimensionais conjuntivos, segundo Sassoon (2013), são aqueles adjetivos que são usados para caracterizar objetos que atingem um padrão (*standard*) mínimo em todas as dimensões que o compõem; eles se diferenciam, portanto, de adjetivos multidimensionais disjuntivos, que seriam aqueles adjetivos que podem ser usados para caracterizar um objeto a partir do momento em que esse objeto atinja um padrão (*standard*) mínimo em uma única dimensão entre as tantas que compõem o adjetivo. Para entender melhor essa diferença, consideremos os exemplos abaixo, que contêm o adjetivo conjuntivo ‘saudável’ e o adjetivo disjuntivo ‘doente’:

- (46) a. Magali é saudável.
b. Magali está doente.

O adjetivo ‘saudável’, em (46a), é um adjetivo conjuntivo. Isso significa que, para que Magali seja considerada saudável, ela precisa atingir um padrão mínimo de saúde em todas as dimensões que compõem o adjetivo ‘saudável’ – por exemplo, precisa ter um padrão de boa pressão, bom colesterol, bom funcionamento dos órgãos etc.

As dimensões do adjetivo ‘saudável’, portanto, devem ser amarradas por uma operação de quantificação universal, conforme a fórmula abaixo (Sassoon, 2013):

$$(46a') P \leftrightarrow \lambda x \forall Q \in DIM(P) : Q(x)$$

Parafraseando (46a'), temos que o adjetivo conjuntivo P é verdadeiro sse, dado um x qualquer, para todas as dimensões Q do adjetivo P, Q se aplica a x. Em suma, a sentença (46a) só pode ser considerada verdadeira se Magali atinge o padrão mínimo de saúde em todas as dimensões relevantes que compõem o adjetivo 'saudável'.

Por outro lado, ao contrário do que ocorre em (46a), não é necessário que Magali atinja um padrão de "doença" em todas as dimensões que compõe o adjetivo 'doente' para que a sentença em (46b) seja considerada verdadeira – basta que ela atinja esse padrão em uma única dimensão. Assim, ainda que ela esteja com boa pressão, com bom colesterol, com bom funcionamento dos rins e assim por diante, se ela estiver com uma gripe, ela pode ser considerada doente.

Assim, as dimensões do adjetivo 'doente' devem ser amarradas por uma operação de quantificação existencial, conforme a fórmula abaixo (Sassoon, 2013):

$$(46b') P \leftrightarrow \lambda x \exists Q \in \text{DIM}(P) : Q(x)$$

Parafraseando (46b'), temos que o adjetivo disjuntivo P é verdadeiro sse, dado um x qualquer, existe pelo menos uma dimensão Q do adjetivo P que se aplica a x. Ou seja, a sentença em (46b) será considerada verdadeira se Magali atingir o padrão mínimo de doença em alguma das dimensões que compõem o adjetivo 'doente'.

Olhando agora para o PGP 'gostoso', caso ele se comporte como um adjetivo multidimensional conjuntivo, então, devemos esperar que ele possa ser representado pela fórmula em (46a). Isso significa que uma sentença como aquela em (47a) poderia ser representada pela fórmula em (47b):

- (47) a. Esse bolo é gostoso.
 b. $\forall Q \in \text{DIM}(\text{gostoso}) : Q(\text{esse-bolo})$

Parafraseando (47b), temos que para todo Q que é uma dimensão do predicado 'gostoso', Q se aplica a "esse bolo" (i.e., "esse bolo" atinge um padrão/*standard* mínimo na escala Q). Assim, retomando o exemplo que demos anteriormente, a sentença (47a) só seria verdadeira se "esse bolo" atingisse um padrão escalar mínimo de "gostosura" em todas as dimensões (por exemplo, textura, acidez e doçura) que compõem o adjetivo gostoso. Caso o nível de "gostosura" em alguma dessas dimensões deixe a desejar, entretanto, a sentença em (47a) não poderia ser considerada verdadeira.

Há, no entanto, um problema em usar a mesma fórmula para representar os adjetivos multidimensionais conjuntivos 'saudável' e 'gostoso'. Isso porque, enquanto 'saudável' é um

adjetivo objetivo, ‘gostoso’ é um predicado de gosto, ou seja, ele precisa de uma informação a mais para ser computado: a perspectiva que se está levando em consideração para o julgamento da sentença. Como já vimos nos exemplos (39) a (41) na seção anterior, repetidos abaixo, adjetivos multidimensionais objetivos que parecem gerar *faultless disagreement* em usos comparativos (cf. (39)) perdem essa característica quando especificamos a dimensão que estamos levando em consideração para a interpretação do predicado (cf. (40)).

(39) Mônica: Essa mesa é maior do que aquela.
Magali: Não, essa mesa não é maior do que aquela.

(40) Mônica: Essa mesa é maior do que aquela em largura.
Magali: Não, essa mesa não é maior do que aquela em largura.

Por outro lado, adjetivos multidimensionais subjetivos continuam gerando o *faultless disagreement* mesmo com a presença de um PP que especifica a dimensão do predicado que está sendo levada em consideração para a interpretação da sentença, como podemos ver no exemplo (41), repetido abaixo:

(41) Mônica: Morango é mais gostoso do que melancia em questão de textura.
Magali: Não, morango não é mais gostoso do que melancia em questão de textura.

Para explicar essa diferença e computar a subjetividade na fórmula de ‘gostoso’, propomos que a fórmula proposta para ‘saudável’ por Sassoon (2013) seja adaptada da forma como colocamos em (48):

(48) $P \leftrightarrow \lambda x \lambda y \forall Q \in \text{DIM}(P) : Q(x) \in \text{Epist}_y$

Parafraseando (48), temos que o predicado subjetivo P é o caso sse (i) para um x e um y quaisquer e (ii) para todo Q que é uma dimensão de P, então que Q se aplica a x pertence às alternativas epistêmicas de y (Epist_y). As alternativas epistêmicas são definidas em Stephenson (2007) como o conjunto de conhecimentos de um indivíduo. Assim, em outras palavras, uma sentença como “Esse bolo é gostoso” é verdadeira se é de conhecimento⁹ do “juiz” da sentença que

9 Pode ser o caso que seja o conteúdo do conjunto de conhecimentos do juiz (alternativas epistêmicas) ou do conjunto de crenças do juiz (alternativas doxásticas).

“esse bolo” atinge um padrão mínimo de gostosura em todas as escalas que compõem ‘gostoso’. Dessa forma, a aplicação de cada dimensão Q a x é julgada como verdadeira a partir da perspectiva do indivíduo y . Isso explica por que o diálogo em (41) continua gerando *faultless disagreement*, já que a agradabilidade da dimensão da textura de cada fruta é julgada de forma diferente por Mônica e por Magali.

1.2.4. Considerações finais da seção

Nesta seção, falamos de duas propriedades particulares da classe dos adjetivos subjetivos: (i) a variação escalar não-mensurável objetivamente (que se aplica até mesmo às dimensões individuais que compõem o adjetivo subjetivo) e (ii) a dependência de perspectiva. Essas propriedades são instanciadas apenas por esse tipo de adjetivo, e não são características de adjetivos vagos como ‘alto’, que são vagos em um sentido escalar. No entanto, usamos, durante toda a seção, apenas o exemplo do adjetivo prototípico da categoria ‘gostoso’, que aparece na literatura como um predicado de gosto pessoal.

Por conta disso, na próxima seção, investigaremos outras categorias de adjetivos presentes na literatura que podem se encaixar na classe dos adjetivos subjetivos junto a ‘gostoso’ e os predicados de gosto pessoal. Essa investigação é feita a partir da conformidade às propriedades que definem a classe dos adjetivos subjetivos apresentadas nesta seção.

1.3. Adjetivos subjetivos: Uma proposta de classificação linguística

Como o próprio nome diz, os predicados de gosto pessoal se referem ao gosto pessoal do falante que os profere, e por se referirem a gosto pessoal, eles consequentemente pertencem a uma classe de adjetivos subjetivos. Nas seções anteriores, investigamos os fenômenos associados aos adjetivos subjetivos usando o exemplo prototípico de PGP ‘gostoso’. No entanto, que outros adjetivos, fora aqueles que expressam gosto pessoal, poderiam ser considerados também subjetivos?

Silk (2019) argumenta que os fenômenos linguísticos gerados pelo uso dos PGPs que os diferenciam de adjetivos vagos (i.e., adjetivos escalares que apresentam vagueza escalar) são compartilhados por, pelo menos, outras três classes de adjetivos descritas pela literatura: (i) adjetivos estéticos (McNally e Stojanovic, 2017; Stojanovic, 2018), (ii) adjetivos morais (Faroldi e Soria Ruiz, 2017; Soria Ruiz e Faroldi, 2020) e (iii) adjetivos epistêmicos (Nuyts, 1993; Nuyts, 2001). Essa é uma proposta importante, pois, como os próprios nomes das categorias adjetivais

sugerem, esses adjetivos são agrupados com base em conceitos filosóficos (i.e., se expressam julgamento estético, se expressam julgamento ético, etc.) e não com base em seus comportamentos linguísticos. Em Soria Ruiz e Faroldi (2020), por exemplo, vemos que, dentro da classe dos adjetivos morais, encontramos adjetivos que se comportam de formas diferentes de um ponto de vista linguístico, embora todos sejam adjetivos que possam ser interpretados como adjetivos que expressam julgamento moral.

Assim, nesta seção, vamos nos aprofundar na proposta de Silk (2019) e verificar se as classes que ele aponta como semelhantes aos PGPs – adjetivos estéticos (como ‘bonito’), morais (como ‘ético’) e epistêmicos (como ‘provável’) – apresentam, no PB, comportamento linguístico semelhante a PGPs como ‘gostoso’. Para isso, nas seções 1.3.1 a 1.3.3, verificamos se as propriedades apresentadas na seção anterior (variação escalar não objetivamente mensurável e dependência de perspectiva) são também instanciadas por esses outros tipos de adjetivos.

1.3.1. Adjetivos estéticos

A classe dos adjetivos estéticos, como o próprio nome indica, compreende adjetivos que envolvem julgamentos estéticos. Além dos adjetivos prototípicos da classe ‘bonito’ e ‘feio’, exemplos de adjetivos estéticos dados por Stojanovic (2018, p. 3) incluem: *unified* (coeso), *balanced* (equilibrado), *integrated* (integrado), *lifeless* (sem vida), *serene* (sereno), *somber* (sombrio), *dynamic* (dinâmico), *powerful* (poderoso), *vivid* (vívido), *moving* (emocionante), *trite* (banal), *sentimental* (sentimental), *tragic* (trágico), *graceful* (gracioso), *delicate* (delicado), *dainty* (fino), *handsome* (bonito), *comely* (agradável), *elegant* (elegante), *garish* (extravagante) e *dumpy* (imundo), entre outros.

Num nível intuitivo, adjetivos dessa classe podem ser equiparados aos PGPs, já que julgamentos estéticos parecem, muitas vezes, ter a ver com questões de gosto pessoal. No entanto, na literatura, evita-se usar adjetivos desse tipo como exemplos de predicados de gosto, dado que eles apresentam, em geral, uma carga filosófica que os PGPs prototípicos ‘gostoso’ e ‘divertido’ não carregam – algo que foi observado já em Lasersohn (2005). Do ponto de vista linguístico, no entanto, esses adjetivos parecem se comportar de maneira similar aos PGPs, como veremos a seguir.

Em primeiro lugar, observamos que adjetivos estéticos como ‘bonito’, ‘gracioso’ e ‘feio’ têm relação com algum tipo de escala, já que podem ser usados em construções de grau (cf. (49)) e podem ser combinados com intensificadores (cf. (50)):

- (49) a. *Guernica* é mais bonito do que *A persistência da memória*.
 b. Balé é tão gracioso quanto kung-fu.
 c. Esse quadro é feio demais para ser um quadro tão famoso.
 d. *Guernica* não é bonito o suficiente para ser um quadro tão famoso.
 e. Balé é tão gracioso que todas as meninas querem fazer.
 f. Quão feio é esse quadro?
- (50) a. *O nascimento de Vênus* é até que bonito/gracioso/?feio.
 b. *O nascimento de Vênus* é muito bonito/gracioso/feio.
 c. *O nascimento de Vênus* é razoavelmente bonito/gracioso/?feio.

Ao mesmo tempo, é possível observar que as escalas de beleza ou graça mobilizadas por esses adjetivos não são objetivas, pois não é possível definir quais são os graus mínimos objetivos que as compõem. Quando uma pessoa faz um julgamento estético, ela pode estar levando em consideração muitos fatores: as cores, as formas, a sensação que aquela visão causa nela etc., mas o julgamento final de algo como bonito, feio ou gracioso é realizado localizando o objeto ao longo dessa escala subjetiva. Veja que quando usamos um predicado vago associado a uma escala objetiva, como ‘alto’, é possível especificar o valor da diferença entre dois objetos comparados, como ocorre em (51a); o mesmo não é possível em (51b), sentença que contém o adjetivo estético ‘bonito’:

- (51) a. O Chico é 2 cm mais alto do que o Zé.
 b. ??O *Abaporu* é 2 cores/2 formas mais bonito do que *Guernica*.

Também podemos observar que as escalas de beleza e graça associadas aos nossos exemplos de adjetivos estéticos, embora não sejam objetivamente mensuráveis nem apresentem graus equidistantes, são ordenadas. Assim, a partir das asserções (a) e (b) de Mônica nos exemplos em (52) a (54), podemos tirar as conclusões em (c):

- (52) a. Mônica: *Guernica* é mais bonito que *A persistência da memória*.
 b. Mônica: *A persistência da memória* é mais bonito do que *O grito*.
 c. Conclusão: *Guernica* é mais bonito do que *O grito* (para a Mônica).

- (53) a. Mônica: Balé é mais gracioso do que kung-fu.
 b. Mônica: Kung-fu é mais gracioso do que boxe.
 c. Conclusão: Balé é mais gracioso do que boxe (para a Mônica).
- (54) a. Mônica: A capa desse livro é mais feia do que a capa dessa revista.
 b. Mônica: A capa dessa revista é mais feia do que a capa desse gibi.
 c. Conclusão: A capa desse livro é mais feia do que a capa desse gibi (para a Mônica).

Finalmente, também é possível afirmar que os objetos são ordenados nessas escalas a partir de um ponto de vista, e não de modo objetivo. Portanto, nos exemplos (55) a (57), não é possível chegar à conclusão em (c) a partir das asserções em (a) e (b), já que essas asserções são feitas por falantes diferentes.

- (55) a. Mônica: *Guernica* é mais bonito do que *A persistência da memória*.
 b. Magali: *A persistência da memória* é mais bonito do que *O grito*.
 c. #Conclusão: *Guernica* é mais bonito do que *O grito*.
- (56) a. Mônica: Balé é mais gracioso do que kung-fu.
 b. Magali: Kung-fu é mais gracioso do que boxe.
 c. #Conclusão: Balé é mais gracioso do que boxe.
- (57) a. Mônica: A capa desse livro é mais feia do que a capa dessa revista.
 b. Magali: A capa dessa revista é mais feia do que a capa desse gibi.
 c. #Conclusão: A capa desse livro é mais feia do que a capa desse gibi.

A dependência de perspectiva dos adjetivos estéticos também pode ser comprovada por outros três testes já trabalhados na seção anterior com o PGP ‘gostoso’: (i) a possibilidade da adição de um PP-juiz à sentença que contém o adjetivo subjetivo (cf. (58)); (ii) a possibilidade de encaixamento desses termos na estrutura do PB [achar [DP] [AP]] (cf. (59)); e (iii) a geração de *faultless disagreement* em estruturas de comparação (cf. (60)).

- (58) a. *Guernica* é bonito para mim.
 b. Kung-fu é gracioso para a Magali.

- c. A capa desse livro é feia para os clientes.
- (59) a. Eu acho/A Mônica acha *Guernica* bonito.
 b. Eu acho/A Mônica acha kung-fu gracioso.
 c. Eu acho/A Mônica acha a capa desse livro feia.
- (60) Mônica: *Guernica* é mais bonito/gracioso/feio do que *O Abaporu*.
 Magali: Não, *Guernica* não é mais bonito/gracioso/feio do que *O Abaporu*.

Em (58), os PPs-juiz “para x” explicitam o indivíduo cujo ponto de vista é levado em consideração para o julgamento da sentença. Como dissemos, a possibilidade da adição desses PPs às sentenças mostra que os adjetivos usados nelas são julgados a partir de uma perspectiva.

Em (59), o fato de que os adjetivos estéticos podem aparecer na estrutura [achar [DP] [AP]] também mostra que esses são adjetivos que são dependentes de perspectiva, já que o sujeito dessa estrutura serve de juiz à sentença, e essa estrutura não é gramatical quando usada com adjetivos objetivos (i.e., cuja interpretação não depende do julgamento de um juiz).

Por fim, o *faultless disagreement* gerado pelos diálogos em (60) mostra que esses são adjetivos cujo valor de verdade varia de acordo com o indivíduo que está julgando a sentença. Caso esses adjetivos não dependessem de uma perspectiva, mas descrevessem apenas um estado objetivo no mundo, apenas uma das participantes dos diálogos em (60) poderia estar correta em cada caso.

Diante dos dados apresentados nessa seção, é possível argumentar que adjetivos estéticos se aproximam de PGPs na manifestação de duas propriedades: (i) variação escalar não objetivamente mensurável e (ii) dependência de perspectiva. Isso diferencia os adjetivos estéticos de adjetivos que apresentam vagueza num sentido escalar e, portanto, os aproxima dos PGPs e de uma classe de adjetivos subjetivos.

1.3.2. Adjetivos morais (ou deônticos)

A classe dos adjetivos morais (Silk, 2019; Soria Ruiz e Faroldi, 2020) engloba adjetivos que são usados para fazer julgamentos sobre questões morais. Podemos considerar que esses adjetivos são deônticos no sentido em que eles indicam uma ordenação dos elementos a partir do critério do que o falante acha preferível, ou seja, indicam uma ordenação dos elementos idealizada por uma perspectiva. Exemplos de adjetivos morais dados por Soria Ruiz e Faroldi (2020, p. 13) incluem:

‘*moral*’ (‘moral’), ‘*ethical*’ (‘ético’), ‘*virtuous*’ (‘virtuoso’), ‘*coward*’ (‘covarde’), ‘*generous*’ (‘generoso’), ‘*loyal*’ (‘leal’), ‘*honest*’ (‘honesto’), ‘*important*’ (‘importante’), ‘*justified*’ (‘justificado’), ‘*rational*’ (‘racional’) e ‘*valuable*’ (‘valioso’). A seguir, argumentamos que, do ponto de vista linguístico, esses adjetivos se comportam de maneira similar aos PGPs e aos adjetivos estéticos.

Em primeiro lugar, os adjetivos morais são aceitos em construções de grau, o que indica que eles são relacionados a uma escala:

- (61) a. Roubar comida é mais ético do que deixar a sua família morrer de fome.
- b. Doar dinheiro é tão generoso quanto fazer trabalho voluntário.
- c. Esse disco não é importante o suficiente para ganhar uma homenagem.

Esses adjetivos também podem ser modificados por intensificadores, o que também indica mais uma vez que se trata de adjetivos, de alguma forma, escalares:

- (62) a. Demonstrar coragem é muito virtuoso.
- b. Esse candidato é razoavelmente honesto.
- c. A atitude do chefe foi até que justificada.

No entanto, diferentemente dos adjetivos vagos, e se aproximando dos PGPs e adjetivos estéticos, a escala associada a esses adjetivos não é objetiva. Isso porque não é possível estabelecer um grau mínimo na escala associada a esses predicados, como podemos fazer com adjetivos vagos objetivos. No contraste entre as sentenças em (63), apenas na comparação em (63a), que usa um adjetivo escalar objetivo, é possível explicitar o valor da diferença entre os objetos comparados; em (63b), isso já não é possível:

- (63) a. A minha mesa é 5 cm mais larga do que a sua.
- b. ??O professor de física foi 5 ações mais ético do que o professor de artes.

É também possível observar que mesmo usar valores numéricos objetivos para medir o tamanho da diferença entre dois elementos só parece ser possível com adjetivos não subjetivos, como é o caso de (64a). A sentença em (64b), por outro lado, não aceita o modificador “3 vezes” com o adjetivo subjetivo ‘ético’.

- (64) a. O meu cabelo é 3 vezes mais comprido do que o seu.
b. ??Aceitar esse trabalho é 3 vezes mais ético do que recusar.¹⁰

Alguns adjetivos morais, como observado por Soria Ruiz e Faroldi (2020), apresentam, além do conteúdo avaliativo deontico, também um conteúdo descritivo, como é o caso de ‘generoso’. Quando uma pessoa é chamada de generosa, o falante não apenas faz um julgamento positivo em relação à pessoa, mas ele também a descreve como, por exemplo, uma pessoa que beneficia os outros. Duas formas possíveis de uma pessoa demonstrar generosidade são que ela doe seu dinheiro (para alguma causa) ou doe seu tempo (trabalhando como voluntária, por exemplo). Dado que dinheiro e tempo são dimensões objetivas e mensuráveis (o dinheiro pode ser medido em reais, por exemplo, e o tempo pode ser medido em horas) poderíamos pensar que esse tipo de adjetivo moral que apresenta também conteúdo descritivo poderia ser modificado por uma expressão numérica que explicita o valor da diferença entre dois objetos que são comparados na escala associada ao adjetivo. Contudo, isso não acontece, como podemos observar pela estranheza das sentenças em (65):

- (65) a. ?Ele foi 200 reais mais generoso que a esposa dele.
b. *Ele foi 2 horas mais generoso que a esposa dele.

Os exemplos em (65) mostram que mesmo adjetivos morais com algum conteúdo descritivo não são associados diretamente a escalas objetivas.

Por fim, assim como acontece com PGPs e adjetivos estéticos, os adjetivos morais são associados a escalas ordenadas, ainda que não objetivamente mensuráveis. Assim, a partir das asserções (a) e (b) de Chico nas sentenças em (66) e (67), podemos concluir as sentenças em (c):

- (66) a. Chico: Estudar inglês é mais importante do que estudar música.
b. Chico: Estudar música é mais importante do que estudar banho e tosa.
c. Conclusão: Estudar inglês é mais importante do que estudar banho e tosa (para o

Chico).

10 Notamos que a sentença fica mais aceitável caso o modificador numérico envolva um número bem grande, por exemplo, “Aceitar esse trabalho é mil vezes mais ético do que recusar”. Argumentamos que isso acontece porque, nesse caso, o número elevado é um sinal de que o falante está exagerando na sua comparação, e o que a sentença quer dizer, na verdade, não é que a opção A é literalmente mil vezes mais ética do que a opção B, mas sim que a opção A é (muito) mais ética do que a opção B; é, em suma, uma estratégia argumentativo que envolve ênfase por parte do falante.

- (67) a. Zé: O Hiro é mais honesto do que a Rosinha.
b. Zé: A Rosinha é mais honesta do que o Genésio.
c. Conclusão: O Hiro é mais honesto do que o Genésio (para o Zé).

Outra propriedade dos adjetivos morais que os aproxima de uma classe de adjetivos subjetivos é a dependência de perspectiva que eles apresentam. Assim, voltando aos testes em (66) e (67), as conclusões em (c) só são possíveis pois as asserções em (a) e (b) são feitas pelo mesmo falante (Chico, em (66), e Zé, em (67)). Caso as asserções tivessem sido feitas por falantes diferentes, como em (68) e (69), não seria possível chegar às mesmas conclusões que nos exemplos acima:

- (68) a. Chico: Estudar inglês é mais importante do que estudar música.
b. Zé: Estudar música é mais importante do que estudar banho e tosa.
c. #Conclusão: Estudar inglês é mais importante do que estudar banho e tosa.
- (69) a. Chico: O Hiro é mais honesto do que a Rosinha.
b. Zé: A Rosinha é mais honesta do que o Genésio.
c. #Conclusão: O Hiro é mais honesto do que o Genésio.

As conclusões em (c) em (68) e (69) não são possíveis justamente porque a ordenação dos objetos caracterizados pelos adjetivos morais nas escalas correspondentes a cada um deles é feita a partir de um ponto de vista. Pelo mesmo motivo, vemos que esses adjetivos geram *faultless disagreement* mesmo se estão em estruturas de comparação:

- (70) Chico: Recusar esses pedidos é mais ético do que aceitar.
Zé: Não, recusar esses pedidos não é mais ético do que aceitar.

A percepção de que desacordos que envolvem julgamento moral são subjetivos, no entanto, pode parecer equivocada para algumas pessoas, principalmente em casos como os do diálogo em (71), que falam de uma ação que é amplamente julgada negativamente e punida pela lei:

- (71) Chico: Esfaquear alguém é errado.
Zé: Não, esfaquear alguém não é errado.

Contudo, experimentos realizados por Khoo e Knobe (2016) mostram que mesmo diálogos como aquele em (71) podem ser considerados como geradores de *faultless disagreement* dependendo da situação em que Chico e Zé se encontrem. Os autores mostram que, caso haja indicação de que os dois participantes da conversa sejam de culturas muito distantes, os falantes tendem a julgar que o desacordo é subjetivo. Além disso, quanto mais distante estiverem as culturas dos falantes participantes, mais os sujeitos tendem a considerar que (71) configura um *faultless disagreement* – similarmente, quanto mais próxima for a cultura dos falantes, mais os sujeitos tendem a considerar que (71) configura um desacordo objetivo, e que um dos dois deve estar proferindo algo falso.

Argumentamos que o fato de que desacordos que envolvem julgamento moral não serem sempre vistos como subjetivos pelos falantes não exclui a classificação de adjetivos morais como subjetivos. O fato de que a cultura pode influenciar fortemente no julgamento que o juiz faz da sentença (como verdadeira ou falsa) está de acordo, por exemplo, com a proposta de Pearson (2013) para predicados de gosto pessoal. Segundo a autora, quando o falante profere uma sentença contendo um PGP, como “sorvete de baunilha é gostoso”, ele não apenas quer passar uma informação sobre si mesmo, mas propor um contexto no qual esse julgamento é verdadeiro e generalizá-lo para todos aqueles com os quais o falante se identifica. Dado que essa identificação pode ocorrer por conta de um pertencimento a uma mesma cultura (ou então não acontecer pela distância das culturas dos falantes), faz sentido que esse fator influencie no julgamento do desacordo como subjetivo ou não. De qualquer forma, mesmo com as influências externas, o julgamento final é sempre do indivíduo cuja perspectiva é levada em consideração para o julgamento da sentença.

A dependência de perspectiva dos adjetivos morais também pode ser observada pela possibilidade de explicitar o “juiz” cuja perspectiva é levada em consideração para o julgamento da sentença com o adjetivo moral. Em (72), o juiz aparece no PP-juiz “para x”, enquanto em (73) o juiz aparece como sujeito da estrutura [achar [DP] [AP]]:

- (72) a. Recusar esses pedidos é ético para mim.
b. Esse candidato é honesto para a maior parte da população.
c. Esse item é importante para a Magali.
- (73) a. Eu acho a atitude desse funcionário moral.
b. A Magali acha o pai dela generoso.
c. Ele achou a minha resposta racional.

Por fim, os adjetivos morais também são multidimensionais e, assim como acontece com os PGPs e adjetivos estéticos, cada escala (dimensão) que compõe um adjetivo moral parece ser organizada a partir de um ponto de vista. Podemos observar isso no exemplo em (74), no qual a dimensão que está sendo levada em consideração para a interpretação do adjetivo moral ‘importante’ é explícita no PP “em questão de x” e, ainda assim, o diálogo gera *faultless disagreement*.

(74) Mônica: Os portais de notícia são mais importantes do que os aplicativos de mensagem em questão de divulgação.

Magali: Não, os portais de notícia não são mais importantes do que os aplicativos de mensagem em questão de divulgação.

Entretanto, vale a pena notar que nem todos os adjetivos morais parecem gerar *faultless disagreement* quando há um PP que explicita a dimensão do adjetivo considerada. Para visualizar melhor essa possibilidade, consideremos os exemplos em (75) e (76):

(75) Rosinha: O Chico é mais generoso que o Zé.

Maria: Não, o Chico não é mais generoso que o Zé.

(76) Rosinha: O Chico é mais generoso que o Zé nas doações monetárias para a caridade.

Maria: Não, o Chico não é mais generoso que o Zé nas doações monetárias para a caridade.

O desacordo do exemplo em (76) não parece ser subjetivo como a sua contraparte em (75), que não explicita a dimensão de ‘generoso’ considerada na interpretação da sentença. Isso acontece porque, em (76), a dimensão explicitada de ‘generoso’ tem a ver com uma escala objetivamente mensurável (quantidade de dinheiro doada, que pode ser medida em reais, por exemplo) e, portanto, apenas Chico ou Zé podem ter doado mais dinheiro para a caridade. Considerando que ‘generoso’ é usado para descrever uma pessoa que beneficia os outros, quem doa mais dinheiro pode ser considerado mais generoso por beneficiar mais os outros e, assim, apenas uma das sentenças pode ser verdadeira.

O adjetivo ‘generoso’ é, nos termos de Soria Ruiz e Faroldi (2020), um *thick moral adjective* (“adjetivo moral denso”, numa tradução livre), ou seja, um adjetivo moral que apresenta, além de conteúdo avaliativo, também conteúdo descritivo (objetivo), como já vimos anteriormente.

Considerando que entre as suas dimensões há escalas objetivamente mensuráveis, quando isolamos uma dessas escalas para a interpretação do adjetivo, as comparações que usam esse adjetivo se tornam objetivas. Isso pode ser um indício de que a subcategoria dos adjetivos morais que apresenta conteúdo descritivo (os *thick moral adjectives*) pode não se encaixar na categoria dos adjetivos subjetivos.

Dado o que foi discutido nesta seção e os testes feitos, podemos concluir que, de modo geral, os adjetivos morais se encaixam na categoria de adjetivos subjetivos. Há, porém, a exceção dos adjetivos morais densos (*thick*), ou seja, aqueles que apresentam conteúdo descritivo (ou que podem ser associados a um conteúdo descritivo), já que eles não apresentam cada uma de suas dimensões dependentes de perspectiva.

1.3.3. Adjetivos epistêmicos

Os adjetivos epistêmicos são usados pelos falantes para fazer avaliações epistêmicas, ou seja, para avaliar as chances de que certo estado de coisas tenha acontecido ou venha a acontecer em um mundo possível (Nuyts, 1993). No estudo de *corpus* realizado sobre esses adjetivos por Ağçam (2014), são citados como exemplos de adjetivos epistêmicos¹¹: ‘*apparent*’ (‘aparente’), ‘*apt*’ (‘apto’), ‘*certain*’ (‘certo’), ‘*due*’ (‘justo’), ‘*clear*’ (‘claro’), ‘*confident*’ (‘confiante’), ‘*convinced*’ (‘convencido’), ‘*correct*’ (‘correto’), ‘*evident*’ (‘evidente’), ‘*false*’ (‘falso’), ‘*guaranteed*’ (‘garantido’), ‘*impossible*’ (‘impossível’), ‘*inevitable*’ (‘inevitável’), ‘*obvious*’ (‘óbvio’), ‘*positive*’ (‘positivo’), ‘*prone*’ (‘propenso’), ‘*right*’ (‘certo’), ‘*sure*’ (‘claro’), ‘*true*’ (‘verdadeiro’), ‘*well-known*’ (‘sabido’), ‘*doubtful*’ (‘duvidoso’), ‘*liable*’ (‘passível’), ‘*likely*’ (‘provável’), ‘*possible*’ (‘possível’), ‘*probable*’ (‘provável’) e ‘*unlikely*’ (‘improvável’).

Silk (2019) argumenta que adjetivos epistêmicos têm o funcionamento linguístico similar aos demais adjetivos subjetivos (i.e., predicados de gosto pessoal, adjetivos estéticos e adjetivos morais) com base em duas evidências: (i) eles geram *faultless disagreement* em estruturas de comparação e (ii) eles podem ser encaixados no verbo *find* tanto na forma positiva quanto na forma comparativa. Essas possibilidades são ilustradas, respectivamente, em (77) e (78) com exemplos trazidos pelo próprio autor (Silk, 2019, p. 9-10):

11 Nem todos os adjetivos dessa lista se encaixam na definição de adjetivos epistêmicos dada por Nuyts (1993), como é o caso de ‘(im)possível’ e de ‘(im)provável’. Adjetivos como ‘óbvio’ e ‘claro’, por exemplo, parecem se referir ao grau de certeza que o próprio falante tem sobre a informação que ele está passando, ou seja, são adjetivos que, de certa forma, falam do estado mental do falante, e não da probabilidade de algo ocorrer em determinado mundo possível. Assim, é possível que essa lista não seja composta de adjetivos que são homogêneos em seu comportamento, ainda que todos possam ser considerados epistêmicos de forma superficial.

(77) Me: It's more likely that Raphaela will win than that Thom will.
You: No way. Thom is the real frontrunner. He's more likely to win than she is.
Eu: É mais provável que a Rafaela vença do que que o Thom vença.
Você: Sem chance. O Thom é o favorito real. É mais provável que ele ganhe do que que ela ganhe.

(78) [Context: We are discussing what is likely to result from recent political protests.]
a. I find peace likely.
b. I find peace more likely than war.
[Contexto: Nós estamos discutindo o que é provável que aconteça como resultado de protestos políticos recentes.]
a. Eu acho a paz provável.
b. Eu acho a paz mais provável do que a guerra.

Em PB, observamos que alguns adjetivos epistêmicos também apresentam esses comportamentos, como ilustramos abaixo:

(79) Cebolinha: A vitória da Mônica é mais provável do que a vitória da Magali.
Casção: Não, a vitória da Mônica não é mais provável do que a vitória da Magali.

(80) a. Eu acho a vitória da Mônica provável.
b. Eu acho a vitória da Mônica mais provável do que a vitória da Magali.

O exemplo em (79) mostra um exemplo de *faultless disagreement* que é gerado a partir do uso da forma comparativa do adjetivo epistêmico 'provável', enquanto em (80), vemos que 'provável' pode aparecer na estrutura do PB [achar [DP + AP]] que, como vimos nas seções anteriores, aceita apenas adjetivos com leitura subjetiva. Por outro lado, nem todos os adjetivos epistêmicos se comportam como 'provável'. Os exemplos em (82), que trazem os adjetivos epistêmicos 'impossível' e 'falso', mostram que esses adjetivos não geram *faultless disagreement* quando usados em estruturas de comparação.

(81) Mônica: ??Um humano respirar embaixo d'água é mais impossível do que um humano voar.

Magali: ??Não, um humano respirar embaixo d'água não é mais impossível do que um humano voar.

(82) Cebolinha: ??“ $2 + 2 = 3$ ” é mais falso do que “ $2 + 2 = 5$ ”.

Cascão: ??Não, “ $2 + 2 = 3$ ” não é mais falso do que “ $2 + 2 = 5$ ”.

Mais do que mostrar que esses adjetivos não geram *faultless disagreement* em estruturas de comparação, a estranheza dos diálogos em (81) e (82) mostra que esses adjetivos não funcionam bem em estruturas de comparação, o que pode indicar que não sejam adjetivos escalares. De fato, se olharmos para outras construções de grau, vemos que ‘impossível’ e ‘falso’ também não se encaixam com facilidade nesse tipo de estrutura, como podemos observar nos exemplos em (83) e (84), e nem podem ser modificados por intensificadores escalares, como podemos observar em (85) e (86):

(83) a. ?Um humano voar é impossível demais para que você tenha visto isso.

b. ?Um humano voar não é impossível o suficiente para duvidar que o Chico viu.

c. ??Quão impossível é um humano voar?

(84) a. ?“ $2 + 2 = 3$ ” é falso demais para contarmos com esse resultado no nosso trabalho.

b. ?“ $2 + 2 = 3$ ” não é falso o suficiente para invalidar o cálculo inteiro.

c. ??Quão falso é “ $2 + 2 = 3$ ”?

(85) a. ?Um humano voar é muito impossível.

b. #Um humano voar é razoavelmente impossível.

(86) a. ?“ $2 + 2 = 3$ ” é muito falso.

b. #“ $2 + 2 = 3$ ” é razoavelmente falso.

Por outro lado, poderíamos argumentar que a combinação de ‘impossível’ com as construções de grau apresentadas em (81) e (83) e com a intensificação apresentada em (85a) se torna mais aceitável em determinados contextos, como em (87):

(87) a. O Chico entender física é mais impossível do que ele entender matemática.

b. O Chico entender física é impossível demais para contarmos com ele no trabalho.

- c. Quão impossível é o Chico entender física?
- d. O Chico entender física é muito impossível.

A diferença de (87) para (83) e (85) é que, em (83) e (85), estamos falando de algo que é, até onde sabemos, fisicamente impossível: um humano voar (ou respirar embaixo d'água). Em outras palavras, o adjetivo 'impossível' nesse contexto está sendo usado de forma literal, ou seja, a interpretação desse adjetivo é a de que "não existe mundo possível (relevante e acessível) tal que um humano voe (ou respire embaixo d'água) nesse mundo". Já em (87), sabemos que alguém entender física não é fisicamente impossível, o que nos faz interpretar o adjetivo 'impossível' nessas sentenças como "muito difícil" ou "muito improvável". Sendo 'difícil' e 'improvável' adjetivos escalares, faz sentido que, em (87), tenhamos a impressão de que as sentenças são mais aceitáveis do que aquelas em (83) e (85). Isso também explica por que a sentença em (87e) é mais estranha do que aquelas apresentadas em (87a) a (87d), já que o modificador 'razoavelmente' tem a função de abrandar algo que deveria ser interpretado como um extremo de um adjetivo escalar.

- (87) e. ?O Chico entender física é razoavelmente impossível.

Adjetivos como 'impossível' e 'falso', portanto, embora sejam considerados epistêmicos, não podem ser considerados subjetivos, já que sequer cumprem o requisito da escalaridade. Há um segundo grupo, no entanto, de adjetivos epistêmicos que funcionam como adjetivos escalares e que geram *faultless disagreement* e se encaixam na estrutura [achar [DP] [AP]], como vimos nos exemplos (79) e (80), que apresentam o adjetivo 'provável'. Adjetivos desse grupo ainda são candidatos a serem classificados como adjetivos subjetivos e, assim, vamos focar nessa categoria de adjetivos no restante desta seção.

Voltando, então, ao caso do adjetivo epistêmico 'provável' que, como vimos, gera *faultless disagreement* em estruturas de comparação, vemos que ele também se encaixa em outras estruturas de grau (cf. (88)) e que ele pode ser modificado por intensificadores escalares (cf. (89)), o que mostra que se trata de um adjetivo escalar:

- (88) a. A vitória do Brasil é tão provável quanto a vitória da Argentina.
b. Quão provável é a vitória do Brasil?
- (89) a. A vitória do Brasil é muito provável.
b. A vitória do Brasil é razoavelmente provável.

No entanto, diferentemente do que vimos com os adjetivos estéticos e morais nas seções anteriores, o adjetivo epistêmico ‘provável’ é aceitável em comparações com modificadores numéricos, como podemos ver em (90):

(90) A vitória do Brasil é 2 vezes mais provável do que a vitória da Argentina.

A possibilidade de haver um proferimento como aquele em (90) indica que ‘provável’ é associado a uma escala contável. Nesse sentido, seria esse dado suficiente para indicar que esse adjetivo se aproxima mais de adjetivos (escalarmente) vagos do que de adjetivos subjetivos?

Um argumento a favor de manter os adjetivos epistêmicos como ‘provável’ no grupo dos adjetivos subjetivos é o de que eles são aceitos junto com estruturas que explicitam um juiz, conforme vimos em (80), repetido abaixo, e vemos em (91):

(80) a. Eu acho a vitória da Mônica provável.
b. Eu acho a vitória da Mônica mais provável do que a vitória da Magali.

(91) a. A vitória do Brasil é provável para mim.
b. A vitória do Brasil é provável para os estatísticos.

A possibilidade de proferimento das sentenças em (80) e (91) mostram que ‘provável’ apresenta uma dependência de perspectiva, assim como os adjetivos subjetivos vistos nas seções anteriores. No entanto, o teste em (92), que também foi usado para mostrar que os PGPs, adjetivos estéticos e adjetivos morais/deônticos são dependentes de perspectiva, não funciona com o adjetivo ‘provável’ como ele funciona com os demais itens da classe subjetiva:

(92) a. Mônica: É mais provável o Brasil ser campeão do que a Argentina ser campeã.
b. Magali: É mais provável a Argentina ser campeã do que o Chile ser campeão.
c. Conclusão: É mais provável o Brasil ser campeão do que o Chile ser campeão.

Vemos que, embora as sentenças (92a) e (92b) sejam proferidas por duas falantes distintas, é possível que a conclusão em (92c) seja o caso a partir dessas mesmas sentenças, o que indica que ‘provável’, nesse exemplo, não está se comportando como um adjetivo dependente de perspectiva, mas como um adjetivo passível de julgamento objetivo.

Para resolver esse problema, recorreremos novamente a Pearson (2013) e sua proposta de que PGPs não falam apenas do gosto do falante, mas sim do gosto de um grupo de pessoas com o qual o falante se identifica. Trazendo essa visão para lidar com os adjetivos epistêmicos, o fato de que a conclusão (92c) pode, intuitivamente, seguir das premissas (92a) e (92b) se deveria à possibilidade de que a perspectiva considerada para o julgamento dessas sentenças não fosse individual e ligada diretamente ao falante, mas sim uma perspectiva geral de pessoas que compartilham do mesmo conhecimento objetivo e dão os mesmos pesos às evidências disponíveis para chegar à afirmação que fazem. Essa leitura seria mais intuitiva no caso dos adjetivos epistêmicos do que no caso dos PGPs. Isso porque os PGPs dependem de experiência direta para serem atribuídos a algum objeto e, portanto, são intuitivamente mais ligados ao julgamento direto do falante. Por outro lado, os adjetivos epistêmicos, por se tratarem de itens que requerem também algum conhecimento objetivo e, portanto, acessível a todos os envolvidos na conversa, antes da sua atribuição a um objeto, geram mais facilmente a leitura de que o julgamento epistêmico está sendo feito com base não na perspectiva apenas de quem proferiu, mas de um grupo que compartilha das mesmas informações e das mesmas inferências a partir dessas informações.

Ademais, a interpretação descrita acima é corroborada pelas argumentações de Nuyts (1993, 2001), que propõe que os julgamentos feitos pelos modais epistêmicos (incluindo os adjetivos) podem ser subjetivos ou intersubjetivos (e nunca objetivos), sendo que essa divisão é feita com base na qualidade da evidência disponível para a asserção da proposição. A qualidade da evidência, por sua vez, tem relação com a sua disponibilidade para os indivíduos. Se essa evidência está disponível apenas para o falante, por exemplo, seja por ser baseada em uma experiência direta, seja por ser algo que apenas ele conhece, ela é mais fraca e, portanto, o julgamento epistêmico feito pelo falante dá a impressão de ser mais subjetivo. Por outro lado, caso a evidência esteja disponível para muitos indivíduos além do próprio falante e do ouvinte, o julgamento do falante será intersubjetivo (pois é compartilhado por muitos sujeitos).

Vale a pena notar, ainda, que, no caso dos adjetivos epistêmicos, o seu próprio uso pode estar associado a uma tentativa feita pelo falante de dar um caráter de objetividade à sua asserção, o que faz com que esse adjetivo pareça ser o resultado de um julgamento objetivo em determinados contextos. A respeito dessa possibilidade, Nuyts (1993) observa que, no inglês e no holandês, uma asserção encaixada em um adjetivo epistêmico dá a impressão de ser intersubjetiva, ou seja, dá a impressão de que se trata de uma informação que é embasada em evidências compartilhadas por muitos indivíduos. Argumentamos que isso ocorre também em português brasileiro, e isso fica claro quando contrastamos os diálogos em (93), que traz o adjetivo epistêmico ‘provável’, e em (94), que traz como estratégia de modalização epistêmica o advérbio ‘provavelmente’:

(93) Mônica: É provável que a Denise não venha à festa hoje.

Magali: Segundo quem?

(94) Mônica: Provavelmente a Denise não vai vir à festa hoje.

Magali: ?Segundo quem?

Para Nuyts (1993), a inquirição de Magali a respeito da fonte da informação que Mônica dá causa estranheza em (94), já que o proferimento de Mônica é mais intuitivamente orientado à própria falante, mas é perfeitamente aceitável em (93), pois o uso da forma ‘É provável que x’ traz a leitura de um julgamento intersubjetivo. Dessa forma, é natural que em (92) tenhamos a leitura de que a conclusão (c) segue das premissas (a) e (b), ainda que proferidas por falantes diferentes, pois se trata de um julgamento epistêmico compartilhado pelas falantes.

Por fim, tendo em vista o que foi dito nesta seção, vemos que há, pelo menos, dois tipos de adjetivos epistêmicos: os não escalares, como ‘impossível’ e ‘falso’, e os escalares, como ‘provável’. Esse último tipo de adjetivo epistêmico, embora presente, em certos testes, alguns comportamentos diferentes em relação aos outros adjetivos subjetivos que vimos até aqui, apresenta as duas principais características que definem os adjetivos subjetivos: (i) associação a uma escala não mensurável objetivamente e (ii) dependência de perspectiva. Dessa forma, argumentamos que os adjetivos epistêmicos escalares (mas não os não escalares) também pertencem à classe dos adjetivos subjetivos.

1.3.4. Considerações finais da seção

Nesta seção, procuramos uma delimitação da classe dos adjetivos subjetivos, a partir da investigação sobre os tipos de adjetivo que se comportam como adjetivos subjetivos, usando como modelos prototípicos dessa classe os predicados de gosto pessoal (PGPs). Segundo Silk (2019), adjetivos estéticos, morais e epistêmicos se comportariam da mesma forma que PGPs e, portanto, poderiam integrar uma categoria unificada de adjetivos com esses itens. No entanto, a partir dos testes feitos nesta seção, chegamos à conclusão de que nem todos os adjetivos pertencentes a essas classes se comportam da mesma forma que os PGPs e, portanto, não se encaixam no grupo dos adjetivos subjetivos.

A tabela abaixo resume os tipos de itens que podem se encaixar na classe dos adjetivos subjetivos a partir das propriedades que apresentam:

Tabela 1 - Categorias adjetivais e suas características

Categoria adjetival	Apresenta variação escalar não objetivamente mensurável?	Apresenta dependência de perspectiva?	Apresenta multidimensionalidade?	Se encaixa na categoria dos adjetivos subjetivos?
Predicados de gosto pessoal (ex. 'gostoso')	Sim	Sim	Sim	Sim
Adjetivos estéticos (ex. 'bonito')	Sim	Sim	Sim	Sim
Adjetivos morais/deônticos sem conteúdo descritivo (ex. 'ético')	Sim	Sim	Sim	Sim
Adjetivos morais/deônticos com conteúdo descritivo (ex. 'generoso')	Não	Não	Sim	Não
Adjetivos epistêmicos não escalares (ex. 'impossível')	Não	Não	Não	Não
Adjetivos epistêmicos escalares (ex. 'provável')	Sim	Sim	Não	Sim

Fonte: elaboração própria

1.4. Considerações finais do capítulo

O capítulo 1 desta tese teve como objetivo argumentar a favor da existência de uma classe de adjetivos subjetivos e delinear essa classe, verificando quais categorias de adjetivos poderiam se encaixar dentro dela.

Na seção 1, vimos que os predicados de gosto pessoal, embora pertençam à categoria dos adjetivos escalares relativos, não se comportam da mesma forma que os adjetivos vagos como

‘alto’, itens prototípicos dessa categoria, o que aponta para a necessidade de uma nova subcategorização dentro dessa classe à qual pertenceriam os PGPs, que chamamos de adjetivos (escalares relativos) subjetivos.

Na seção 2, observamos três fenômenos apresentados pelos PGPs que os diferenciam de adjetivos escalares vagos: (i) variação escalar não mensurável objetivamente, (ii) dependência de perspectiva e (iii) multidimensionalidade conjuntiva.

Por fim, na seção 3, testamos quais outras categorias de adjetivos se comportam como PGPs com base nas propriedades observadas na seção 2, delineando, dessa forma, uma classe de adjetivos subjetivos composta de: (i) predicados de gosto pessoal, (ii) adjetivos estéticos, (iii) adjetivos morais não-*thick* e (iv) adjetivos epistêmicos escalares.

Definida a classe dos adjetivos subjetivos e suas propriedades diferenciadoras de outros tipos de adjetivos, o próximo passo é tratar dos fenômenos gerados pelas especificidades desses adjetivos. Essa é a proposta do próximo capítulo deste texto.

Capítulo 2 – Fenômenos relacionados ao tipo de variação escalar dos adjetivos subjetivos

Dois fenômenos que envolvem todos os adjetivos escalares são (i) construções comparativas (i.e., comparação) e (ii) a possibilidade de combinar esses adjetivos com termos que modificam a sua intensidade (i.e., modificação escalar). Como vimos no capítulo 1, esses fenômenos só são possíveis com adjetivos escalares e estão relacionados ao fato de que esses adjetivos são associados a escalas.

Dado que os adjetivos subjetivos são escalares, eles também geram esses fenômenos e aparecem nesse tipo de estrutura. No entanto, dado que adjetivos subjetivos são relacionados a tipos de escalas diferentes daquelas mobilizadas pelos adjetivos vagos, como vimos no capítulo anterior, é possível que eles se comportem de forma diferente em ambientes de comparação e de modificação escalar, já que se trata de fenômenos que lidam com as escalas relacionadas aos adjetivos. É essa hipótese que queremos investigar neste capítulo.

Na seção 2.1, apresentamos brevemente o que é o fenômeno da comparação e destrinchamos diferentes tipos de comparação que podem ser encontrados no português brasileiro. Para cada um desses tipos, comparamos também o comportamento entre adjetivos vagos e adjetivos subjetivos, mostrando semelhanças e diferenças no uso e interpretação desses itens.

Na seção 2.2, por sua vez, falamos do fenômeno da modificação escalar e dos termos e das construções que desempenham esse papel no PB. Novamente, comparamos o comportamento entre adjetivos escalares vagos e subjetivos em cada uma dessas construções.

2.1. Comparação

A comparação é um fenômeno que lida com as escalas relacionadas aos adjetivos escalares. Isso porque, para fazermos uma comparação em língua natural entre dois (ou mais) itens, primeiro precisamos situar esses itens em determinada escala., para depois ver qual deles está num ponto mais alto ou mais baixo dessa mesma escala. Dado que os adjetivos subjetivos são relacionados a escalas que (i) são subjetivas a um ponto de vista e (ii) não são formadas de graus mínimos objetivamente mensuráveis, temos a expectativa de que os adjetivos subjetivos se comportam de maneira diferente do que os adjetivos escalares vagos em ambientes de comparação. É essa hipótese que queremos testar nesta seção. Para isso, focamos aqui em três tipos de comparação: (i) comparação explícita entre dois elementos (seção 2.1.1); (ii) comparação com classes de

comparação (seção 2.1.2); e (iii) comparação intensional ou relativização a um propósito (seção 2.1.3).

Ao olharmos para esses tipos de comparação e compararmos o comportamento dos adjetivos subjetivos com o comportamento dos adjetivos escalares vagos nesses ambientes, podemos entender também quais fenômenos são próprios dos adjetivos subjetivos e não estão descritos nas teorias de adjetivos escalares, que são voltadas para explicar, principalmente, os adjetivos escalares vagos.

2.1.1. Comparação explícita entre dois elementos

O tipo mais simples de estrutura comparativa é aquele que explicitamente compara dois indivíduos em relação à manifestação, numa dada escala, de uma única característica específica, como mostram os exemplos em (1):

- (1) a. Fofão é mais alta do que Marta.
b. *One piece* é mais divertido do que *Naruto*.

Já vimos no capítulo anterior que adjetivos vagos e subjetivos apresentam distinções de comportamento nessa forma comparativa mais simples. Isso porque, enquanto os adjetivos vagos não geram *faultless disagreement* nessa estrutura, os adjetivos subjetivos o fazem, como podemos ver em (2) e (3):

- (2) Mônica: A Fofão é mais alta do que a Marta.
Magali: Não, a Fofão não é mais alta do que a Marta.
- (3) Chico: *One piece* é mais divertido do que *Naruto*.
Zé: Não, *One piece* não é mais divertido do que *Naruto*.

O *faultless disagreement* gerado pelo uso dos adjetivos subjetivos em forma comparativa se deve à dependência de perspectiva que eles apresentam, como vimos na seção anterior, o que faz com que os elementos sejam organizados em uma escala (aquela mobilizada pelo adjetivo; no caso de (3), na escala de diversão) de acordo com a opinião do falante (ou de quem julga a sentença). Dessa forma, o desacordo em (3) é subjetivo justamente porque é verdadeiro que Chico coloca *One piece* em um grau mais alto de diversão do que *Naruto*, e é igualmente verdadeiro que Zé coloca *Naruto* em um grau mais alto de diversão do que *One piece*. O mesmo não poderia ocorrer em (2),

já que a escala de altura é objetivamente verificável no mundo e a organização dos elementos nessa escala não depende da opinião das falantes.

Pelo mesmo motivo, vemos que apenas formas comparativas de adjetivos subjetivos (e não as formas comparativas de adjetivos vagos) podem aparecer no lugar de [AP] na estrutura [achar [DP] [AP]]. Essa construção toma como sujeito o indivíduo cujo ponto de vista é levado em consideração para o julgamento da sentença e, portanto, aceita apenas adjetivos subjetivos no lugar de [AP], como vimos no capítulo anterior. Como apenas a forma comparativa de adjetivos subjetivos segue dependente de perspectiva para ser interpretada, apenas essa forma é aceita na estrutura [achar [DP] [AP]], como mostram os exemplos em (4a) e (4b):

- (4) a. Eu acho *A persistência da memória* mais bonito do que *Guernica*.
b. ??Eu acho o Pico da Neblina mais alto do que o Everest.

Veja que a sentença em (4b) melhora significativamente em (4c), quando usamos um CP encaixado no verbo ‘achar’:

- (4) b. ??Eu acho o Pico da Neblina mais alto do que o Everest.
c. Eu acho que o Pico da Neblina é mais alto do que o Everest.

Isso ocorre porque a estrutura [achar [CP]] não aceita apenas predicados subjetivos, mas aceita também predicados objetivos – inclusive predicados não escalares, como o exemplo (4d) abaixo mostra:

- (4) d. Eu acho que a UFSCar é federal.

Uma das consequências desse encaixe do CP no verbo ‘achar’ faz é indicar que o falante não tem certeza da informação que ele está dando, já que ele não tem evidência direta do que ele está reportando. Por outro lado, a estrutura [achar [DP] [AP]] atribui ao falante o julgamento do valor de verdade da sentença e, por isso, essa estrutura não aceita predicados objetivos ou somente vagos, diferentemente do que ocorre com a estrutura [achar [CP]] (Marques, 2018).

Dessa forma, não basta que a interpretação semântica de adjetivos escalares compare os graus máximos alcançados pelos indivíduos caracterizados, como propõem algumas teorias que lidam com adjetivos vagos como ‘alto’. No caso de adjetivos subjetivos como ‘divertido’, a escala ao longo da qual os indivíduos são caracterizados é subjetiva para cada ponto de vista e isso deve ser levado em consideração na formalização desses itens; em outras palavras, a semântica de

adjetivos escalares subjetivos deve não só relacionar o indivíduo a uma escala, mas também a uma perspectiva.

Outra diferença que os adjetivos subjetivos e os vagos mostram nesse tipo de comparação é que a forma comparativa dos adjetivos vagos permite que se explicita o valor da diferença entre os dois elementos caracterizados, como em (5a), enquanto isso não é possível para adjetivos subjetivos, como mostra (5b):

- (5) a. O Everest é 5854m mais alto do que o Pico da Neblina.
b. ??*O Abaporu é duas cores/duas formas mais bonito do que Guernica.*

Os exemplos em (6a) e (6b) mostram, ainda, que não é possível nem mesmo explicitar a diferença entre dois elementos com o uso de expressões de proporção, como “x vezes mais” ou “x% mais”, quando a comparação é feita por um adjetivo subjetivo. A sentença em (6c) mostra um exemplo que parece ser mais aceitável – no entanto, argumentamos que isso ocorre porque, nesse exemplo, o uso de um número alto, faz com que a comparação tenha uma leitura hiperbólica, e não literal. Em outras palavras, o proferimento de (6c) seria equivalente a um proferimento como “Cometer assassinato é muito/extremamente mais errado do que roubar um pão”.

- (6) a. ??*O Abaporu é 3 vezes mais bonito do que Guernica.*
b. ??*Bolo de chocolate é 25% mais gostoso do que bolo de cenoura.*
c. *Cometer assassinato é 1000 vezes mais errado do que roubar um pão.*

As impossibilidades mostradas em (5b) e (6) indicam que os adjetivos subjetivos são relacionados a escalas que não são compostas por graus objetivos, mensuráveis no mundo, ao contrário do que ocorre com os adjetivos vagos.

Além da comparação que usa um único adjetivo, outra forma de comparar dois indivíduos é usando adjetivos diferentes, que denotam dimensões diferentes dos objetos comparados, como vemos em (7):

- (7) A porta é mais alta do que a mesa é longa.

A sentença em (7) apresenta dois adjetivos que são relacionados a um mesmo tipo de escala, isso é, ambas as escalas de altura e largura começam no mesmo ponto zero e apresentam as mesmas unidades de medida (van Rooij, 2011). Tendo isso em vista, as condições de verdade de (7) são

basicamente as seguintes: a sentença é verdadeira se a altura da porta atinge um grau maior na escala de altura do que o grau que a mesa atinge na escala de largura.

O exemplo em (7) usa adjetivos não-subjetivos na comparação. É possível também fazer comparações inter-adjetivas usando os adjetivos subjetivos, como mostram os exemplos em (8):

- (8) a. O rei é mais bonito do que a rainha é bondosa.
b. Sorvete de milho é mais gostoso do que *O rei leão* é divertido.

No entanto, vemos algumas diferenças entre (7) e (8). Enquanto em (7) os adjetivos usados na comparação são relacionados a um mesmo tipo de escala, as comparações em (8) se dão com adjetivos que mobilizam escalas distintas. Isso não poderia ser diferente, já que adjetivos subjetivos, como vimos no capítulo anterior, mobilizam escalas únicas a eles, que não apresentam graus objetivos e que não são mensuráveis. Por esse motivo, a interpretação das sentenças em (8) não pode ser dada nos mesmos moldes que a interpretação do item (7).

Uma maneira de interpretar comparações inter-adjetivas como aquelas em (8) é considerar que ela se dá comparando as distâncias entre os itens caracterizados e os graus mínimos *standard* colocados pelos adjetivos que os caracterizam. Assim, uma sentença como (8a) poderia ser interpretada segundo o esquema semi-formal de (8a') abaixo:

(8a')

considerando que:

I. G é um predicado escalar;

II. G(x, d) significa que o indivíduo x atinge o grau d na escala de G;

III. *standard*(G, d) é o grau mínimo *standard* que um indivíduo precisa atingir para ser considerado G;

IV. x é o indivíduo cujo ponto de vista é usado para avaliar os adjetivos subjetivos;

então: $((\text{bonito}(\text{rei}, d) \text{ para } x) - (\text{standard}(\text{bonito}, d) \text{ para } x)) > ((\text{bondosa}(\text{rainha}, d) \text{ para } x) - (\text{standard}(\text{bondosa}, d) \text{ para } x))$

Em outras palavras, (8a) seria verdadeiro, *grosso modo*, se o rei está mais acima do grau mínimo *standard* que alguém precisa atingir para ser considerado bonito do que a rainha está acima do grau mínimo *standard* que alguém precisa atingir para ser considerada bondosa, e tudo isso é avaliado em relação ao ponto de vista de um indivíduo x.

van Rooij (2011) mostra que a interpretação apresentada em (8a') aparece mesmo quando usamos adjetivos não subjetivos em forma comparativa, desde que sejam relativizados a uma classe

de comparação (com a diferença de que os adjetivos não subjetivos não são relativizados a uma perspectiva):

(9) O Chico é mais alto para uma criança de 8 anos do que o Zé é alto para um adolescente.

No entanto, é interessante notar que comparações como a de (9) também só são possíveis se os adjetivos forem comensuráveis, ou seja, se eles estiverem associados a escalas que usam as mesmas unidades de medida. Nos exemplos em (10), vemos que, ainda que relativizemos os adjetivos vagos a classes de comparação de maneira explícita, não funcionam as sentenças comparativas que, para cada indivíduo comparado, utilizam adjetivos vagos diferentes e que são associados a tipos de escalas diferentes:

- (10) a. ?O Chico é mais alto para uma criança de 8 anos do que o Jake é velho para um cachorro.
b. ?O Fernando Gato é mais pesado para um gato do que alho-poró é caro para um legume.

Em suma, os exemplos mostrados nesta seção evidenciam dois critérios para uma teoria que lide com adjetivos escalar subjetivos adequadamente: (i) a relativização dos adjetivos a uma perspectiva e (ii) a relação dos adjetivos a escalas subjetivas, que não são formadas por graus mensuráveis.

2.1.2. Classes de comparação

No capítulo 1, vimos que adjetivos escalares relativos não têm denotações fixas e precisam ser relativizados a algo para poderem ser interpretados. Esse elemento ao qual esses adjetivos são relativizados são graus *standard* mínimos que devem ser atingidos para que determinado objeto possa ser caracterizado por aquele adjetivo. Em outras palavras, para chegarmos ao valor de verdade de (10), precisamos saber qual é o grau *standard* mínimo de altura para que uma pessoa seja considerada alta:

(10) A Carol é alta.

No entanto, sabemos também que o grau *standard* mínimo de altura para que alguém seja considerado alto varia dependendo do contexto. Supondo que Carol tenha 1,75m, ela pode ser alta em comparação com adolescentes, mas não em comparação com jogadoras de vôlei profissional,

por exemplo. Ou seja, para que possamos interpretar uma sentença como (10), precisamos saber qual é a *classe de comparação* com a qual estamos lidando.

As classes de comparação (CCs) são conjuntos de elementos que servem de referência para a interpretação de adjetivos escalares, e são elas que vão definir o *standard* que algo deve atingir para que possa ser caracterizado por determinado adjetivo. Essa classe de comparação pode ser implícita, como em (10), ou pode ser explicitada por um PP, como em (11):

(11) A Carol é alta [para uma jogadora de vôlei profissional].

A explicitação da classe de comparação levada em consideração para o julgamento da sentença não elimina totalmente a subjetividade do *faultless disagreement* gerado pelo uso do adjetivo vago na forma positiva. Assim, o desacordo em (12) pode, ainda, dar a impressão ao ouvinte de que não é necessário que um dos falantes esteja proferindo algo falso:

(12) Chico: A Carol é alta para uma jogadora de vôlei profissional.

Zé: Não, a Carol não é alta para uma jogadora de vôlei profissional.

No entanto, o desacordo em (12) também pode ser lido como um desacordo objetivo, ou seja, pode ser que o ouvinte tenha a impressão de que um dos dois participantes do diálogo está proferindo algo falso. Isso acontece, por exemplo, no caso de Carol ter 2,20m de altura, ou então no caso de ela ter 1,60m de altura. A explicitação da classe de comparação nas sentenças com adjetivos vagos, portanto, gera a possibilidade de desacordos objetivos.

Além de adjetivos escalares vagos, como ‘alta’, adjetivos escalares subjetivos também são relativizados a classes de comparação. Os exemplos em (12) mostram sentenças com adjetivos subjetivos que explicitam as CCs mobilizadas:

(12) a. *O fabuloso destino de Amélie Poulain* é divertido para um filme francês.

b. *Guernica* é bonito para uma pintura do Picasso.

c. Ele é importante para um plebeu.

No entanto, mesmo com a explicitação da classe de comparação levada em consideração para o julgamento da sentença, os desacordos entre dois falantes que envolvem os adjetivos subjetivos continuam sendo subjetivos (i.e., continua havendo *faultless disagreement*):

(13) Chico: *Guernica* é bonito para uma pintura do Picasso.

Zé: Não, *Guernica* não é bonito para uma pintura do Picasso.

(14) Mônica: *Amélie Poulain* é divertido para um filme francês.

Magali: Não, *Amélie Poulain* não é divertido para um filme francês.

Dessa forma, vemos que há uma diferença de comportamento entre adjetivos escalares subjetivos e não-subjetivos: enquanto a primeira classe sempre gera *faultless disagreement* combinada com uma CC, a segunda classe pode gerar desacordos objetivos mesmo na explicitação de um PP que especifique a classe de comparação.

Para explicarmos essa diferença, vamos primeiramente considerar que as classes de comparação atuam como modificadores que restringem o domínio adjetival, ou seja, que as CCs são subdomínios do domínio do adjetivo escalar. Bylinina (2014) reúne argumentos a favor dessa abordagem, sendo um deles o fato de que a combinação do adjetivo escalar com um PP que explicita a CC traz a pressuposição de que o indivíduo caracterizado por esse adjetivo é, ele mesmo, parte do grupo denotado pela CC. Isso explica, por exemplo, a estranheza de sentenças como aquelas em (15):

(15) a. *Guernica* é bonito para uma pintura do Picasso, ??mas ela não é uma pintura do Picasso.

b. *Amélie Poulain* é divertido para um filme francês, ??mas trata-se de um filme australiano.

O domínio dos adjetivos escalares subjetivos é uma escala subjetiva ao falante (ou indivíduo relevante), já que essas escalas são ordenadas de acordo com o ponto de vista desse indivíduo. Assim, é de se esperar que a CC que restringe o domínio do adjetivo subjetivo também só possa ser avaliada de acordo com a subjetividade desse falante e, portanto, adjetivos subjetivos não podem gerar desacordos objetivos mesmo com a explicitação da classe de comparação. Por outro lado, os adjetivos não-subjetivos (vagos) denotam escalas objetivamente verificáveis no mundo e, portanto, as CCs combinadas com esses adjetivos denotam subconjuntos de um conjunto objetivo. Isso explica por que desacordos que envolvem adjetivos vagos com CCs explícitas (por meio do PP) podem gerar desacordos objetivos.

Além disso, outra questão relevante é que, ao utilizarmos um PP que explicita uma CC junto com um adjetivo subjetivo, podemos ter a leitura de que o indivíduo caracterizado pelo adjetivo não pertence, de fato, ao domínio desse adjetivo. Em outras palavras, para que o falante profira uma sentença no formato “x é P para CC” (sendo x um indivíduo qualquer, P o adjetivo subjetivo e CC uma classe de comparação), não é necessário que ele considere que x seja P. Essa leitura é mostrada nos exemplos em (16):

- (16) a. *Guardiões da galáxia* é divertido para um filme da Marvel, mas ele não é divertido.
b. Esse vestido é bonito para um vestido da Renner, mas ele não é bonito.

Por outro lado, no caso dos adjetivos escalares vagos, negar que x seja P em sentenças do tipo “x é P para CC” causa mais ruído:

- (17) a. A Mônica é alta para uma criança de 6 anos, ??mas ela não é alta.
b. O Jake é velho para um cachorro, ??mas ele não é velho.

O comportamento das sentenças em (16) indica um outro caminho, também explanado por Bylinina (2014), sobre como interpretar as classes de comparação. Nessa outra abordagem, o grau *standard* não é algo retirado do contexto, mas sim um valor proveniente de uma função que o calcula após tomar como argumentos (i) um predicado escalar e (ii) uma classe de comparação. A classe de comparação nessa abordagem, portanto, é um argumento dessa função que calcula e fixa o grau *standard* em um valor específico. Em outras palavras, isso quer dizer que ‘divertido’ e ‘divertido para um filme da Marvel’ (e também o par ‘bonito’ e ‘bonito para um vestido da Renner’) funcionariam como predicados diferentes, com graus *standard* (que o indivíduo precisa alcançar para ser considerado parte do domínio desses predicados) diferentes.

No entanto, embora essa interpretação das CCs explique por que as sentenças em (16) são aceitáveis, ela não explica por que as sentenças em (17) não são completamente boas. Outro problema que temos ao verificar o comportamento desses adjetivos combinados com a CC explícita é o exemplo em (18), que, embora traga um adjetivo escalar vago (‘pesada’), pode se comportar como os exemplos em (16), que trazem adjetivos subjetivos:

- (18) Essa cadeira é pesada para uma cadeira de praia, ?mas ela não é pesada.

Argumentamos que (18) é mais aceitável do que os exemplos em (17) pois ele gera uma interpretação de que o adjetivo ‘pesada’ não se refere ao peso absoluto da cadeira ou das cadeiras de praia no geral, mas ao peso “sentido” pelo falante, que provavelmente carregou esses itens, ou seja, o esforço que ele teve que colocar em carregar a cadeira. Nesse sentido, ‘pesada’ funciona, nesse contexto, como um adjetivo subjetivo, pois é relativizado ao falante (i.e., ao que o falante considera pesado). Essa interpretação indica, então, que, mais uma vez, a diferença entre os comportamentos de (16) e (17) pode ser explicada pela presença de dependência de perspectiva no caso de (16) e

pela ausência de dependência de perspectiva no caso de (17). A seguir, detalhamos como essa interpretação pode funcionar.

Para essa segunda explicação, vamos considerar que um adjetivo subjetivo denota uma escala que ordena os itens daquele que, segundo o falante, mais manifesta a propriedade denotada pelo adjetivo segundo o falante (no topo) para aquele item que menos manifesta (no fundo). Assim, por exemplo, ‘divertido’ denota uma “escala de diversão” na qual o item do topo é o que falante considera mais divertido, seguido pelo item que ele considera mais divertido fora o item mais do topo, e assim por diante, até que o último item desse conjunto ordenado é o item que o falante considera menos divertido de todos. Em algum ponto dessa “escala”, temos um ponto que separa o que o falante considera divertido (daquele ponto para cima) do que o falante não considera divertido (daquele ponto para baixo). Nesse modelo, a interpretação que podemos ter de (16a) é a de que o falante coloca todo o conjunto da classe de comparação (i.e., o conjunto de filmes da Marvel) na parte de baixo da escala, ou seja, entre os itens que ele não considera divertidos. No entanto, estando esse conjunto dentro da “escala de diversão”, ele mesmo é ordenado com base nos critérios dessa escala e, portanto, há filmes que estão mais no topo desse subconjunto e filmes que estão mais abaixo também. Assim, podemos interpretar (16a) da seguinte forma: *Guardiões da galáxia* está entre os filmes do topo do conjunto de filmes da Marvel, ordenado de acordo com o critério usado para ordenar a escala denotada por ‘divertido’, porém ainda está abaixo do ponto a partir do qual os itens precisam estar na “escala de diversão” para que sejam considerados divertidos pelo falante.

Dessa forma, nesta subseção, vimos que a dependência de perspectiva manifestada pelos adjetivos subjetivos impacta também em como eles se combinam com PPs que explicitam classes de comparação. O comportamento dos adjetivos subjetivos com esses PPs é diferente do comportamento dos adjetivos escalares vagos quando têm suas classes de comparação explicitadas. Essa é uma questão que também deve ser levada em consideração quando pensamos em maneiras de adaptar as teorias que formalizam adjetivos escalares não dependentes de perspectiva para dar conta dos adjetivos subjetivos.

2.1.3. Comparação intensional (ou relativização a um propósito)

Nas seções anteriores, investigamos exemplos de estruturas que comparam um indivíduo a outro indivíduo ou a um grupo de outros indivíduos. No entanto, há comparações nas quais o indivíduo é comparado com versões dele mesmo em diferentes situações hipotéticas – essa característica faz com que esse tipo de comparação seja chamado de *comparação intensional* (Beck,

2011). Os exemplos abaixo trazem sentenças que apresentam esse tipo de comparação, explicitado pelo PP:

- (19) a. Essa mochila é pesada para a Magali carregar.
- b. Essa mesa é muito larga para passar pela porta.
- c. Esse filme é divertido demais para sair do catálogo.

Segundo Beck (2011), uma característica da comparação intensional é que ela pode ser parafraseada na forma de uma comparação mais simples que usa verbos intensionais (como ‘precisar’, por exemplo). Além disso, Bylinina (2014) mostra que sentenças como aquelas em (19), que apresentam PPs que explicitam a comparação intensional, têm uma leitura modal e, portanto, podem ser parafraseadas em sentenças comparativas com a presença dos modais ‘poder’ ou ‘ter que’. Nos exemplos abaixo, mostramos as paráfrases das sentenças em (19):

- (20) a. Essa mochila é pesada para a Magali carregar.
- b. Essa mochila é mais pesada do que ela poderia ser para a Magali carregar.

- (21) a. Essa mesa é muito longa para passar pela porta.
- b. Essa mesa é mais longa do que ela poderia ser para passar pela porta.

- (22) a. Esse filme é divertido demais para sair do catálogo.
- b. Esse filme é mais divertido do que ele teria que ser para não sair do catálogo.

Outra maneira de olhar para PPs como aqueles em (19) é pensar que eles têm a função de relativizar o predicado escalar a um propósito, como propõe Bylinina (2014). Nesse caso, eles funcionariam para definir com maior precisão qual é o grau *standard* que está sendo levado em consideração para que possamos julgar se o grau atingido pelo indivíduo faz com que ele possa ser caracterizado pelo predicado escalar ou não. Por exemplo, é mais fácil precisar se uma mochila é pesada se temos em mente o propósito de que ela seja carregada por Magali do que precisar se uma mochila é pesada sem que haja um propósito específico por trás dessa classificação. Nesse sentido, esse PP funciona como uma espécie de classe de comparação.

As sentenças que podem ser parafraseadas em comparações com o ‘poder’ levantam uma leitura de que há um grau máximo para que o propósito explicitado se cumpra, e que o objeto caracterizado ultrapassa esse grau, como ocorre com as sentenças em (20) e (21). Abaixo, em (23) e (24), parafraseamos como ficaria a interpretação dessas sentenças por esse ponto de vista:

(23) a. Essa mochila é pesada para a Magali carregar.

b. O peso dessa mochila é maior do que o peso máximo que ela poderia atingir para Magali carregar.

(24) a. Essa mesa é muito larga para passar pela porta.

b. A largura dessa mesa é maior do que a largura máxima que ela poderia atingir para passar pela porta.

Por outro lado, a sentença em (22), que é parafraçada com o modal ‘ter que’, levanta uma leitura de que há um grau mínimo que o objeto deve atingir para que o propósito não se cumpra, e que o indivíduo caracterizado atinge esse grau mínimo e, portanto, o propósito não vai se cumprir. Em (25), mostramos como seria a interpretação de (22) nesse esquema:

(25) a. Esse filme é divertido demais para sair do catálogo.

b. O grau de diversão desse filme é maior do que o grau mínimo que ele deveria atingir para não sair do catálogo.

Tudo isso nos mostra que os PPs de comparação intensional ou relativização a um propósito são, de fato, uma espécie de comparação. Dessa forma, como era de se esperar, as sentenças em (19a) e (19b), que apresentam adjetivos não-subjetivos, embora apresentem tais PPs, continuam sendo sentenças não-subjetivas, ou seja, não dependem da relativização a uma perspectiva para serem computadas. Para que (19a) seja verdadeira, basta que Magali não consiga carregar a mochila, enquanto (19b) é verdadeira se não for possível passar a mesa pela porta por conta do grau de sua largura – essas são condições de verdade objetivas no mundo. A sentença em (19c), por outro lado, que apresenta um adjetivo subjetivo em um ambiente de comparação intensional, é também subjetiva. Uma evidência para essa subjetividade é que essa sentença gera *faultless disagreement*, como vemos em (26):

(26) Mônica: Esse filme é divertido demais para sair do catálogo.

Magali: Não é, não. Na verdade, ele deveria sair do catálogo hoje mesmo.

Outra questão notável é que, além da forma positiva do adjetivo seguida do PP que indica comparação intensional, é possível também usar palavras como ‘muito’ e ‘demais’ para acompanhar o adjetivo ao fazer esse tipo de comparação, como ilustrado em (27a) e (27b):

- (27) a. Esse homem é muito alto para entrar nessa van.
b. Esse filme é divertido demais para sair do catálogo.

Mais do que isso, vemos que há casos em que essas palavras são necessárias nesse tipo de construção, como é o caso de (27b), que se torna uma sentença estranha sem a palavra ‘demais’, como ilustrado em (27c) abaixo:

- (27) c. ??Esse filme é divertido para sair do catálogo.

A obrigatoriedade do uso de intensificadores como ‘muito’ e ‘demais’ em um contexto no qual o adjetivo escalar está sendo modificado por um PP que explicita comparação intensional ou propósito parece ser mais uma característica exclusiva dos adjetivos subjetivos, como podemos observar pelos exemplos abaixo:

- (28) a. O Zé é alto para entrar nessa van.
b. Essa mesa é comprida para passar pela porta.
c. Essa mochila é pesada para a Magali carregar.

- (29) a. ??Esse filme é divertido para sair do catálogo.
b. ??Esse quadro é bonito para ser barato.
c. ??O que ele fez é errado para ser perdoado.

Os exemplos em (28), que trazem adjetivos escalares não subjetivos, são sentenças aceitáveis ainda que seus adjetivos (modificados pelo PP de comparação intensional) não estejam acompanhados de ‘muito’ ou ‘demais’. No entanto, os exemplos em (29), que trazem adjetivos subjetivos, tornam-se estranhos ao combinar seus adjetivos com um PP de comparação intensional sem o uso dessas palavras de apoio. Em (30), mostramos que as sentenças de (29) acrescidas do termo ‘muito’ ou ‘demais’ tornam-se aceitáveis:

- (30) a. Esse filme é divertido demais para sair do catálogo.
b. Esse quadro é muito bonito para ser barato
c. O que ele fez é errado demais para ser perdoado.

Uma explicação para essa diferença de comportamento entre os adjetivos subjetivos e os não subjetivos pode ter relação com o tipo de escala mobilizada por cada uma dessas classes. Os adjetivos subjetivos relacionam entidades a uma escala subjetiva, interna a cada indivíduo e, portanto, não objetivamente verificável no mundo, enquanto os adjetivos não subjetivos relacionam entidades a escalas que são objetivamente verificáveis e acessíveis a todos os indivíduos. Assim, em um diálogo corriqueiro, é mais fácil que os falantes discordem em relação ao que é (ou não é) bonito, por exemplo, do que eles discordem em relação ao que é (ou não é) alto. Portanto, para relativizar o adjetivo subjetivo a um propósito (i.e., fazer uma comparação intensional), o falante precisa elevar o grau daquele adjetivo, de modo que ele esteja situado numa parte alta o suficiente da escala para que o seu interlocutor concorde com ele, já que é mais fácil que algo que você considera “muito bonito”, por exemplo, seja considerado pelo menos “bonito” pelo seu interlocutor.

Até aqui, vimos apenas PPs de comparação intensional que traziam propósitos expressos com verbos. No entanto, também é possível vermos PPs de comparação intensional que se parecem bastante com PPs-juiz, ou seja, que estão no formato “para x”, sendo *x* um indivíduo qualquer. O exemplo em (31) ilustra um exemplo de PP de comparação intensional nesse formato:

(31) Essa mochila é pesada para a Magali.

Dado que ‘pesada’ é um adjetivo não subjetivo, não é possível que ele seja combinado com um PP-juiz, afinal, apenas adjetivos dependentes de perspectiva podem ser relativizados a um juiz. Assim, fica claro que o PP em (31) é um PP que relativiza o adjetivo a um propósito.

Vale notar que, embora esse PP seja similar a um PP-juiz por explicitar somente um indivíduo, ele ainda será interpretado como se tivesse um verbo no infinitivo – nesse sentido, há uma elipse do restante do PP. Em (31), uma versão possível da sentença inteira seria “Essa mochila é pesada para a Magali carregar”, por exemplo. Assim, o indivíduo explicitado pelo PP funcionaria, na verdade, como o sujeito do verbo no infinitivo que vai expressar o propósito ao qual o adjetivo escalar é relativizado.

No caso dos adjetivos subjetivos, como já vimos, não é possível utilizar o PP de comparação intensional sem colocar uma palavra como ‘muito’ ou ‘demais’ acompanhando o adjetivo. Assim, a interpretação em (32a) é a de que o PP ‘para a Magali’ relativiza o adjetivo subjetivo ‘bonito’ à perspectiva de Magali, enquanto a interpretação que temos em (32b) (com o termo ‘demais’) é a de que o falante considera que o quadro excede em grau de beleza para cumprir um propósito relacionado a Magali (por exemplo, o falante não gosta de Magali e não quer dar um presente tão bonito para ela). Em outras palavras, em (32a) temos um PP-juiz e, em (32b), um PP de comparação intensional:

- (32) a. Esse quadro é bonito para a Magali.
b. Esse quadro é bonito demais para a Magali.

O PP de comparação intensional fica ainda mais visível quando o combinamos com a estrutura [achar [DP] [AP]]. Ao combinar com essa estrutura um PP do tipo ‘para x’ (sendo *x* um indivíduo) temos como resultado sentenças aceitáveis quando a posição do [AP] é preenchida por um adjetivo não subjetivo, como mostramos em (33), e sentenças que causam estranheza quando a posição do [AP] é preenchida por um adjetivo subjetivo, como mostramos em (34):

- (33) a. Eu acho o Zé alto para mim.
b. Eu acho essa mochila pesada para mim.
- (34) a. ??Eu acho esse bolo gostoso para mim.
b. ??Eu acho esse quadro bonito para mim.

As sentenças em (34) causam estranheza porque soam redundantes. Isso ocorre porque temos a explicitação do juiz da sentença em dois momentos: no sujeito do verbo ‘achar’ e no PP-juiz ‘para mim’. Em (33), não temos a impressão de redundância justamente porque os PPs dessas sentenças não atuam como PPs-juiz, mas como PPs de comparação intensional. Assim, podemos interpretar (33a) como “Eu acho o Zé alto para eu (mim) sair com ele”, por exemplo, e (33b) como “Eu acho essa mochila pesada para eu (mim) carregar”. Quando adicionamos as palavras ‘muito’ e ‘demais’ às sentenças em (34), sinalizando que o PP que acompanha o adjetivo subjetivo é um PP de comparação intensional, as sentenças se tornam mais aceitáveis:

- (35) a. Eu acho esse bolo muito gostoso para mim.
b. Eu acho esse quadro bonito demais para mim.

Uma interpretação possível de (35a) seria “esse bolo instancia um grau de ‘gostoso’ que está acima do adequado para eu comer”, enquanto (35b) poderia ser parafraseada como “esse quadro instancia um grau de beleza que está acima do adequado para eu ganhar”, por exemplo.

Em suma, tanto os adjetivos escalares subjetivos quanto os não subjetivos podem se combinar com PPs de comparação intensional, seja na forma de um predicado com verbo no infinitivo (ou seja, um PP na forma [para [AP] [VP]]), seja na forma de um PP similar ao PP-juiz, que explicita apenas um indivíduo, (ou seja, um PP na forma [para *x*], sendo *x* um indivíduo). No

entanto, vimos que há diferenças de comportamento em relação à estrutura necessária da sentença para essa combinação entre adjetivos subjetivos e não subjetivos. Enquanto os últimos podem ser combinados com esses PPs em forma positiva, os adjetivos subjetivos precisam ser acompanhados de termos intensificadores escalares, como ‘muito’ e ‘demais’, para que possam ser combinados com os PPs de comparação intensional. Especulamos, acima, que essa diferença se dá, justamente, pela diferença na natureza das escalas mobilizadas por essas duas classes de adjetivos: escalas objetivamente verificáveis e mensuráveis, no caso dos adjetivos escalares não subjetivos, e escalas subjetivas à perspectiva de cada indivíduo, no caso dos adjetivos subjetivos. Essa é outra diferença que uma teoria que lide com adjetivos escalares precisa dar conta de explicar.

2.2. Modificação escalar

Nas teorias semânticas com graus, predicados escalares relacionam os indivíduos que eles caracterizam a um grau em uma escala – o grau que o indivíduo atinge na escala mobilizada pelo predicado. Por exemplo, uma sentença como “Mônica é alta” relaciona Mônica a um grau na escala de altura: sua altura máxima. Termos que funcionam como modificadores escalares, nessas teorias, como o próprio nome sugere, modificam o grau ao qual o indivíduo é relacionado pelo predicado. Assim, se “Mônica é alta” leva a um grau d na escala mobilizada, “Mônica é muito alta” leva a um grau d' maior que d por conta do uso do modificador escalar “muito”.

Dado que as escalas mobilizadas pelos adjetivos subjetivos têm a natureza diferente daquelas mobilizadas pelos adjetivos vagos, esta seção se propõe a verificar quais são as diferenças entre os comportamentos dessas duas classes de adjetivos em relação à sua combinação com termos que modificam o grau do adjetivo. Para isso, nos detemos em dois tipos de modificação escalar: (i) a intensificação escalar adjetival por meios lexicais e (ii) a combinação dos adjetivos escalares com exclamativas-*wh*.

Por fim, na última parte desta seção, apresentamos, de modo geral, como as teorias que lidam com adjetivos escalares explicam o funcionamento da comparação e da modificação escalar para esses adjetivos. Além disso, identificamos limitações dessas teorias que dificultam seu uso para lidar com o tipo de variação escalar específico manifestado pelos adjetivos escalares subjetivos.

2.2.1. Intensificação escalar adjetivais por meios lexicais

Nas línguas naturais, encontramos palavras que acompanham os adjetivos escalares que desempenham a função de elevar o grau desse adjetivo instanciado pelo objeto caracterizado. Em português brasileiro (PB), alguns exemplos de palavras do tipo são: ‘muito’, ‘bastante’, ‘bem’ e ‘demais’. Alguns desses itens, como ‘muito’ e ‘bem’, só podem aparecer na posição anterior do adjetivo, enquanto outras, como ‘demais’, aparecem na posição posterior do adjetivo, como podemos observar nos exemplos abaixo:

- (36) a. O Pico da Neblina é muito alto.
b. *O Pico da Neblina é alto muito.
- (37) a. Guacamole é bem gostoso.
b. *Guacamole é gostoso bem.
- (38) a. Esse quadro é bonito demais.
b. *Esse quadro é demais bonito.

Esses termos se comportam de maneira semelhante quando combinados com adjetivos não subjetivos e com adjetivos subjetivos – o que fazem em ambos os casos é apenas intensificar o grau denotado pelo adjetivo. Assim, para que uma sentença como “x é muito G” (sendo G um adjetivo escalar) seja verdadeira, x deve instanciar um grau de G um tanto acima daquele grau que seria o *standard* que x deveria atingir para ser considerado apenas G.

É interessante notar que esses intensificadores atuam em conjunto com a classe de comparação associada ao adjetivo escalar, esteja ela explicitada na sentença ou não. É por isso, por exemplo, que temos a impressão de que é possível chegar à conclusão (39c) a partir das premissas (39a) e (39b), mas não é possível chegar à conclusão (40c) a partir das premissas (40a) e (40b).

- (39) a. Premissa 1: A Fernanda é muito alta.
b. Premissa 2: A Marta é alta.
—
c. Conclusão: A Fernanda é mais alta do que a Marta.
- (40) a. Premissa 1: A Mônica é bem alta.
b. Premissa 2: Meu prédio é alto.
—
c. #Conclusão: A Mônica é mais alta do que o meu prédio.

Ou seja, em (40), temos uma situação na qual os indivíduos “Mônica” e “meu prédio” não podem fazer parte da mesma classe de comparação – um é um ser humano, o outro é uma construção. Dessa forma, mesmo que as classes de comparação não sejam explicitadas, não é possível chegar à conclusão em (40c), já que ser alto para uma pessoa e ser alto para um prédio envolvem graus completamente diferentes de altura. Por outro lado, em (39), temos uma situação na qual comparamos a altura de duas mulheres, que podem fazer parte da mesma CC – algo que vai ser dado pelo contexto de fala. Vale ressaltar que, para que a conclusão em (39c) seja aceitável, Fernanda e Marta precisam fazer parte da mesma classe de comparação, e o adjetivo escalar ‘alta’ deve estar relativizado a essa mesma classe de comparação em ambos os casos. Veja que, caso explicitemos CCs diferentes nas premissas 1 e 2, já não podemos chegar à conclusão em (41c):

- (41) a. Premissa 1: A Fernanda é muito alta para uma criança de 6 anos.
b. Premissa 2: A Marta é alta para uma jogadora de vôlei.
—
c. #Conclusão: A Fernanda é mais alta do que a Marta.

A combinação de modificadores escalares lexicais com os adjetivos subjetivos produz resultados semelhantes à combinação desses elementos com adjetivos não subjetivos. Assim, em (42), no qual os dois itens caracterizados pelo adjetivo subjetivo ‘divertido’ pertencem à mesma CC (a dos desenhos animados), é possível chegar à conclusão (42c) a partir das premissas 1 e 2:

- (42) a. Premissa 1: O Cebolinha diz: *Naruto* é muito divertido.
b. Premissa 2: O Cebolinha diz: *Dragon ball* é divertido.
—
c. Conclusão: O Cebolinha considera *Naruto* mais divertido do que *Dragon ball*.

No entanto, ao compararmos dois itens de CCs diferentes, como no exemplo (43), no qual os indivíduos caracterizados pelo adjetivo subjetivo ‘bonito’ pertencem, respectivamente, ao conjunto das pinturas e ao conjunto das paisagens, não podemos chegar à conclusão (43c) a partir das premissas em (43a) e (43b):

- (43) a. Premissa 1: A Mônica diz: *O Abaporu* é bem bonito.
b. Premissa 2: A Mônica diz: A Praia da Pipa é bonita.
—

c. #Conclusão: A Mônica considera *O Abaporu* mais bonito do que a Praia da Pipa.

Assim, vemos que adjetivos subjetivos e adjetivos vagos funcionam da mesma forma quando combinados com intensificadores escalares lexicais como ‘muito’ e ‘bem’.

Além desses termos, alguns advérbios de modo também podem ser usados como intensificadores escalares, como podemos ver nos exemplos em (44):

- (44) a. O Pico da Neblina é ridiculamente alto.
b. Guacamole é absurdamente gostoso.
c. Esse quadro é assustadoramente bonito.

Assim como itens como ‘muito’ e ‘bem’, esses advérbios também têm a função de intensificar o grau instanciado pelo objeto caracterizado pelo adjetivo escalar. Ou seja, em (44a), o Pico da Neblina não apenas atinge o grau mínimo que ele precisa atingir para ser considerado alto (dado o contexto), como também excede esse grau em um valor considerável. Da mesma forma, em (44b), guacamole não apenas é minimamente gostoso como é também está bem acima desse grau mínimo de “gostosura” e, em (44c), esse quadro é muito mais bonito do que o grau mínimo de beleza que ele precisaria instanciar para ser considerado bonito.

Nem todos os advérbios de modo podem servir de intensificadores escalares. Em (45), temos exemplos de advérbios que, ao serem combinados com os adjetivos escalares, tornam as sentenças estranhas, e não geram a leitura de intensificação escalar:

- (45) a. ??O Monte Everest é legalmente alto.
b. ??Guacamole é loucamente gostoso.
c. ??Esse quadro é mentirosamente bonito.

Também é interessante notar que alguns desses advérbios de modo, além de funcionarem como intensificadores escalares, também podem atuar na dimensão expressiva da sentença, funcionando como expressivos mistos, como ‘assustadoramente’ em (46):

- (46) Esse vestido é assustadoramente feio.

Em (46), o item ‘assustadoramente’ contribui em duas dimensões de significado para a sentença. No nível descritivo, veri-condicional, ele intensifica o grau do adjetivo ‘feio’. Ou seja, o vestido descrito na sentença não é apenas feio, mas atinge um grau de feiura bem acima do grau *standard*

de feiura (o grau que algo deve atingir para ser considerado feio) delimitado pelo contexto. Já no nível expressivo, ou uso-condicional, o uso desse advérbio indica um envolvimento emotivo do falante com o grau de feiura instanciado pelo vestido (ele está assustado com o quão feio o vestido é).

Novamente, vemos que o uso dos advérbios de modo como intensificadores escalares é aceitável tanto com adjetivos subjetivos quanto com adjetivos não subjetivos. Aqueles advérbios que contribuem com um conteúdo expressivo para a sentença também o fazem quando estão diante de adjetivos não subjetivos, como podemos ver em (47):

(47) Aquele homem é assustadoramente alto.

A interpretação de (47) é análoga àquela de (46). O advérbio ‘assustadoramente’ intensifica o grau do adjetivo ‘alto’ na dimensão descritiva da sentença, e indica envolvimento emotivo do falante com o grau de altura instanciado pelo sujeito no nível expressivo da sentença (o falante está assustado com o quão alto aquele homem é).

Em suma, os adjetivos subjetivos e os adjetivos não subjetivos se comportam da mesma forma quando combinados com itens lexicais que atuam como modificadores escalares, ainda que sejam associados a tipos de escala diferentes.

2.2.2. Exclamativas-wh

As exclamativas-*wh* são tipos específicos de exclamações que são constituídas de três elementos: (i) um item *wh-*, no começo da exclamativa, (ii) um DP e (iii) um AP (Marques et al., 2023). Em (48), apresentamos um exemplo desse tipo de exclamativa:

(48) [Que_{item wh-}] [prédio_{DP}] [alto_{AP}]!

Esse tipo de exclamativa funciona como um intensificador escalar para o adjetivo que vem no lugar de [AP]. Assim, em (48), temos a interpretação de que o prédio não é apenas alto, mas muito alto, ou seja, que ele instancia um grau de altura muito superior ao grau *standard* mínimo de altura que um prédio precisa atingir para ser considerado alto. Por funcionar como um modificador escalar, essa estrutura não aceita adjetivos não escalares no lugar de [AP]:

(49) a. #Que universidade federal!

b. #Que mulher grávida!

Além disso, os adjetivos escalares aceitos no lugar de [AP] podem ser tanto não subjetivos, como mostram os exemplos em (50), como subjetivos, como mostram os exemplos em (51):

- | | | | |
|------|------------------------|------|-----------------------------|
| (50) | a. Que prédio alto! | (51) | a. Que bolo gostoso! |
| | b. Que roupa cara! | | b. Que pintura bonita! |
| | c. Que relógio pesado! | | c. Que professor antiético! |

Tanto nos exemplos em (50) quanto nos exemplos em (51), a exclamativa-*wh* faz a função de intensificar o grau do adjetivo escalar presente nessa estrutura, no nível descritivo.

Assim como advérbios de modo como ‘assustadoramente’, vistos na seção anterior, a exclamativa-*wh* é uma estrutura expressiva mista. Isso quer dizer que ela contribui com significado em dois níveis semânticos: o veri-condicional/descritivo e o uso-condicional/expressivo. Assim, a interpretação de (50a), por exemplo, poderia ser dada da seguinte maneira (Marques et al., 2013):

- (52) [[Que prédio alto!]]
- a. No nível descritivo: o prédio instância um grau de altura bastante superior ao grau *standard* mínimo de altura que ele deveria atingir para ser considerado ‘alto’;
- b. No nível expressivo: o falante está surpreso com o grau de altura instanciado pelo prédio (o grau de altura do prédio superou as expectativas do falante).

A diferença de interpretação das sentenças em (50) para as sentenças em (51) é que aquelas em (51), que trazem adjetivos subjetivos têm o envolvimento de um indivíduo relevante no contexto nos dois níveis de interpretação. No nível expressivo, assim como ocorre com a sentença em (52), o falante (que é o indivíduo relevante no contexto) está surpreso com o grau instanciado pelo sujeito na escala mobilizada pelo adjetivo – por exemplo, em (51a), o falante está surpreso com o grau de “gostosura” instanciado pelo bolo. Já no nível descritivo, diferentemente do que ocorre com aquelas em (50), as sentenças em (51) precisam ser relativizadas à perspectiva de um indivíduo para que elas possam ser computadas semanticamente. Isso fica claro quando comparamos as sentenças em (53):

- (53) a. Magali, comendo um bolo: Que bolo gostoso!
- b. Magali, vendo seu gato comer um sachê de ração com muito gosto: Que sachê gostoso!

Fica claro que, no nível descritivo, o adjetivo subjetivo ‘gostoso’ é relativizado a perspectivas diferentes em cada uma das sentenças em (53): em (53a), quem julga o bolo gostoso é a própria falante, enquanto em (53b), temos a interpretação de que quem julga o sachê gostoso é o gato que está comendo o sachê, e não a falante. No entanto, como estruturas modificadoras de escala, as exclamativas-*wh* funcionam da mesma maneira para ambos os grupos de adjetivos: elas intensificam o grau do adjetivo no nível descritivo e expressam a surpresa do falante em relação a esse grau elevado do adjetivo instanciado pelo objeto caracterizado.

2.2.3. Diminutivo

Em português brasileiro, o diminutivo pode ser um recurso utilizado para modificar o grau de adjetivos escalares, como mostram os exemplos em (54):

- (54) a. Essa bola é grandinha.
b. *Tempos modernos* é chatinho.

No entanto, a interpretação do diminutivo, quando ele se combina com um adjetivo para modificar o seu grau, não é a mesma para todos os adjetivos escalares. Em (55a), por exemplo, vemos que o diminutivo combinado com o adjetivo ‘grande’ gera a leitura de que a bola é um pouco maior do que o grau *standard* de grandeza que algo deve atingir para ser considerado grande. Por outro lado, em (55b), quando o diminutivo se combina com o adjetivo ‘pequena’, de polaridade oposta a ‘grande’, vemos que a interpretação é a de que a bola supera muito o grau *standard* de “pequenicidade” que algo deve atingir para ser considerado pequeno – ou seja, a bola é muito pequena, e não apenas um pouco pequena.

- (55) a. Essa bola é grandinha.
b. Essa bola é pequenininha.

Corroborar essa interpretação o fato de que é possível combinar a sentença em (55b) com um intensificador escalar como ‘muito’, que eleva muito o grau do adjetivo escalar modificado, como podemos ver em (55c). Veja que, em (55d), a sentença fica estranha, já que combina ‘muito’ com o diminutivo, que, combinado com o item ‘grande’, “joga” o grau apenas um pouco para cima.

- (55) c. Essa bola é muito pequenininha.

d. ??Essa bola é muito grandinha.

O padrão de interpretação apresentado em (55) se mantém com outras duplas de adjetivos escalares vagos de polaridades opostas, como podemos ver em (56) e (57):

(56) a. A Mônica é altinha.

= A Mônica é um pouco mais alta do que o grau *standard* de altura relevante no contexto que separa o grupo dos altos e o grupo dos não altos.

b. A Mônica é baixinha.

= A Mônica é muito mais baixa do que o grau *standard* de “baixeza” relevante no contexto que separa o grupo dos baixos e o grupo dos não baixos.

(57) a. *Grande Sertão: Veredas* é compridinho.

= *Grande Sertão: Veredas* é um pouco mais comprido do que o grau *standard* de comprimento relevante no contexto que separa o grupo das coisas compridas e o grupo das coisas curtas.

b. *Grande Sertão: Veredas* é curtinho.

= *Grande Sertão: Veredas* é muito mais curto do que o grau *standard* de “curtice” que separa o grupo das coisas compridas e o grupo das coisas curtas.

Em suma, ao utilizar o diminutivo como modificador escalar combinado com um adjetivo escalar vago, os itens de polaridade positiva (como ‘grande’, ‘alta’ e ‘comprido’) terão seu grau modificado para “um pouco acima do grau *standard* daquele adjetivo (i.e., o grau se eleva apenas um pouco), enquanto os itens de polaridade negativa (como ‘pequena’, ‘baixa’ e ‘curto’) terão seu grau modificado para um grau muito acima do grau *standard* daquele adjetivo (i.e., o grau se eleva muito).

O padrão apresentado acima, no entanto, não se apresenta quando combinamos o diminutivo modificador escalar com adjetivos subjetivos. No caso dos predicados de gosto pessoal, como ‘divertido’ e ‘chato’ em (58), vemos que não há diferença de interpretação entre o adjetivo de polaridade (teoricamente) positiva ‘divertidinho’ e o adjetivo de polaridade (teoricamente) negativa ‘chatinho’:

(58) a. *Tempos modernos* é divertidinho.

b. *Tempos modernos* é chatinho.

Em (58a), temos a interpretação de que o falante considera que *Tempos modernos* esteja um pouco acima do grau *standard* mínimo que algo deve atingir para ser considerado divertido. A sentença poderia ser parafraseada, por exemplo, como “*Tempos modernos* é um pouco divertido” ou “*Tempos modernos* é levemente divertido”. O diminutivo em ‘chatinho’ também modifica o grau do item ‘chato’ para algo apenas um pouco acima do grau *standard* mínimo que algo deve atingir para ser considerado ‘chato’ e, assim, funciona de maneira bem diferente do adjetivo no diminutivo ‘baixinha’ em (56b), já que, no caso de ‘baixinha’, o diminutivo eleva bastante o grau de baixeza instanciado pelo objeto. (58b) poderia ser parafraseada, por exemplo, como “*Tempos modernos* é um pouco chato” (e não “*Tempos modernos* é muito/extremamente chato”).

No entanto, quando adicionamos o intensificador ‘muito’ às sentenças em (58), vemos que temos o mesmo padrão encontrado em (55), ou seja, vemos que apenas é possível combinar o item ‘muito’ com o polo (teoricamente) negativo da escala de diversão (“chatinho”), mas não com o polo (teoricamente) positivo (“divertidinho”):

- (58) c. ??*Tempos modernos* é muito divertidinho.
d. *Tempos modernos* é muito chatinho.

Algumas sentenças comuns envolvendo adjetivos subjetivos parecem contrariar esse padrão, como é o caso de exemplos como aqueles em (59), que utilizam os adjetivos estéticos ‘bonito’ e ‘feio’:

- (59) a. O meu gato é muito bonitinho.
b. Esse sapato é muito feinho.

Em (59), vemos que, ainda que utilizemos adjetivos que estão (teoricamente) em polos opostos da mesma escala, a combinação de ambos os adjetivos é aceitável com ‘muito’. Seria de se esperar que um deles (provavelmente ‘bonitinho’, que está, teoricamente, no polo positivo) não pudesse se combinar com ‘muito’, como ocorre com ‘grandinha’ em (55) e ‘divertidinho’ em (58). No entanto, vale lembrar que o diminutivo no PB tem, entre as suas funções, a de expressar uma atitude positiva, de afeto, do falante em relação a algum objeto. É o caso, por exemplo, de quando o falante diz “o meu cachorrinho” para se referir ao seu cachorro, ainda que ele seja um pastor alemão, ou “a minha filhinha” para se referir à sua filha, ainda que ela tenha 42 anos e 2 metros de altura. Em (59a) é esse o papel que o diminutivo está desempenhando e, portanto, ele faz uma contribuição na dimensão expressiva da sentença, e não na dimensão descritiva. Em outras palavras, o diminutivo em (59a) não atua como modificador escalar e é por isso que ‘bonitinho’ pode ser combinado com

‘muito’. Para contraste, em (60), vemos um uso de ‘bonitinho’ no qual o diminutivo está atuando como modificador escalar:

(60) Mônica: Esse vestido é bonitinho.

Magali: Você vai comprar?

Mônica: Eu não! Eu disse que ele é bonitinho, não que ele é bonito.

A escala dos adjetivos vagos é mensurável e objetiva e, portanto, fica mais claro quais são os itens de polaridade positiva (que sobem na escala) e os itens de polaridade negativa (que descem na escala). Os adjetivos subjetivos, por outro lado, não são associados a escalas compostas de graus mensuráveis e, portanto, fica menos claro quais são os adjetivos de polaridade positiva e os adjetivos de polaridade negativa associados a cada escala. Temos a impressão que os adjetivos que denotam qualidades boas são os itens de polaridade positiva, e aqueles que denotam qualidades ruins são os itens de polaridade negativa, mas essa classificação depende do julgamento de valor de algum indivíduo e, portanto, não é objetiva. Os dados apresentados nesta seção mostram, no entanto, que alguns adjetivos subjetivos antonímicos como ‘bonito’ e ‘feio’ e ‘divertido’ e ‘chato’ se comportam de maneira diferente quando combinados com o diminutivo como uma forma de modificação escalar. Isso é uma evidência de que há, entre os adjetivos subjetivos, duplas de adjetivos com polaridades opostas.

Contudo, um problema que fica em aberto é que nem todos os adjetivos subjetivos aceitam o diminutivo como modificador de grau, como é o caso de adjetivos morais e epistêmicos em geral, como mostram os exemplos em (61):

(61) a. ??A atitude da criança foi erradinha.

b. ??Esse professor é eticozinho.

c. ??A nossa vitória é provavelzinha/improvavelzinha.

d. ??A fala dele foi obviazinha.

2.3. Considerações finais do capítulo

O objetivo deste capítulo foi mostrar como os diferentes tipos de adjetivo escalar (vagos e subjetivos) se comportam em ambientes de comparação e de modificação escalar. Vimos que o maior número de diferenças de comportamento entre essas duas classes ocorre nos ambientes de comparação. Isso ocorre justamente porque os adjetivos são associados a tipos de escalas diferentes:

escalas mensuráveis e objetivamente verificáveis, para os adjetivos escalares vagos, e escalas não mensuráveis e subjetivas a uma perspectiva, para os adjetivos escalares subjetivos. O quadro abaixo resume as diferenças entre os adjetivos vagos e os subjetivos apresentadas neste capítulo:

Tabela 2 - Diferença entre adjetivos vagos e adjetivos subjetivos

	Adjetivos vagos (ex. ‘alto’, ‘pesado’)	Adjetivos subjetivos (ex. ‘bonito’, ‘divertido’)
<i>Faultless disagreement</i> na forma comparativa	Não Exemplo: A: O Pico da Neblina é mais alto do que o Pico da Bandeira. B: Não, o Pico da Neblina não é mais alto do que o Pico da Bandeira.	Sim Exemplo: A: <i>Guernica</i> é mais bonito do que <i>O Abaporu</i> . B: Não, <i>Guernica</i> não é mais bonito do que <i>O Abaporu</i> .
Possibilidade aparecer na forma comparativa na estrutura [achar [DP] [AP]]	Não Exemplo: ??Eu acho o Pico da Neblina mais alto do que o Pico da Bandeira.	Sim Exemplo: Eu acho <i>Guernica</i> mais bonito do que <i>O Abaporu</i> .
Possibilidade de se explicitar o valor da diferença entre os dois objetos comparados	Sim Exemplo: O Pico da Neblina é 105 metros mais alto do que o Pico da Bandeira.	Não Exemplo: ?? <i>Guernica</i> é 2 formas/2 cores mais bonito do que <i>O Abaporu</i> .
Possibilidade de se comparar dois objetos usando adjetivos associados a tipos de escala diferentes	Não Exemplo: ??Essa estante é mais alta do que essa cadeira é pesada.	Sim Exemplo: O rei é mais bonito do que a rainha é divertida.
Podemos fazer inferências sobre a classe de comparação utilizada na sentença	Não Exemplo: O Karpov é alto para um jogador de xadrez. (não sabemos se jogares de xadrez são considerados altos no geral)	Sim Exemplo: <i>Guernica</i> é bonito para uma pintura do Picasso. (temos a intuição que o falante não considera as pinturas do Picasso bonitas)

Fonte: elaboração própria

Em suma, neste capítulo mostramos que uma teoria semântica que se proponha a lidar com adjetivos subjetivos deve dar conta de duas de suas propriedades centrais: (i) a sua dependência de perspectiva e (ii) a impossibilidade de se mensurar as escalas associadas a esses adjetivos. No

próximo capítulo, vamos propor uma abordagem semântica que dê conta dessas duas características instanciadas pelos adjetivos subjetivos. Para isso, apresentaremos, primeiramente, uma teoria que lida com a semântica de adjetivos escalares e, em segundo lugar, uma teoria que lida com a semântica de predicados dependentes de perspectiva. Por fim, unimos as duas abordagens escolhidas em uma única abordagem que dê conta dos adjetivos subjetivos.

Capítulo 3 – Uma semântica escalar para adjetivos subjetivos

O comportamento dos adjetivos subjetivos em ambientes de comparação e de modificação escalar nos mostrou que esses itens têm como propriedades fundamentais a dependência de perspectiva e a relação com escalas não mensuráveis (i.e., não compostas de graus objetivamente quantificáveis). Assim, uma teoria semântica que se proponha a dar conta desses adjetivos precisa lidar com essas duas propriedades. Neste capítulo, esboçaremos uma teoria semântica que dê conta desse tipo de adjetivo e, para tanto, na seção 3.1, lidamos, primeiramente, com a propriedade da escalaridade instanciada pelos adjetivos subjetivos, e, na seção 3.2, olhamos para como formalizar a dependência de perspectiva manifestada por esses adjetivos. Por fim, na seção 3.3, unimos as abordagens apresentadas em 3.1 e 3.2, que lidam, respectivamente, com escalaridade e dependência de perspectiva, para propor uma abordagem unificada que dê conta de itens que apresentam ambas as propriedades, como é o caso dos adjetivos subjetivos.

3.1. A semântica da variação escalar

Como vimos nos capítulos anteriores, adjetivos escalares diferem de adjetivos não escalares por denotarem características que não são binárias. Assim, se ‘federal’ em uma sentença como “A UFSCar é federal” é uma função que leva o indivíduo ‘UFSCar’ a um valor de verdade (1, no caso do nosso mundo), não podemos ter a mesma interpretação para ‘alta’ em uma sentença como “A Mônica é alta” – ou seja, ‘alta’ não é uma função que leva o indivíduo ‘Mônica’ a um valor de verdade, pois não é possível atribuir a propriedade de ‘ser alta’ a Mônica sem saber o contexto de proferimento da sentença. Isso ocorre porque Mônica pode ser considerada alta em alguns contextos e não em outros, algo que não ocorre com adjetivos não escalares, como ‘federal’. É necessário, então, que uma teoria semântica que se proponha a lidar com os adjetivos escalares lide com os fenômenos gerados pela propriedade da escalaridade que esses adjetivos apresentam. O mesmo vale para os adjetivos subjetivos, que são, afinal, um subconjunto da classe dos adjetivos escalares.

Assim, nesta seção, nosso objetivo é apresentar uma abordagem semântica que dê conta de explicar o tipo de escalaridade instanciada pelos adjetivos subjetivos, chamada, na literatura, de “variação escalar”. Para isso, primeiramente, na seção 3.1.1, vamos escolher um modelo semântico entre os disponíveis na literatura para lidar com a escalaridade dos adjetivos subjetivos. Depois, nas seções 3.1.2 e 3.1.3, mostramos como esse modelo dá conta de formalizar os adjetivos subjetivos em situações de comparação e de modificação escalar, fenômenos que estão ligados com a propriedade da escalaridade instanciada por esse tipo de adjetivo.

3.1.1. Modelos semânticos que lidam com escalaridade

Como dito anteriormente, uma abordagem semântica que se proponha a lidar com adjetivos subjetivos deve dar conta da propriedade da escalaridade apresentada por eles. Para lidar com essa propriedade, poderíamos tomar dois caminhos diferentes: adotar uma abordagem com graus ou adotar uma abordagem sem graus. Neste trabalho, optaremos por adotar uma abordagem sem graus. Para entender o motivo dessa escolha, no entanto, vamos, primeiramente, ver um pouco sobre como funciona a semântica de graus, o que faremos na seção 3.1.1.1. Na seção 3.1.1.2, apresentamos as bases da abordagem que escolhemos para lidar com a escalaridade dos adjetivos subjetivos.

3.1.1.1. Semântica de graus

A abordagem da semântica de graus consiste em adicionar à ontologia semântica uma nova entidade, o grau (d), que vai ser usada para se combinar com as outras entidades e formar sentenças. Nessa perspectiva, os adjetivos escalares não são funções que levam de indivíduos (e) até valores de verdade (t), mas sim funções que levam de indivíduos (e) a graus (d). No entanto, não é o caso que, quando proferimos uma sentença como aquela em (1), queremos apenas dizer que a Mônica instancia algum grau de altura:

(1) A Mônica é alta.

O que queremos dizer com (1), então? Para a semântica de graus, quando os adjetivos escalares são usados em sua forma positiva, o indivíduo caracterizado por eles está sendo comparado a um grau standard que serve de parâmetro para definir o que faz parte do domínio daquele adjetivo em determinado contexto. Por exemplo, a sentença em (1) seria verdadeira apenas se a altura de Mônica atingisse o grau standard mínimo que uma pessoa deve atingir para ser considerada alta no contexto de proferimento da sentença. Essa interpretação é formalizada da seguinte maneira em Kennedy e McNally (2005):

(2) $\exists d [\text{standard}(d)(\text{ALTA})(C) \wedge \text{ALTA}(d)(\text{Mônica})]$

A fórmula em (2) poderia ser parafraseada da seguinte forma: (i) existe um grau d, (ii) esse grau d é o grau standard do predicado ALTA no contexto C (ou seja, o grau mínimo que algo deve atingir

para ser considerado alto), e (iii) a Mônica atinge esse grau d na escala associada ao predicado ALTA (i.e., a escala de altura).

Para Kennedy (1999), assumir a existência dos graus como entidades semânticas (e, portanto, das escalas que eles formam e que são associadas aos adjetivos escalares) explica por que só é possível fazer comparações usando dois adjetivos escalares distintos se eles forem associados a escalas que são formadas pelo mesmo tipo de grau/de medida. Em outras palavras, a sentença em (3a) seria bem formada porque os adjetivos ‘larga’ e ‘alta’ se referem a escalas formadas pelo mesmo tipo de medida (centímetros ou metros, por exemplo), ou seja, são comensuráveis, enquanto a sentença em (3b) não seria bem formada porque a escala associada a ‘pesado’ e a escala associada a ‘velha’ são incomensuráveis entre si, ou seja, elas não são compostas pelo mesmo tipo de grau.

- (3) a. A minha mesa é mais larga do que a minha porta é alta.
b. #O meu sofá é mais pesado do que a minha cama é velha.

Em português brasileiro (PB), a existência de sentenças comparativas que explicitam o valor numérico da diferença dos graus instanciados por dois indivíduos em relação a determinada escala, como aquela em (4), também poderia ser explicada pela existência dos graus como entidades.

- (4) a. A Mônica é 3 cm mais alta do que a Magali.

Nessa perspectiva, a sentença em (4a) poderia ser parafraseada da seguinte forma: a diferença entre o valor do grau de altura instanciado por Mônica e o valor do grau de altura instanciado por Magali é de 3 cm. Em um esquema semi-formal, teríamos (4b):

- (4) b. $ALTA(d)(Mônica) - ALTA(d)(Magali) = 3 \text{ cm}$

Ou seja, a função ALTA, em (4b), retorna o valor do grau de altura instanciado por Mônica, na primeira parte da subtração, e retorna o valor do grau de altura instanciado por Magali, na segunda parte.

No entanto, como vimos nos capítulos anteriores, os fenômenos acima, que são facilmente explicados pela semântica de graus, são fenômenos que ocorrem apenas com os adjetivos escalares vagos, e não com os subjetivos. Assim, a sentença em (5), ainda que use adjetivos que não sejam comensuráveis entre si, não é mal formada como aquela em (3b). Da mesma forma, como mostramos em (6), não é possível explicitar o valor de uma diferença entre dois indivíduos em relação a uma escala específica, como é possível em (4a).

- (5) A rainha é mais bonita do que o rei é bondoso.
(6) *Esse bolo é 2 colheres de açúcar mais gostoso do que essa torta.

Isso ocorre porque, como vimos, os adjetivos subjetivos não são associados a escalas objetivamente mensuráveis no mundo.

Assim, nota-se que uma semântica que proponha as entidades ‘graus’ (e escalas formadas por esses graus) como um caminho para formalizar os adjetivos escalares se foca em explicar fenômenos gerados pelos adjetivos escalares vagos, especificamente, mas não contribui para explicar o funcionamento dos adjetivos escalares subjetivos nesses mesmos contextos. Como tomar os adjetivos escalares como funções que levam de um indivíduo a um grau se parte desses adjetivos, como é o caso dos adjetivos subjetivos, sequer está relacionado a uma escala composta por graus objetivamente mensuráveis?

Além disso, uma vez que a existência de uma entidade do tipo ‘grau’ é proposta, é de se esperar que esse grau possa aparecer de maneira explícita em algumas estruturas, assim como entidades do tipo ‘indivíduo’ (e) podem ser preenchidas e aparecer nas sentenças explicitamente. As *measure phrases* do inglês seriam exemplos de sentenças que aparecem com o grau explícito, como é o caso de (7):

- (7) John is 6 feet tall.
João é 6 pés alto.
“O João tem 6 pés de altura.”

O adjetivo ‘*tall*’, numa abordagem de graus, toma dois argumentos: um grau *d* e um indivíduo *e*. Em (7), a expressão “*6 feet*” seria o conteúdo explícito do grau *d*.

Dayal (2016) também chama a atenção para a existência de itens interrogativos que têm como domínio um conjunto de graus, como é o caso de ‘*how tall*’ em (8):

- (8) How tall is John?
Quão alto é o João?

Ao fazer a pergunta em (8), o falante espera como resposta um grau ou um intervalo de graus localizados na escala relacionada ao adjetivo utilizado (no caso, ‘*tall*’). Ou seja, assim como um item interrogativo como ‘quem’ pede, como resposta, uma entidade do tipo indivíduo (e), um item

interrogativo como *'how tall'* (e variantes como *'how old'*, *'how far'* etc.) podem como resposta uma entidade do tipo grau (d) (ou, pelo menos, um intervalo de graus).

Os exemplos em (7) e (8) nos mostram que adjetivos escalares vagos, sob a ótica da semântica de graus, realmente são funções que determinam a medida de certo indivíduo em relação a determinada escala. Assim, a possibilidade de se aplicar o adjetivo 'alta' a Mônica já indica que Mônica instancia algum grau específico na escala de altura (por exemplo, 120 cm). Da mesma forma, Jake instancia algum grau na escala de idade em (9b) (por exemplo, 30 anos) e o Japão instancia algum grau na escala de distância em (9c) (por exemplo, 19 mil km). Esses graus, embora não estejam explícitos na sentença, podem ser objetivamente mensurados no mundo real.

- (9) a. A Mônica é alta.
b. O Jake é velho.
c. O Japão é longe (daqui).

Isso se torna um problema quando olhamos para adjetivos subjetivos, já que esses itens não estão relacionados a escalas e graus numéricos, objetivamente mensuráveis – aliás, os exemplos (3) e (4) apresentados anteriormente já mostram essa diferença entre adjetivos subjetivos e adjetivos vagos.

Kennedy (1999) aponta a semântica de graus como uma teoria alternativa a uma abordagem que ele chama de *"vague predicate analysis"* (análise de predicado vago). Nessa abordagem, os adjetivos escalares são funções que levam um indivíduo a um valor de verdade, como qualquer outro predicado, mas com a diferença de que os domínios dos adjetivos escalares são ordenados de acordo com algum parâmetro relacionado ao adjetivo escalar – 'caro', por exemplo, teria seu domínio ordenado de acordo com o preço dos objetos.

Embora Kennedy (1999) rejeite essa abordagem para explicar os fenômenos relacionados aos adjetivos escalares vagos, esse princípio parece ter mais afinidade com o modo como os adjetivos subjetivos funcionam do que a semântica de graus. Isso porque, embora os adjetivos subjetivos não estejam relacionados a escalas numéricas mensuráveis, eles apresentam, sim, variação escalar, conforme já estabelecido em capítulos anteriores. Isso significa que esses adjetivos podem aparecer em construções que aceitam apenas adjetivos escalares, como vimos na seção 1.2.1. Além disso, vimos, também nessa seção, que esses adjetivos são transitivos, o que faz sentido com a ideia de que o domínio desses adjetivos é ordenado. Em outras palavras, por conta do domínio desses itens ser ordenado, não é o caso, por exemplo, que uma mesma pessoa considere, simultaneamente, que: (i) o objeto A esteja em uma posição superior no domínio do que B, (ii) objeto B esteja em uma posição superior no domínio do que C e (iii) que o objeto C esteja em uma posição superior no domínio do que A. Portanto, neste trabalho, como dito anteriormente, optamos

por lidar com os adjetivos subjetivos usando uma abordagem para adjetivos escalares que não esteja inserida na teoria da semântica de graus. Há vários modelos na literatura em semântica formal que se propõem a lidar com os adjetivos escalares sem lançar mão da adição de graus à ontologia semântica. Neste texto, vamos trabalhar com o modelo *delineation tolerant, classical, strict* (ou modelo DeITCS) apresentado em Burnett (2016), sobre o qual vamos falar na próxima seção.

3.1.1.2. Modelo DeITCS

Em seu trabalho, Burnett (2016) lida com os fenômenos da vagueza e da sensibilidade a contexto no âmbito adjetival. Para a autora, os adjetivos escalares se diferenciam dos adjetivos não escalares por apresentarem três propriedades específicas (como já explicado na seção 1.1.3): (i) casos limítrofes (considerando um predicado escalar P qualquer, um indivíduo pode ser simultaneamente P e $\neg P$, desrespeitando o princípio da bivalência, ou ele pode ser considerado nem P e nem $\neg P$, desrespeitando o princípio do terceiro excluído); (ii) limites *fuzzy* (sendo P um adjetivo escalar, não há um limite claro entre o conjunto de coisas que são P e o conjunto de coisas que não são P); e (iii) susceptibilidade ao paradoxo de Sorites. Para lidar com essas três propriedades, a autora utiliza o modelo semântico *tolerant, classical, strict* (ou modelo TCS), que vamos explicar a seguir.

Segundo Burnett (2016), o modelo TCS foi originalmente desenvolvido para dar conta da intuição de que predicados vagos são tolerantes, mas sem torná-los suscetíveis ao paradoxo de Sorites. Esse modelo apresenta uma função chamada de “relação de indiferença” (*indifference relation*), que relaciona dois indivíduos que são suficientemente similares entre si quando se trata de uma propriedade P qualquer. Por exemplo, sendo \sim_{alto} a relação de indiferença relacionada ao predicado ‘alto’, se $x \sim_{\text{alto}} y$, então o indivíduo x não parece ter a altura distinta do indivíduo y. Assim, usando essa relação de indiferença, é possível definir os predicados tolerantes como aqueles predicados que satisfazem a seguinte fórmula:

$$(10) \quad \forall x \forall y [P(x) \wedge x \sim_P y \rightarrow P(y)]$$

A fórmula em (10) pode ser parafraseada da seguinte forma: para todo indivíduo x e para todo indivíduo y, e dado um predicado tolerante P, se (i) x é P e (ii) x e y não parecem ser distintos em relação à propriedade instanciada por P, então y é P. Isso significa que, se o predicado P pode ser aplicado a x, então ele também pode ser aplicado a qualquer indivíduo que demonstre uma similaridade suficiente a x em relação à propriedade instanciada por P. Num exemplo prático, se

Mônica é considerada alta e Magali tem 1 mm a menos que Mônica, Magali também será considerada alta, pois a diferença de altura não é perceptível aos observadores.

A partir do modelo TCS¹², Burnett (2016) desenvolve, com mais detalhes, um modelo que ela chama de *delineation tolerant, classical, strict* (ou modelo DelTCS), que é uma extensão do modelo TCS pertencente a uma classe de sistemas lógicos conhecida como *delineation semantics*. O modelo DelTCS, além de conseguir lidar com as propriedades que definem os adjetivos escalares, também prevê as diferenças de comportamento entre os adjetivos escalares relativos e os adjetivos escalares absolutos. É esse modelo que vamos utilizar, nesta tese, para trabalhar com os adjetivos subjetivos e os fenômenos gerados pelo tipo de escalaridade que eles instanciam.

No modelo DelTCS, os adjetivos escalares denotam conjuntos de indivíduos que são avaliados de acordo com classes de comparação (CCs) fornecidas pelo contexto. As CCs são subconjuntos do domínio do adjetivo. Assim, a extensão de um predicado escalar muda de acordo com a CC com a qual ele é comparado (Burnett, 2016, p. 62). Dado que as CCs são fornecidas pelo contexto de fala, isso significa dizer que os adjetivos escalares são sensíveis ao contexto, ou seja, a sua interpretação depende do contexto no qual eles são proferidos. A semântica para a forma positiva dos adjetivos escalares fica, então, como em (11), sendo P um adjetivo escalar qualquer, a_1 um indivíduo qualquer e X uma CC que pertence ao domínio de P (Burnett, 2016, p. 59, adaptado):

$$(11) \quad [[P(a_1)]]_X = \begin{cases} 1 & \text{se } [[a_1]] \in [[P]]_X; \\ 0 & \text{se } [[a_1]] \in X - [[P]]_X; \\ i & \text{se não cumprir os requisitos anteriores} \end{cases}$$

Considerando, então, uma sentença como “A Mônica é alta para uma criança de 6 anos”, de acordo com a fórmula em (11), temos que essa sentença é: (i) verdadeira, caso a Mônica pertença à extensão do predicado ‘alta’ aplicado à CC “crianças de 6 anos”, (ii) falsa, caso a Mônica pertença à CC “crianças de 6 anos” mas não à extensão do predicado ‘alta’ aplicado a essa CC, e (iii) indefinida, caso Mônica sequer pertença à classe das crianças de 6 anos. O terceiro requisito explica por que sentenças como aquelas em (12) são estranhas, já que as classes de comparação explícitas nessas sentenças não são as classes às quais os sujeitos das sentenças pertencem:

- (12) a. ?A Mônica é alta para um coqueiro de 6 anos.
b. ?O Monte Everest é alto para um engenheiro.

12 Para mais informações sobre o modelo TCS que serve de base para o modelo de Burnett (2016), ver Cobreros et al. (2012).

As CCs não são relevantes apenas para a interpretação de adjetivos escalares vagos, mas para todos os adjetivos escalares, incluindo os adjetivos subjetivos. Como vimos nas seções anteriores, adjetivos subjetivos também podem ser relativizados a uma classe de comparação, como nos exemplos em (11):

- (13) a. *O fabuloso destino de Amélie Poulain* é divertido para um filme francês.
 b. *Guernica* é bonito para uma pintura do Picasso.

Ademais, os adjetivos subjetivos também podem ter extensões diferentes em CCs (isso é, em subconjuntos) diferentes. Assim, uma mesma pessoa pode considerar *O fabuloso destino de Amélie Poulain* divertido se o filme estiver inserido em uma CC X composta de filmes franceses, como sugere (11a), mas não considerá-lo divertido se ele estiver inserido em uma CC maior X', que contenha a CC X, e que seja formado por filmes europeus, por exemplo. Da mesma forma, uma pessoa pode considerar *Guernica* bonito em relação a outras obras do Picasso, mas pode deixar de considerar *Guernica* bonito se essa pintura for comparada com um grupo maior de pinturas, que contenha pinturas de outros artistas.

Já a propriedade da escalaridade instanciada pelos adjetivos escalares, para a *delineation semantics*, é derivada da sensibilidade ao contexto apresentada por esses itens. Essa escalaridade é derivada da seguinte forma (Burnett, 2016, p. 62):

- (14) Para todas as CCs $X \subseteq D$, todos os indivíduos a_1 e a_2 , e todos os predicados P,

$$[[a_1 >_P a_2]]_X = \{1 \text{ se houver algum } X' \subseteq D : [[P(a_1)]]_{X'} = 1 \text{ e } [[P(a_2)]]_{X'} = 0;$$

$$0 \text{ se não cumprir o requisito anterior}\}$$

O que (14) quer dizer, *grosso modo*, é que para que a_1 esteja localizado mais alto na escala de P do que a_2 ($a_1 >_P a_2$) dada a CC X, então deve haver alguma outra CC X' na qual a_1 seja considerado P em X' e, ao mesmo tempo, a_2 não seja considerado P nesse mesmo conjunto X'. Dessa forma, a aplicação de P a uma classe de comparação específica (X') faz com que tenhamos a interpretação de que a_1 está acima de a_2 na ordenação do domínio de P – em outras palavras, a partir da sensibilidade a contexto de P, derivamos a escala $a_1 > a_2$.

No entanto, a partir das fórmulas apresentadas em (11) e (14), poderíamos ter uma situação em que, em determinada CC X, fosse o caso que $P(a_1)$ e $\neg P(a_2)$, enquanto, em determinada CC X', o oposto fosse o caso, ou seja, em X', $\neg P(a_1)$ e $P(a_2)$. Traduzindo para a língua natural, isso seria dizer que, por exemplo, no conjunto das crianças de 6 anos, Mônica fosse considerada alta e Magali não, mas que no conjunto das meninas de 6 anos (ou seja, outra CC), Magali fosse considerada alta e

Mônica não. Esse resultado, no entanto, é contraintuitivo. Seria de se esperar que se, em algum contexto, Mônica fosse considerada alta e Magali não, o oposto nunca ocorresse, ainda que os contextos variassem. Para lidar com essa questão, Burnett (2016) coloca três axiomas, originalmente propostos por van Benthem (1982), que governarão a categorização dos indivíduos nas CCs do domínio do adjetivo escalar. Esses axiomas são: (i) não reversão (*no reversal*), (ii) diferença para cima (*upward difference*) e (iii) diferença para baixo (*downward difference*). Esses axiomas são apresentados abaixo em (15) a (17):

(15) Axioma da não reversão (NR):

Para todos os indivíduos $a_1, a_2 \in D$ e todos os $X \subseteq D$ tal que $a_1 \in [[P]]_X$ e $a_2 \notin [[P]]_X$, não há $X' \subseteq D$ tal que $a_2 \in [[P]]_{X'}$ e $a_1 \notin [[P]]_{X'}$.

(16) Axioma da diferença para cima (UD):

Para todos os indivíduos $a_1, a_2 \in D$ e todos os $X \subseteq D$ tal que $a_1 \in [[P]]_X$ e $a_2 \notin [[P]]_X$, para todos os X' , se $X \subseteq X'$, então há pelo menos dois indivíduos a_3, a_4 : $a_3 \in [[P]]_{X'}$ e $a_4 \notin [[P]]_{X'}$.

(17) Axioma da diferença para baixo (DD):

Para todos os indivíduos $a_1, a_2 \in D$ e todos os $X \subseteq D$ tal que $a_1 \in [[P]]_X$ e $a_2 \notin [[P]]_X$, para todos os X' , se $X' \subseteq X$ e para todos os indivíduos $a_1, a_2 \in X'$, então há pelo menos dois indivíduos a_3, a_4 : $a_3 \in [[P]]_{X'}$ e $a_4 \notin [[P]]_{X'}$.

Segundo o axioma da não reversão (NR), se há alguma CC na qual o indivíduo a_1 é classificado como P e o indivíduo a_2 não é classificado como P, então não pode haver outra CC na qual a_1 e a_2 trocam de lugar, ou seja, a_1 seja classificado como não-P e a_2 seja classificado como P. Trazendo de volta nosso exemplo de Mônica e Magali, esse axioma garante que, caso Mônica seja considerada alta e Magali não seja considerada alta em relação a crianças de 6 anos, não pode ser o caso que, em relação a meninas de 6 anos, Magali seja considerada alta e Mônica, não. Com esse axioma, solucionamos o problema de o sistema ser capaz de gerar esse tipo de situação contraintuitiva para os falantes.

Já o axioma da diferença para cima (UP) diz que, caso, em uma CC X , um indivíduo a_1 seja P e um indivíduo a_2 não seja P, então em todas as CCs X' que contenham X (e contenham também mais elementos além daqueles pertencentes a X) vão conter pelo menos algum indivíduo que é considerado P e algum indivíduo que não é considerado P (ainda que esses indivíduos possam ser

diferentes de a_1 e a_2). Isso significa que não é possível que um conjunto maior que a CC X e que a contenha não apresente nenhum contraste do tipo $P/\neg P$ entre seus indivíduos.

Por fim, o axioma da diferença para baixo (DD) diz que, caso, em uma CC X , um indivíduo a_1 seja P e um indivíduo a_2 não seja P , então em todas as CCs X' contidas em X (e que contenham menos elementos do que X) em que a_1 e a_2 estejam presentes, haverá um indivíduo que é P e um indivíduo que não é P . Em outras palavras, não é possível que, apenas por eliminar elementos da CC (que não sejam os elementos a_1 e a_2), apague-se o contraste entre os elementos da CC.

Na seção 3.1.1, justificamos a escolha do modelo DelTCS para lidar com os fenômenos da comparação e da modificação escalar no âmbito dos adjetivos subjetivos, já que esse modelo, diferentemente de um modelo que faça parte da abordagem da semântica de graus, lida com adjetivos escalares sem que seja necessário adicionar os graus como entidades da ontologia das línguas naturais. Também fizemos uma breve introdução sobre como o modelo DelTCS funciona a partir do trabalho de Burnett (2016). Nas seções seguintes, vamos ver como o modelo DelTCS lida com a comparação e com a modificação escalar, e como os adjetivos subjetivos podem ser formalizados dentro desse modelo.

3.1.2. A comparação no modelo DelTCS

No capítulo 2, vimos três estruturas comparativas nas quais os adjetivos escalares podem aparecer: (i) a comparação explícita entre dois elementos, como no exemplo (18a); (ii) a comparação com uma classe de comparação, exemplificada em (18b); e (iii) a comparação intensional, também chamada de relativização a um propósito, como ilustra a sentença em (18c):

- (18) a. A Mônica é mais alta do que a Magali.
b. A Mônica é alta para uma criança de 6 anos.
c. A Mônica é alta para caber nesse brinquedo.

Nesta seção, vamos mostrar como o modelo DelTCS formaliza esses três tipos de comparação.

(I) Comparação explícita entre dois elementos

No modelo DelTCS, os adjetivos escalares são conjuntos de indivíduos que são avaliados de acordo com CCs (que são subconjuntos desse conjunto maior). Partindo deste princípio, a comparação explícita entre dois elementos nada mais é do que a aplicação do predicado a uma CC

que tem apenas dois elementos: os indivíduos que estão sendo comparados. Assim, a semântica da comparação, neste modelo, fica da seguinte forma (Burnett, 2016, p. 62):

- (19) Para todas as CCs $X \subseteq D$, para todos os indivíduos a_1 e a_2 , e para todos os predicados P ,
- $$[[a_1 >_P a_2]]_X = 1 \text{ se há algum } X' \subseteq D : [[P(a_1)]]_{X'} = 1 \text{ e } [[P(a_2)]]_{X'} = 0$$

Nesse esquema semi-formal, a função $>_P$ relaciona dois indivíduos e coloca o primeiro acima do segundo na ordenação do domínio de P . O que (19) diz, portanto, é que para que a_1 seja considerado mais P do que a_2 (ou seja, a_1 esteja acima de a_2 no domínio ordenado de P), deve haver alguma classe de comparação X' (que seja um subconjunto do domínio D) tal que a_1 seja considerado P em X' e a_2 não seja considerado P em X' .

Quando aplicamos essa fórmula a uma sentença como aquela em (18a), repetida abaixo em (20a), temos, então, a fórmula em (20b):

- (20) a. A Mônica é mais alta do que a Magali.
 b. $[[Mônica >_{alta} Magali]]_X = 1$ sse existe algum $X' \subseteq D : [[ALTA(Mônica)]]_{X'} = 1$ e $[[ALTA(Magali)]]_{X'} = 0$

Parafraseando (20b), temos que Mônica é mais alta que Magali se e somente se existe alguma CC X' que pertence ao domínio do adjetivo 'alta' tal que a Mônica seja alta em X' e a Magali não seja alta em X' . Ou seja, a sentença em (20a) é verdadeira apenas se existir algum contexto em que Mônica conte como alta e Magali, não.

(II) Comparação com classe de comparação

Como já vimos, no modelo DelTCS, indivíduos caracterizados por um adjetivo escalar sempre serão avaliados em comparação com uma classe de comparação (CC), que é um subconjunto do domínio do adjetivo. A interpretação de adjetivos escalares para esse modelo é, portanto, sensível ao contexto, já que a extensão desses itens muda de acordo com a CC com a qual eles são comparados. Retomamos a formalização da forma positiva de um adjetivo escalar P qualquer neste modelo em (21):

- (21) Para todas as CCs $X \subseteq D$, para todos os predicados P , e para todos os indivíduos $a_1 \in X$,
- $$[[P(a_1)]]_X = \begin{cases} 1 & \text{se } [[a_1]] \in [[P]]_X; \\ 0 & \text{se } [[a_1]] \in X - [[P]]_X; \end{cases}$$

i se não cumprir os requisitos anteriores}

De acordo com a fórmula em (21), quando relativizamos uma sentença do tipo “x é P” a uma classe de comparação, temos a interpretação de que o indivíduo x deve pertencer à CC. De fato, as sentenças em (22), que negam o pertencimento do sujeito à CC explicitada na sentença, se tornam estranhas:

- (22) a. A Mônica é alta para uma criança de 6 anos, #mas ela não é uma criança de 6 anos.
b. O Fernando Gato é pesado para um gato, #mas ele não é um gato.

Quando a classe de comparação não está explícita na sentença, ela é fornecida pelo contexto de fala. Assim, uma sentença como aquela em (23a) pode ser formalizada, de acordo com a formalização em (21), como em (23b). A CC X em (23b) será preenchida pelo contexto de fala.

- (23) a. O Fernando Gato é pesado.
b. $[[PESADO(Fernando-Gato)]]_X = \{1 \text{ sse } [[Fernando-Gato]] \in [[PESADO]]_X;$
 $0 \text{ sse } [[Fernando-Gato]] \in X - [[PESADO]]_X;$
 $i \text{ se não cumprir os requisitos anteriores} \}$

Por outro lado, a CC pode ser explicitada na sentença por meio da introdução de um PP que faz esse papel. Nesse caso, substituímos, na fórmula (21), o valor de X pelo conjunto introduzido pelo PP-classe de comparação. Assim, uma sentença como aquela em (24a) fica formalizada como em (24b):

- (24) a. O Fernando Gato é pesado para um gato.
b. $[[PESADO(Fernando-Gato)]]_{GATO} = \{1 \text{ sse } [[Fernando-Gato]] \in [[PESADO]]_{GATO};$
 $0 \text{ sse } [[Fernando-Gato]] \in GATO - [[PESADO]]_{GATO};$
 $i \text{ se não cumprir os requisitos anteriores} \}$

(III) Comparação intensional ou relativização a um propósito

Além de explicitar uma classe de comparação, outra função que um PP que se combina com um adjetivo escalar pode exercer é o de relativizar o adjetivo a um propósito, como ocorre em (25):

- (25) Essa mochila é pesada para eu carregar.

Sentenças como aquela em (25) também se configuram como um tipo de comparação, já que elas podem ser parafraseadas como sentenças comparativas que contêm um operador modal, ou seja, elas expressam o que Beck (2011) chama de “comparação intensional”. Para ilustrar essa possibilidade, mostramos em (26) como a sentença em (25) poderia ser parafraseada na forma de uma sentença comparativa com um operador modal:

(26) Essa mochila é mais pesada do que ela deveria ser para eu conseguir carregar.

Segundo Meier (2003), no inglês, construções que relativizam o adjetivo escalar a um propósito são verdadeiras se o valor que satisfaz o predicado expressado na oração principal é maior do que o valor máximo que satisfaz a condição colocada na oração infinitiva. Usando o exemplo (25) para ilustrar essa proposta, temos que (25) seria verdadeira se o valor do peso dessa mochila (objeto do mundo real no proferimento do falante e sujeito da oração principal) fosse maior do que o valor do peso da mochila hipotética (sujeito da oração subordinada) que instancia o valor máximo de peso que satisfaz a condição “para eu carregar”, colocada na oração infinitiva. Supondo, então, que o máximo de peso que o falante de (25) (“eu”) consegue carregar seja 10 kg, e essa mochila (sujeito da oração principal) pese 11 kg, então ela excede o valor do peso máximo que o falante consegue carregar (condição colocada pela oração infinitiva). Nesse caso, a sentença em (25) é verdadeira. Caso a mochila pesasse 9 kg, por exemplo, a oração seria falsa, pois o valor do peso dela seria inferior ao peso máximo que satisfaz a condição colocada pela oração infinitiva “para eu carregar”. Em linhas gerais, uma sentença como aquela em (27a), segundo a autora, seria interpretada como no esquema semi-formal (27b), considerando que *e* seja uma extensão de graus em uma escala (Meier, 2003, p. 93):

(27) a. The food is too good to throw away.

A comida está muito boa para jogar fora.

b. $[[[27a)]] = 1$ sse, dado o que é permitido, o *e* máximo, tal que a comida seja boa no nível *e*, é maior do que o *e** máximo, tal que, se a comida for boa no nível *e**, ela pode ser jogada fora.

No esquema semi-formal (27b) vemos, então, o uso do operador modal e da semântica de graus para computar a sentença (27a). O trecho “dado o que é permitido” nos mostra que o operador modal que age nessa sentença é deontico (já que fala de permissão), e o uso de “pode” em “ela pode ser jogada fora” nos mostra que o operador é existencial (já que “poder” é um operador existencial). Já o elemento *e*, por se tratar de uma extensão de graus em uma escala, mostra adesão ao modelo da

semântica de graus, e define que existe um grau máximo de “bom” que separa a comida que pode ser jogada fora (que instancia um grau de “bom” menor que do que esse grau máximo) e a comida que não pode ser jogada fora (que instancia um grau de “bom” maior do que esse grau máximo).

Segundo o esquema de Meier (2003), mostrado em (27), na interpretação de uma sentença com um adjetivo escalar relativizado a um propósito, há uma comparação entre graus – o grau máximo colocado pela oração infinitiva (que serve de condição) na escala do adjetivo escalar relevante e o grau instanciado pelo objeto caracterizado pelo adjetivo. Como neste trabalho adotamos uma ontologia semântica desprovida de graus, é necessário adaptar essa formalização para que a comparação se dê entre os indivíduos, e não entre graus. Nossa proposta é que a interpretação sem graus da sentença (27a) fique da seguinte forma:

(28) $[[27(a)]] = 1$ sse, dado o que é permitido, na ordenação do domínio de “bom”, a comida está acima de uma comida hipotética que divide o grupo das comidas que podem ser jogadas fora (as comidas que ficam abaixo dela na ordenação) e as comidas que não podem ser jogadas fora (as comidas que ficam acima dela na ordenação)

Voltando ao nosso exemplo (25), repetido abaixo em (29a), temos, seguindo essa linha de raciocínio, a interpretação em (29b):

(29) a. Essa mochila é pesada para eu carregar.

b. $[[29(a)]] = 1$ sse, dado o que é sabido, na ordenação do domínio de “pesado”, a mochila está acima de uma mochila hipotética que divide o grupo das mochilas que podem ser carregadas pelo falante (as mochilas que ficam abaixo dela na ordenação) e as mochilas que não podem ser carregadas pelo falante (as mochilas que ficam acima dela na ordenação)

Em (30), colocamos uma proposta de esquema semi-formal para a interpretação descrita em (29b):

(30) $\exists x \forall y [\text{PODER}(\text{CARREGAR}(\text{eu},x))] \wedge$
 $[[y >_{\text{pesado}} x] \rightarrow [\neg \text{PODER}(\text{CARREGAR}(\text{eu},y))]] \wedge$
 $[[x >_{\text{pesado}} y] \rightarrow [\text{PODER}(\text{CARREGAR}(\text{eu},y))]] \wedge$
 $[[[\text{essa mochila}]] >_{\text{pesado}} x]$

Podemos ler (30) da seguinte forma: existe um x tal que para todo y: (i) eu posso carregar x, (ii) se y for mais pesado do que x, eu não posso carregar y, (iii) se y for menos leve do que x, eu posso carregar y, e (iv) essa mochila é mais pesada do que x. Ou seja, qualquer mochila mais pesada do

que x não poderá ser carregada pelo falante, enquanto qualquer mochila menos pesada do que x poderá ser carregada pelo falante. O que (29a) quer dizer, então, é que essa mochila é mais pesada do que o item mais no topo da escala de “pesado” que o falante consegue carregar. Essa fórmula mantém a noção de que a relativização a um propósito é uma comparação intensional porque há uma comparação entre o indivíduo caracterizado pelo adjetivo escalar (no caso, “essa mochila”) e um indivíduo hipotético (no caso, “x”) – o que vemos em “[[essa mochila]] $>_{\text{pesado}}$ x” – que é, por sua vez, definido a partir de uma operação modal – o que vemos com a forma “ $\exists x$. PODER(CARREGAR(eu,x))”.

3.1.3. A modificação escalar no modelo DeITCS

Uma das características próprias dos adjetivos escalares é que eles podem aparecer acompanhados de itens linguísticos que modificam o seu grau. No capítulo 2, vimos três formas do português brasileiro (PB) de fazer a modificação escalar: (i) itens lexicais intensificadores escalares, exemplificados em (31a); (ii) exclamativas-*wh*, exemplificadas em (31b); e (iii) o uso do diminutivo, exemplificado em (31c):

- (31) a. A Mônica é muito alta. / A Mônica é assustadoramente alta.
 b. Que mochila pesada! / Que gato leve!
 c. Esse livro é curtinho. / Esse vestido é compridinho.

Nesta seção, vamos mostrar como formalizar esses três tipos de modificação escalar usando o modelo DeITCS.

(I) Modificação escalar por meio de itens lexicais

Itens lexicais como ‘muito’ e ‘bastante’, quando acompanham adjetivos escalares, intensificam o grau instanciado pelo adjetivo. Kennedy e McNally (2005, p. 370) propõem, num modelo semântico com graus, a seguinte formalização para o intensificador ‘*very*’ (‘muito’):

$$(32) \quad [[\text{very}]]^c = \lambda G \lambda x . \exists d [\text{standard}(d)(G)(\lambda y . [[\text{pos}(G)(y)]]^c) \wedge G(d)(x)]$$

Em linhas gerais, a função *standard* em (32) define o grau d que determina o grau mínimo d que um elemento deve atingir na escala do adjetivo escalar G para ser considerado G segundo alguma classe de comparação C. Já a função *pos* é a função que toma como argumentos um adjetivo escalar na sua

forma positiva G e um indivíduo qualquer x para, assim, (i) definir um grau d mínimo *standard* que o indivíduo x deve atingir para ser considerado G e (ii) dizer que o indivíduo x atinge esse grau d na escala de G. A formalização de *pos*, segundo Kennedy e McNally (2005, p. 350), fica como em (33):

$$(33) \quad [[pos]] = \lambda G \lambda x . \exists d [\text{standard}(d)(G)(C) \wedge G(d)(x)]$$

Em outras palavras, para os autores, uma sentença como “A Mônica é alta” pode ser parafraseada como: a Mônica atinge o grau *standard* d na escala de “altura” que um indivíduo deve atingir para ser considerado alto, dada a classe de comparação relevante no contexto.

Na interpretação de ‘*very*’, o que Kennedy e McNally (2005) propõem é que a classe de comparação C, que é argumento da função *standard*, seja a própria função *pos* tomando o adjetivo escalar G como argumento, ou seja, a classe de comparação C seria o conjunto dos indivíduos que são considerados G de acordo com o contexto relevante. Isso quer dizer que uma sentença como “A Mônica é muito alta” poderia ser parafraseada, por exemplo, da seguinte forma: “A Mônica é alta para uma pessoa alta”.

Seguindo a linha de raciocínio de Kennedy e McNally (2005) e usando a formalização DelTCS de Burnett (2016, p. 59), propomos que a interpretação de uma sentença como aquela em (34a) fica como em (34b):

$$(34) \quad \begin{array}{l} \text{a. A Mônica é muito alta.} \\ \text{b. } [[(\text{ALTA}(\text{mônica}))]]_{\text{ALTA}} = \{ 1 \text{ se } [[\text{a Mônica}]] \in [[\text{ALTA}]]_{\text{ALTA}}; \\ \quad 0 \text{ se } [[\text{a Mônica}]] \in \text{ALTA} - [[\text{ALTA}]]_{\text{ALTA}}; \\ \quad i \text{ se não cumprir os requisitos anteriores} \} \end{array}$$

Também na formalização de (34b) temos que “A Mônica é muito alta” pode ser parafraseado como “A Mônica é alta para uma pessoa alta”, já que colocamos a classe ALTA (representando o conjunto das coisas altas) no lugar da CC que deve ser levada em consideração para a computação da sentença. Segundo o modelo DelTCS de Burnett (2016), essa proposta tem a consequência de que o indivíduo caracterizado precisa estar no domínio do adjetivo não modificado para que a sentença possa ser verdadeira ou falsa – no caso de (34a), a Mônica precisa fazer parte do conjunto das coisas altas, ainda que não faça parte do conjunto das coisas muito altas, para que o valor de verdade da sentença não seja indefinido. Caso isso seja verdade, então temos que considerar a

sentença em (35a) tão estranha quanto aquela em (35b), já que ambas as sentenças excluem o objeto caracterizado pelo adjetivo do conjunto denotado pela CC mobilizada no proferimento:

(35) a. A Mônica é muito alta, #mas ela não é alta.

b. A Mônica é alta para uma criança de 6 anos, #mas ela não é uma criança de 6 anos.

Itens como ‘assustadoramente’ também desempenham o mesmo papel que ‘muito’ e, portanto, podem ser formalizados da mesma maneira. Essa similaridade entre os termos se dá na dimensão descritiva da sentença, ou seja, as sentenças “A Mônica é muito alta” e “A Mônica é assustadoramente alta” teriam as mesmas condições de verdade. No entanto, o item ‘assustadoramente’ (e outros advérbios de modo similares, como ‘ridiculamente’) parecem contribuir também numa dimensão expressiva da sentença, e não apenas na dimensão descritiva, como ocorre com ‘muito’. Assim, uma sentença como aquela em (36a) poderia ser parafraseada como em (36b) (e formalizada da mesma forma que (34b)) no nível descritivo, e como em (36c) no nível expressivo:

(36) a. A Mônica é assustadoramente alta.

b. A Mônica é alta para uma pessoa alta, ou seja, ela pertence à CC composta de pessoas altas e está acima das pessoas consideradas apenas altas no domínio ordenado do adjetivo ‘alta

c. O falante de (36a) está assustado (emocionalmente envolvido) com a Mônica ser alta para uma pessoa alta

Em outras palavras, o falante de (36a), no nível expressivo, está assustado¹³ com o conteúdo descritivo da sentença – quer dizer, ele está assustado com a Mônica ser muito alta. O operador expressivo age, portanto, sobre a proposição veiculada pela sentença.

(II) Exclamativas-*wh*

Como vimos no capítulo 2, as exclamativas-*wh* analisadas nesta tese são estruturas exclamativas que são compostas de (i) um item *wh*, (ii) um DP e (iii) um AP, como o exemplo (37):

(37) Que prédio alto!

13 Usamos o adjetivo ‘assustado’ para caracterizar o estado de ânimo do falante como um exemplo, mas não é necessário que o falante esteja literalmente assustado; o que é necessário é que o falante esteja emocionalmente envolvido com o que ele profere, já que é isso que caracteriza a veiculação de um conteúdo expressivo.

Segundo Marques et al. (2023), as exclamativas-*wh* veiculam pelo menos três conteúdos: (i) o conteúdo pressuposto, (ii) uma implicatura convencional e (iii) o conteúdo expressivo. Assim, a sentença em (37) veicularia os conteúdos expressos em (38):

- (38) a. Conteúdo pressuposto: o prédio é alto;
 b. Implicatura convencional: o prédio é mais alto do que o falante esperava que ele fosse;
 c. Conteúdo expressivo: o falante está surpreso com o grau de altura instanciado pelo prédio.

O conteúdo pressuposto da exclamativa-*wh* pode ser expresso como uma declaração do tipo “x é P” e, portanto, pode ser formalizado, no modelo DelTCS, da mesma forma que os adjetivos escalares positivos são. Assim, o conteúdo pressuposto de (37), repetido em (39a), fica como em (39b):

- (39) a. Que prédio alto!
 b. $[[[(ALTO(prédio))]]]_x = \begin{cases} 1 & \text{se } [[prédio]] \in [[ALTO]]_x; \\ 0 & \text{se } [[prédio]] \in X - [[ALTO]]_x; \\ i & \text{se não cumprir os requisitos anteriores} \end{cases}$

O que (39b) quer dizer é que as condições de verdade do conteúdo pressuposto de (39a) são: dada uma CC X à qual o adjetivo ‘alto’ é relativizado, (i) a sentença é verdadeira se o prédio pertencer ao conjunto do que é alto em X, (ii) a sentença é falsa se o prédio pertencer à CC X mas não ao que é considerado alto na CC X, (iii) a sentença é indefinida se o prédio sequer pertencer à CC X.

A implicatura convencional veiculada pela exclamativa-*wh* é a implicatura de *widening*, formalizada como em (40) (Zanuttini e Portner, 2003 apud Marques et al., 2023, tradução nossa):

(40) Widening: para qualquer *clause* S contendo R_{widening} , amplie o domínio inicial de quantificação para R_{widening} , D1, para um novo domínio, D2, tal que:

- (i) $[[S]]_{w,D2,<} - [[S]]_{w,D1,<} \neq \emptyset$ e
 (ii) $\forall x \forall y [(x \in D1 \wedge y \in (D2 - D1)) \rightarrow x < y]$

A representação formal de (40) pode ser lida da seguinte forma: uma sentença S que contém o operador R_{widening} terá o seu domínio inicial D1 ampliado para um novo domínio D2, tal que (i) o conjunto que contém os elementos de D2 e não contém os elementos de D1 não está vazio, e (ii) para todo grau x e todo grau y, se x pertence a D1 e se y pertence ao conjunto que contém os

elementos que pertencem a D2 e não pertencem a D1, então y vem depois de x no novo domínio ordenado D2. Ou seja, o grau y , pertencente ao novo domínio expandido D2, tem valor superior a todos os outros graus x que estavam no domínio inicial D1. Dessa forma, a implicatura veiculada por uma exclamativa-*wh* como “Que prédio alto!” é a seguinte: o grau de altura instanciado pelo prédio extrapola o domínio inicial de graus de altura considerado pelo falante, ou seja, o prédio é mais alto do que a altura máxima que o falante inicialmente considerava que o prédio teria.

Já que D1 e D2 são domínios compostos de entidades que são graus, é possível ver que a formalização proposta em (40) se insere num modelo semântico que usa graus. No entanto, para derivar a implicatura convencional de (39b), não é necessário que utilizemos a noção de graus. Abaixo, repetimos em (41a) e (41b) a exclamativa-*wh* e a implicatura que desejamos que essa exclamativa gere, respectivamente:

- (41) a. Que prédio alto!
 b. O prédio é mais alto do que o falante esperava que ele fosse.

Para que cheguemos à implicatura em (41b), podemos ampliar o domínio do adjetivo ‘alto’ para um novo domínio que inclua um novo item, anteriormente desconsiderado, acima do item que se encontra mais alto na ordenação do domínio inicial de ‘alto’. A partir da adaptação da fórmula em (39), essa proposta pode ser formalizada da seguinte forma:

- (42) Considerando que $[[P]]_X \subseteq [[P]]_Y$,
 $[[P]]_Y - [[P]]_X \neq \emptyset \wedge$
 $\forall x \forall y [(x \in X \wedge y \in (Y - X)) \rightarrow y >_P x]$

Ou seja, a implicatura descrita em (41b) é a de que: (i) a CC Y , desconsiderando os elementos da CC X , que está contida nela, não está vazia e (ii) todos os elementos que estão em Y mas não estão em X estão acima dos elementos que estão em X na ordenação do domínio do adjetivo P . Em outras palavras, a CC levada em consideração inicialmente pelo falante é ampliada para uma CC maior que contém elementos que estão acima dos elementos da CC inicial na ordenação do domínio do predicado.

Por fim, o conteúdo expressivo da exclamativa-*wh*, segundo a abordagem com graus usada em Marques et al. (2023), se trata de um operador que denota a surpresa do falante em relação ao grau instanciado pelo objeto caracterizado. O conteúdo expressivo da sentença (43a) fica, nessa perspectiva, como em (43b):

Vimos no capítulo 2 que o diminutivo age de formas diferentes em adjetivos de polaridades opostas. Assim, enquanto o exemplo em (46a) pode ser parafraseado como “a Mônica é um pouco alta” (i.e., é um pouco mais alta do que o valor mínimo que alguém deve atingir para ser considerado alto), (46b) não expressa que Mônica é um pouco baixa, mas sim que Mônica é muito baixa (i.e., é muito mais baixa do que o valor mínimo que alguém deve atingir para ser considerado baixo).

Nesse sentido, a formalização de (47a), que combina o diminutivo com o adjetivo ‘baixa’, de polaridade negativa, fica como em (47b), ou seja, semelhante à formalização de uma sentença como “a Mônica é muito baixa”:

- (47) a. A Mônica é baixinha.
b. [[BAIXO(Mônica)]]_{BAIXO}

Em outras palavras, a sentença (47a) pode ser parafraseada como “a Mônica é baixa para pessoas baixas”. Isso quer dizer que a CC usada para julgar a sentença é o conjunto das coisas baixas.

Por outro lado, a formalização de (46a) não pode ser semelhante à formalização da sentença “a Mônica é muito alta” e, portanto, não pode ser como a forma apresentada em (47b). Trata-se de uma possível interpretação para (46a) similar àquela apresentada em (47b), mas com a mudança da classe de comparação mobilizada para uma classe “oposta”. Assim, se “a Mônica é baixinha” significa que a Mônica é baixa em relação ao conjunto das pessoas baixas, então “a Mônica é altinha” significa que a Mônica é baixa em relação ao conjunto das pessoas altas. Em outras, Mônica, inserida na CC das pessoas altas, ocupa uma posição baixa no domínio ordenado do adjetivo ‘alta’. Podemos esquematizar semi-formalmente essa noção como em (48b):

- (48) a. A Mônica é altinha.
b. [[BAIXO(Mônica)]]_{ALTO}

Isso significa que Mônica ainda pertence ao conjunto das pessoas altas, mas que ela é baixa em relação aos outros membros dessa CC.¹⁴

3.1.4. Considerações finais da seção

14 Não nos aprofundaremos, neste trabalho, nas razões específicas para as diferenças de interpretação entre adjetivos escalares na sua forma diminutiva e sua relação com a polaridade que esses adjetivos apresentam. Essa questão fica para trabalhos futuros. Aqui, nosso objetivo é apresentar esse comportamento dos adjetivos escalares vagos para contrastá-lo com o comportamento dos adjetivos subjetivos.

O objetivo da seção 3.1 foi, primeiramente, justificar a nossa escolha de utilizar um modelo semântico que não utiliza graus como entidades ontológicas, mostrando que uma semântica sem graus é mais intuitiva para explicar os fenômenos gerados pelos adjetivos subjetivos. Em segundo lugar, esta seção também mostrou como podemos interpretar e formalizar a comparação e a modificação escalar (fenômenos trabalhados no capítulo 2) dos adjetivos escalares por meio de uma abordagem semântica sem graus.

Nesta seção, utilizamos apenas adjetivos escalares não subjetivos nos nossos exemplos porque focamos apenas em como formalizar a propriedade da escalaridade dos adjetivos nos ambientes de comparação e modificação escalar. No entanto, como já vimos no capítulo 1, os adjetivos subjetivos não são apenas adjetivos escalares, mas também itens dependentes de perspectiva, como também já vimos no capítulo 1. Assim, os esquemas semi-formais apresentados aqui não são suficientes para dar conta da nossa intuição sobre como os adjetivos subjetivos funcionam. Assim, na seção 3.2, vamos apresentar uma abordagem semântica que lida com a dependência de perspectiva que possa dar conta de explicar como funciona essa propriedade dos adjetivos subjetivos.

Por fim, vale notar que a nossa escolha de abordagem semântica para tratar os adjetivos subjetivos, neste trabalho, se conforma a pelo menos dois caminhos que podemos seguir. Um caminho é propor que todos os adjetivos escalares relativos, vagos ou subjetivos, devem ser formalizados por meio de uma semântica sem graus. Aliás, já encontramos, na literatura, propostas de formalização dos adjetivos vagos que não se inserem no modelo da semântica de graus (Doetjes et al., 2011; van Rooij, 2011; Burnett, 2016, entre outros). Nesse caminho, no entanto, embora haja uma simplificação da ontologia semântica, já que nenhuma nova entidade (os graus e/ou as escalas) é adicionada à ontologia, há a necessidade da criação de axiomas e teoremas para derivar as interpretações geradas pelos adjetivos escalares sem que sejam geradas, também, as interpretações não existentes (i.e., incompatíveis com a intuição dos falantes) (Burnett, 2012; Burnett, 2016). O segundo caminho é propor que os adjetivos vagos e os adjetivos subjetivos (itens que compõem o grupo dos adjetivos escalares relativos) mobilizam escalas que são, em sua natureza, diferentes entre si. Nesse caso, os adjetivos vagos são associados a escalas mensuráveis e objetivamente verificáveis, que, junto com os graus que as compõem, são entidades ontológicas da semântica, enquanto os adjetivos subjetivos, sim, são associados a escalas que não são compostas de graus, mas que funcionam apenas como domínios ordenados do adjetivo. Essa opção faz com que a ontologia se complique, mas impede com mais facilidade a geração de interpretações que não estão de acordo com a intuição dos falantes (Burnett, 2016) e explica também por que temos a intuição de que existem expressões nas quais podemos explicitar o valor atribuído às variáveis que denotam

graus, como ‘*how tall*’ em perguntas do tipo ‘*how tall is John?*’, e *measure phrases* como ‘*John is six feet tall*’, como já falamos na seção 3.1.1.1.

3.2. A semântica da dependência de perspectiva

Na seção 3.1, apresentamos o modelo DelTCS como um modelo semântico que dá conta da propriedade da escalaridade apresentada pelos adjetivos escalares. No entanto, como vimos no capítulo 2, os adjetivos subjetivos, além de escalares, também são dependentes de perspectiva. Assim, precisamos que o modelo semântico que se proponha a dar conta dos adjetivos subjetivos dê conta também dessa sua propriedade. Assim, nesta seção, vamos apresentar a abordagem semântica que adotaremos para tratar a dependência de perspectiva.

Da mesma forma que organizamos a seção 3.1, também iniciaremos esta seção apresentando a justificativa por trás da nossa escolha pela abordagem semântica que escolhemos – a abordagem contextualista de Hazel Pearson (2013) – para a proposta de formalização dos adjetivos subjetivos. Nas demais subseções, vamos mostrar como a abordagem que adotamos explica os fenômenos relacionados à dependência de perspectiva descritos no capítulo 2, i.e., o *faultless disagreement* e a explicitação de um “juiz” na sentença.

3.2.1. Abordagens semânticas que lidam com a dependência de perspectiva

A literatura em semântica apresenta diferentes caminhos para lidar com itens cuja computação semântica é dependente de perspectiva. O principal fenômeno que essas teorias tentam explicar é o *faultless disagreement*, que é, como já vimos anteriormente, um desacordo no qual um dos falantes nega diretamente o que o outro diz, mas não temos a impressão de que algum deles está proferindo algo falso.

Pearson (2013) analisa os predicados de gosto pessoal (PGPs) como itens genéricos que vão considerar um grupo de pessoas como o avaliador da sentença. Nessa abordagem, quando o falante faz uma asserção do tipo “Esse bolo é gostoso”, ele está não apenas falando de seu próprio ponto de vista, mas generalizando sua afirmação para as pessoas em geral (com quem ele se identifica) a partir de sua perspectiva. Assim, nessa proposta, a fórmula para uma sentença como aquela em (49a) fica como em (49b):

(49) a. Esse bolo é gostoso.

$$b. \forall x \forall w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{esse-bolo}, x, w') \wedge I(\text{falante}, x)] [\text{GOSTOSO}(\text{esse-bolo}, x)]$$

Temos na fórmula a função *Acc*, que indica que seu último argumento é acessível a partir do primeiro, a função *C₃*, que toma três argumentos e diz que eles são relevantes no contexto de fala, e a função *I*, que toma dois indivíduos como argumentos e diz que o primeiro se identifica com o segundo. Assim, o que a fórmula em (49b) quer dizer é que para todo indivíduo *x* e para todo mundo possível *w'*, considerando que (i) *w'* é acessível do mundo real *w* e (ii) esse bolo, *x* e *w'* são relevantes em *w* e (iii) o falante se identifica com *x*, então (iv) esse bolo é gostoso do ponto de vista de *x*. Em outras palavras, podemos parafrasear a sentença (49a) como: esse bolo é gostoso para o falante e para todos os indivíduos em geral com os quais esse falante se identifica.

A abordagem de Pearson (2013) se diferencia de um outro tipo popular de abordagem para os PGPs que é a abordagem relativista, desenvolvida, por exemplo, em Lasersohn (2005) e Stephenson (2007), que vai propor que PGPs são avaliados segundo o ponto de vista de um único indivíduo: o juiz da sentença (que é, frequentemente, o próprio falante). Assim, na abordagem relativista, uma sentença como aquela em (49a) pode ser interpretada da seguinte forma: “Esse bolo é gostoso para o falante da sentença”, ou então pode ser interpretada como uma asserção a respeito do gosto pessoal de algum outro indivíduo relevante no seu contexto de fala. Novamente, essa proposta se diferencia da abordagem de Pearson (2013), que propõe que o falante fala não apenas de seu próprio ponto de vista, mas que ele generaliza esse ponto de vista para outras pessoas.

Um dos argumentos da abordagem contextualista de Pearson (2013) para a interpretação genérica dos PGPs é que afirmações que contenham esses itens suscitam discordâncias de maneira natural, gerando diálogos como aqueles em (50), que são aceitáveis e até comuns:

- (50) Mônica: Melancia é gostoso.
Magali: Não, melancia não é gostoso.

Enquanto isso, sentenças que falam, de fato, apenas da percepção individual de seu falante, não podem ser negadas com naturalidade, como podemos ver no exemplo (51):

- (51) Mônica: Eu estou cansada.
Magali: ??Não, eu não estou cansada.

Além disso, a autora também argumenta que, caso a abordagem relativista estivesse certa, não deveríamos avaliar as sentenças (52a) e (52b) como igualmente falsas ou verdadeiras, o que não é o

caso, já que (52a) parece, intuitivamente, falsa, enquanto (52b) parece verdadeira (Pearson, 2013, p.136):

- (52) a. Água ensaboada é gostoso.
- b. Água ensaboada é gostoso para mim.

A diferença de intuição em relação aos exemplos em (52) ocorre justamente porque, em (52a), o falante erra ao generalizar o seu ponto de vista para outros indivíduos, falhando em perceber que o seu gosto é excepcional e que a maioria das pessoas não concordaria com ele. Por outro lado (52b) é proferida com base nas experiências do próprio falante e fala apenas de seu próprio gosto, então, intuitivamente, se assumimos que o falante fala com sinceridade, ela deve ser verdadeira.

Ademais, julgamos que a proposta de Pearson (2013) é a mais adequada para os adjetivos subjetivos justamente porque ela dá conta da intuição de que uma asserção que traz um adjetivo subjetivo não informa apenas sobre a perspectiva do falante (ou de algum outro indivíduo único saliente no contexto), mas sobre a perspectiva de um grupo de pessoas. Essa intuição está de acordo com o experimento de Khoo e Knobe (2016) para os adjetivos morais, por exemplo, como explicaremos a seguir.

Como vimos brevemente no capítulo 1, um experimento realizado por Khoo e Knobe (2016) mostra que as pessoas tendem a julgar que desacordos morais são subjetivos (i.e., *faultless disagreements*) quando os participantes do diálogo pertencem a culturas diferentes, enquanto desacordos morais cujos falantes estejam inseridos na mesma cultura tendem a ser julgados pelas pessoas como desacordos objetivos. No experimento dos autores, os participantes eram apresentados a um texto descrevendo uma situação de transgressão moral, como, por exemplo, aquele descrito em (53) (Khoo e Knobe, 2016, p. 6, tradução nossa):

(53) “Dylan compra uma nova faca. Para testar se ela está afiada, ele esfaqueia um transeunte na rua”

Tendo em vista a situação apresentada, e também no texto, dois falantes tinham um desacordo em relação ao *status* moral das ações do sujeito da situação-problema, o primeiro considerando a ação errada e o segundo considerando que a ação não é errada. *Grosso modo*, havia um desacordo como aquele apresentado em (54) entre os falantes:

- (54) Falante 1: O que Dylan fez é moralmente errado.
- Falante 2: O que Dylan fez não é moralmente errado.

Além disso, a nacionalidade dos falantes mudava para cada situação-problema apresentada. Os falantes que participavam dos diálogos de desacordo poderiam ser: (i) da mesma cultura (ambos universitários estadunidenses), (ii) de culturas distintas (o falante que considera a ação errada é um universitário estadunidense enquanto o outro falante é um membro de uma cultura guerreira tradicional da Amazônia), ou (iii) de culturas muito distantes (o falante que considera a ação errada é um universitário estadunidense enquanto o outro falante é um extraterrestre com uma psicologia muito diferente da psicologia de um ser humano).

Segundo os resultados dos experimentos dos autores, a situação em que o maior número de participantes relatou concordar que um dos dois falantes do diálogo está errado foi a situação (i), na qual os falantes hipotéticos pertenciam à mesma cultura, à medida que a situação em que o menor número de participantes concordou que um dos dois falantes do diálogo está errado foi, justamente, a situação (iii), na qual os falantes hipotéticos pertencem a culturas muito distantes. Esse resultado mostra que as asserções dos falantes, que utilizam um adjetivo subjetivo (moral), não são percebidas como sentenças que expressam apenas o ponto de vista do falante, já que, se esse fosse o caso, não haveria diferença entre o número de participantes que considera os desacordos subjetivos em cada situação apresentada no experimento.

A abordagem de Pearson (2013), se estendida para os adjetivos morais, explica as conclusões de Khoo e Knobe (2016), já que postula que, ao proferir uma sentença do tipo “x é P”, sendo P um PGP (ou seja, um adjetivo subjetivo), o falante está generalizando o seu ponto de vista para todos os indivíduos com os quais ele se identifica (por meio da função I de identificação). Temos a tendência de nos identificarmos mais com pessoas inseridas na mesma cultura em que nós estamos. Assim, é natural que tantos participantes consideram que o desacordo referente à situação (i), na qual os falantes do desacordo pertencem à mesma cultura, é um desacordo objetivo. Da mesma forma, o alto número de participantes que consideram o desacordo referente à situação (iii) subjetivo é justificado pela falta de identificação entre os falantes do diálogo apresentado, já que eles pertencem a culturas e comunidades muito distantes entre si.

Ademais, a generalização da asserção do falante que utiliza um adjetivo subjetivo também pode ser vista no uso dos adjetivos epistêmicos. Assim como no exemplo (54), que apresenta um desacordo moral, podemos usar a cultura como baliza para sabermos os indivíduos com quem o falante se identifica, podemos usar como baliza, para um desacordo epistêmico, o conhecimento compartilhado entre os indivíduos. Nesse caso, quanto maior o conhecimento compartilhado entre os falantes, maior a chance de que um desacordo que envolva um adjetivo epistêmico seja considerado objetivo. Se isso for verdade, então tenderíamos a considerar um desacordo como aquele em (55) mais subjetivo se Chico e Zé fossem, por exemplo, ambos leigos em futebol, já que,

nesse caso, os conhecimentos que cada um está mobilizando para fazer a sua asserção podem ser bem diferentes um do outro:

- (55) a. Chico: A vitória do Brasil na Copa é provável.
b. Zé: Não, a vitória do Brasil na Copa não é provável.

Por outro lado, tenderíamos a considerar (55) um desacordo objetivo caso Chico e Zé fossem ambos comentaristas esportivos profissionais, com um nível parecido de conhecimento sobre futebol.

Nesta seção, então, justificamos a nossa escolha pela abordagem de Pearson (2013) para lidar com a propriedade da dependência de perspectiva apresentada pelos adjetivos subjetivos, já que essa abordagem contextualista explica a nossa intuição sobre o nível de subjetividade de desacordos que envolvem adjetivos subjetivos. Nas próximas seções, vamos ver como a abordagem contextualista de Pearson (2013) dá conta de dois fenômenos relacionados à dependência de perspectiva manifestada pelos adjetivos subjetivos: (i) o *faultless disagreement* e (ii) a explicitação de um “juiz” (i.e., um indivíduo ou grupo de indivíduos cuja perspectiva servirá de ponto de partida para a generalização proposta pelo adjetivo subjetivo) na sentença.

3.2.2. O *faultless disagreement* na abordagem contextualista

Como já vimos nos capítulos 1 e 2, o *faultless disagreement* é um tipo de desacordo no qual, embora um falante negue diretamente o que o outro diz, temos a impressão de que ambos podem estar proferindo sentenças verdadeiras. É o caso, por exemplo, de (56):

- (56) Mônica: Melancia é gostoso.
Magali: Não, melancia não é gostoso.

Ademais, vimos também que esse fenômeno só é gerado por adjetivos subjetivos, ou seja, adjetivos que apresentam a propriedade da dependência de perspectiva. É por isso que o exemplo (57), no qual os participantes do diálogo falam sobre a propriedade ‘federal’, que é objetiva, não temos o *faultless disagreement*, isso é, temos a impressão de que é necessário que um dos falantes esteja proferindo algo falso:

- (57) Chico: A UFSCar é federal.
Zé: Não, a UFSCar não é federal.

Ou seja, o *faultless disagreement* só é gerado no diálogo (56) porque ‘gostoso’ é um adjetivo que é relativizado a uma perspectiva e, portanto, o que é considerado gostoso de acordo com um ponto de vista não necessariamente é considerado gostoso de acordo com outro ponto de vista.

Segundo a abordagem de Pearson (2013), a afirmação de Mônica em (58a) pode ser formalizada como em (58b):

- (58) a. Mônica: Melancia é gostoso.
 b. $\forall x \forall w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{melancia}, x, w') \wedge I(\text{Mônica}, x)] [\text{GOSTOSO}(\text{melancia}, x)]$

A fórmula em (58b) pode ser lida da seguinte forma: para todo x e para todo mundo w' e dado que (i) w' é acessível de w , (ii) melancia, x e w' são relevantes no contexto e (iii) Mônica se identifica com x , então melancia é gostoso para x . Em outras palavras, o que Mônica diz é que melancia é gostoso para ela (a falante da sentença) e para as pessoas no geral com quem Mônica se identifica (ou seja, a falante generaliza a sua asserção partindo de sua própria perspectiva). A fala de Magali em (59a), por sua vez, será formalizada como em (59b):

- (59) a. Magali: Melancia não é gostoso.
 b. $\forall x \forall w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{melancia}, x, w') \wedge I(\text{Magali}, x)] [\neg \text{GOSTOSO}(\text{melancia}, x)]$

Assim, ainda que cada falante fale a partir de seu ponto de vista, ainda temos a impressão de que há um desacordo entre as falantes porque, quando elas fazem as suas asserções, elas estão gerando o mesmo conjunto de indivíduos por meio da função de identificação I . Ou seja, se Mônica se identifica com ela mesma e com Magali, e Magali se identifica com ela mesma e com Mônica, a função $I(\text{Mônica}, x)$ e a função $I(\text{Magali}, x)$ geram o mesmo grupo de indivíduos: o conjunto $\{\text{Mônica}, \text{Magali}\}$. Dessa forma, as proposições $\text{GOSTOSO}(\text{melancia}, x)$ em (58b) e $\neg \text{GOSTOSO}(\text{melancia}, x)$ em (59b) são uma a negação da outra e, portanto, são desacordos legítimos.

Entretanto, analisando dessa forma, quando Magali nega o que Mônica diz, a sua asserção indica que Mônica também não considera melancia gostoso, o que é estranho, dado que Mônica acabou de afirmar que melancia é gostoso. Pearson (2013) justifica isso pelo princípio da *commonality* (López de Sá, 2008), que é um princípio pragmático presente em diálogos que envolvem predicados de gosto. Segundo esse princípio, os participantes da conversa compartilham os seus gostos e é por isso que é possível que as pessoas discutam sobre os seus gostos pessoais, ainda que eles sejam avaliados com base em experiências individuais. Em outras palavras, quando

Magali nega o que Mônica diz, há uma tentativa de se manter o princípio de *commonality* na conversa por meio da generalização de seu próprio ponto de vista também para Mônica (o que, por sua vez, ocorre por meio da função de identificação I). Finalmente, o *commonality* só é quebrado quando os falantes aceitam que, de fato, eles não se identificam um com o outro (ou, pelo menos, não se identificam um com o outro em relação ao que está sendo discutido).

Em suma, a abordagem de Pearson (2013) prevê não apenas a geração do *faultless disagreement* como traz pistas para explicar por que os falantes tendem a negar as asserções de outras pessoas que envolvem sua perspectiva (gosto, opinião etc.). Na próxima seção, vamos ver como a teoria contextualista de Pearson (2013) lida com a explicitação do “juiz” (i.e., do indivíduo cujo ponto de vista é levado em consideração para a computação da sentença) nas sentenças que contêm adjetivos dependentes de perspectiva.

3.2.3. O “juiz” na abordagem contextualista

Por serem predicados dependentes de perspectiva, os adjetivos subjetivos dependem de ser relativizados a um ponto de vista para serem computados semanticamente. Nem sempre as sentenças que contêm esses itens explicitam qual é o ponto de vista que está sendo levado em consideração para a avaliação da sentença, como é o caso de (60a), mas também é possível explicitar quem é o indivíduo cuja perspectiva é tomada como base para a computação do adjetivo subjetivo, como nos exemplos (60b) e (60c):

- (60) a. *Guernica* é bonito.
b. *Guernica* é bonito para mim.
c. Eu acho *Guernica* bonito.

Em (60b), temos o uso do PP-juiz “para mim”, que explicita que o adjetivo subjetivo ‘bonito’ está sendo relativizado ao ponto de vista do próprio falante da sentença. Em (60c), também é o falante que julga o predicado ‘bonito’, mas essa explicitação se dá por meio de outro recurso, que é o uso da estrutura [achar [DP] [AP]]. Segundo Marques (2018), o sujeito dessa construção será o indivíduo cujo ponto de vista é levado em consideração para a interpretação do adjetivo subjetivo que aparece no lugar de [AP].

Grosso modo, de acordo com a abordagem de Pearson (2013), no caso de uma sentença não encaixada, como aquela em (61a), que não indique explicitamente o ponto de vista que está sendo

levado em consideração para a avaliação da sentença, o indivíduo cuja perspectiva será o ponto de partida para a generalização da asserção será o falante, como vemos na fórmula em (61b):

- (61) a. *Guernica* é bonito.
 b. $\forall x \forall w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{guernica}, x, w') \wedge I(\text{falante}, x)] [\neg \text{GOSTOSO}(\text{guernica}, x)]$

A função $I(\text{falante}, x)$ toma como argumento o falante do contexto e diz que todo indivíduo x se identifica com o falante do contexto.

Por outro lado, quando o adjetivo subjetivo aparece encaixado na estrutura [achar [DP] [AP]], temos uma explicitação do indivíduo cujo ponto de vista é levado em consideração para a computação da sentença, já que o sujeito dessa estrutura servirá de “juiz” para a sentença (Marques, 2018). Em (62a), o sujeito da sentença é o indexical ‘eu’, que captura o falante do contexto. Dessa forma, na interpretação em (62b), temos ‘Tarsila’ como o argumento da função I , já que é Tarsila a falante do contexto:

- (62) a. Tarsila: Eu acho *O Abaporu* bonito.
 b. $\forall x \forall w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{o-abaporu}, x, w') \wedge I(\text{tarsila}, x)] [\text{BONITO}(\text{o-abaporu}, x)]$

Entretanto, se Tarsila proferisse uma sentença como aquela em (63a), que coloca um indivíduo específico como sujeito de ‘achar’, será esse sujeito o argumento de I . No caso, na formalização em (63b), temos ‘Oswald’ como o argumento de I , ou seja, como o indivíduo cuja perspectiva é levada em consideração para a computação semântica da sentença, ainda que Tarsila seja quem profere a sentença:

- (63) a. Tarsila: O Oswald acha *O Abaporu* bonito.
 b. $\forall x \forall w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{o-abaporu}, x, w') \wedge I(\text{oswald}, x)] [\text{BONITO}(\text{o-abaporu}, x)]$

Para unificar essa variedade de maneiras pelas quais o argumento da função I é definido, Pearson (2013) propõe que as sentenças que contêm PGP's expressem não proposições, mas propriedades, ainda que elas sejam sentenças não encaixadas. Nessa visão, o falante profere uma sentença verdadeira quando ele expressa uma propriedade que ele tem. Ou seja, o falante diz algo verdadeiro quando ele profere em w uma sentença S que expressa a propriedade P se e somente se é verdadeiro se aplicado ao falante em w . Dessa forma, a fórmula genérica para uma sentença do tipo “ x é P ”, sendo P um PGP, fica como em (64):

$$(64) \quad \lambda y \lambda w \lambda z \lambda P \forall x \forall w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(z, x, w') \wedge I(y, x)][P(z, x)]$$

Parafraseando (64), temos que: (i) dados um indivíduo y , um mundo w , um indivíduo z e um predicado P , e (ii) considerando que para todo x e para todo w' , w' é acessível de w , z , x e w' são relevantes no contexto e y se identifica com x , então (iii) z é P para x em w' . Seguindo essa formalização, uma sentença como aquela em (65a) fica como em (65b):

$$(65) \quad \begin{aligned} & \text{a. } O \text{ Abaporu é bonito.} \\ & \text{b. } \lambda z \lambda P \lambda y \lambda w \forall x \forall w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(z, x, w') \wedge I(y, x)][P(z, x)](\text{o-abaporu}) (\text{BONITO}) \\ & \quad = \lambda y \lambda w \forall x \forall w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{o-abaporu}, x, w') \wedge I(y, x)][\text{BONITO}(\text{o-abaporu}, x)] \end{aligned}$$

A fórmula resultante em (65b) expressa a propriedade de ser um y tal que: (i) para todo x e para todo w' , e considerando que (ii) w' é acessível de w , $O \text{ Abaporu}$, x e w' são relevantes no contexto, e y se identifica com x , então $O \text{ Abaporu}$ é bonito para x . Se soubermos quem é o falante de (65a) e o mundo no qual a sentença é proferida, substituímos as variáveis λy e λw (λy com o falante e λw com o mundo) e temos uma proposição. Ilustramos isso em (66):

$$(66) \quad \begin{aligned} & \text{a. Tarsila: } O \text{ Abaporu é bonito.} \\ & \text{b. } \lambda y \lambda w \forall x \forall w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{o-abaporu}, x, w') \wedge I(y, x)][\text{BONITO}(\text{o-abaporu}, x)](\text{tarsila}) \\ & (\text{w}^\circ) \\ & \quad = \forall x \forall w' [\text{Acc}(w^\circ, w') \wedge C_3(\text{o-abaporu}, x, w') \wedge I(\text{tarsila}, x)][\text{BONITO}(\text{o-abaporu}, x)] \end{aligned}$$

Parafraseando (68b), temos que: (i) para todo x e para todo w' e (ii) considerando que w' é acessível de w° , $O \text{ Abaporu}$, x e w' são relevantes no contexto e Tarsila se identifica com x , então (iii) $O \text{ Abaporu}$ é bonito para x em w' .

Por outro lado, caso o adjetivo subjetivo seja utilizado na estrutura [achar [DP] [AP]], é o sujeito do verbo “achar” quem será o indivíduo levado em consideração para a computação da sentença, como vimos nas sentenças em (62) e (63). Assim, propomos que o verbo ‘achar’, nessa estrutura, pode ser interpretado como em (67):

$$(67) \quad [[\text{achar}]] = \lambda P \lambda o \lambda s . P(o, s)$$

Ou seja, ‘achar’ toma como argumento um predicado dependente de perspectiva P e dois indivíduos o (o objeto caracterizado por P) e s (o sujeito de ‘achar’, que julga se o é P) e diz que o é P para s . Agora temos que juntar (67) com a fórmula proposta para adjetivos subjetivos que tiramos de

Pearson (2013). Usando ‘bonito’ como exemplo de adjetivo subjetivo, temos que a fórmula genérica deste item fica como em (68):

$$(68) \quad \lambda z \lambda y \lambda w \forall x \forall w' [Acc(w, w') \wedge C_3(z, x, w') \wedge I(y, x)] [BONITO(z, x)]$$

Juntando (67) e (68), a fórmula em (69):

$$(69) \quad ([[achar]]) ([[bonito]]) \\ = (\lambda P \lambda o \lambda s . P(o, s)) (\lambda z \lambda y \lambda w \forall x \forall w' [Acc(w, w') \wedge C_3(z, x, w') \wedge I(y, x)] [BONITO(z, x)]) \\ = (\lambda z \lambda y \lambda w \forall x \forall w' [Acc(w, w') \wedge C_3(z, x, w') \wedge I(y, x)] [BONITO(z, x)]) (\lambda o) (\lambda s) \\ = \lambda o \lambda s \lambda w \forall x \forall w' [Acc(w, w') \wedge C_3(o, x, w') \wedge I(s, x)] [BONITO(o, x)])$$

Podemos parafrasear o resultado de (69) da seguinte forma: dado um objeto o , um sujeito s e um mundo w , para todo x e todo w' , sendo que (i) w' é acessível de w , (ii) o , x e w' são relevantes no contexto e (iii) s se identifica com, então o é bonito para x . Essa é a interpretação de uma sentença como “ s acha o bonito”.

Além dessa interpretação no nível descritivo, como já vimos anteriormente, a estrutura [achar [DP] [AP]] também gera a inferência de que o falante tem experiência direta com o que ele está reportando (Marques, 2018). É possível perceber essa diferença quando contrastamos sentenças como (70a) e (70b):

- (70) a. Eu acho que *O Abaporu* é bonito.
b. Eu acho *O Abaporu* bonito.

Em (70a), temos o encaixe de uma oração completa no verbo ‘achar’ por meio da conjunção ‘que’. Nesse caso, não temos, necessariamente, a impressão de que o falante já teve experiência direta (i.e., viu) *O Abaporu* – ele pode estar fazendo uma suposição. Em (70b), por outro lado, temos a impressão de que o falante da sentença necessariamente teve experiência direta com a pintura para poder proferir a sua sentença – seria estranho, por exemplo, continuar a sua fala com “mas eu nunca vi”, negando que ele teve essa experiência. Essa inferência aparece nas versões afirmativa e negativa da sentença, como podemos observar em (71a) e (71b), ambos exemplos que geram a inferência de que o falante viu *O Abaporu*. No entanto, como vemos em (71c) e (71d), em outros contextos do teste da P-família, como o uso da estrutura na forma condicional ou modificada por um operador modal, essa inferência desaparece.

- (71) a. Eu acho *O Abaporu* bonito.
 b. Eu não acho *O Abaporu* bonito.
 c. Se eu achar *O Abaporu* bonito, vou roubar.
 d. Eu deveria achar *O Abaporu* bonito.

Marques (2018) argumenta que a inferência gerada pela construção [achar [DP] [AP]] é uma *acquaintance inference*, um tipo de inferência gerada pelo uso de predicados de gosto pessoal descrita por Ninan (2014). Esse tipo de inferência se dá no uso de PGP's e só se manifesta nas versões afirmativa, negativa e interrogativa da sentença, mas não no restante dos ambientes nos quais pressuposições se manifestariam.

De posse dessas informações, podemos, então, interpretar a sentença em (72a) como em (72b), no nível descritivo, e como (72c), no nível da inferência:

- (72) a. O Oswald acha *O Abaporu* bonito.
 b. $(\lambda P \lambda o \lambda s . P(o,s))$ (bonito)
 $= (\lambda z \lambda y \lambda w \forall x \forall w' [Acc(w,w') \wedge C_3(z,x,w') \wedge I(y,x)][BONITO(z,x)])(\lambda o)(\lambda s)$
 $= (\lambda o \lambda s \lambda w \forall x \forall w' [Acc(w,w') \wedge C_3(o,x,w') \wedge I(s,x)][BONITO(o,x)])(o-abaporu)(oswald)$
 $(w^@)$
 $= \forall x \forall w' [Acc(w^@,w') \wedge C_3(o-abaporu,x,w') \wedge I(oswald,x)][BONITO(o-abaporu,x)]$
 c. Oswald teve uma experiência direta (i.e., viu) com *O Abaporu*

O que (72b) diz é que para todo x e para todo w' , dado que (i) w' é acessível de $w^@$, (ii) *O Abaporu*, x e w' são relevantes no contexto e (iii) Oswald se identifica com x , então *O Abaporu* é bonito para x em w' . Na interpretação da sentença, o sujeito do verbo 'achar' (o Oswald) entra no lugar da variável λs , indicando, assim, o indivíduo cujo ponto de vista será tomado como base para a generalização proposta pela função de identificação I , enquanto o termo que ocupa o lugar do [DP] entra no lugar da variável λo , indicando o objeto ao qual a propriedade 'bonito' vai se aplicar.

Já a experiência direta que faz parte da *acquaintance inference* gerada pela estrutura, descrita em (72c), vai ser determinada pelo adjetivo subjetivo utilizado. Por exemplo, no caso de 'bonito', espera-se que a experiência necessária para que alguém possa julgar algo como bonito a partir de sua percepção direta é que essa pessoa veja o objeto que será julgado. Caso a sentença fosse "O Oswald acha torta de maracujá gostoso", a experiência direta requerida pelo adjetivo 'gostoso' seria que o sujeito tivesse comido a torta. Como essa inferência é gerada e o tipo de experiência que ela vai definir, no entanto, são questões que ficam em aberto neste trabalho. Fica em aberto, também, se essa inferência também se manifesta todas as vezes que um adjetivo

subjetivo se combina com a estrutura [achar [DP] [AP]]. Em (73), contrastamos duas sentenças com ‘achar’ – uma com um CP encaixado no verbo, e a outra com a estrutura [achar [DP] [AP]] – e o adjetivo ‘antiético’, um adjetivo subjetivo que exprime moralidade:

- (73) a. Eu acho que o professor João é antiético.
 b. Eu acho o professor João antiético.

Em comparação com a sentença em (73a), a sentença em (73b) gera a inferência de que o falante teve experiência direta com o professor João para proferir a sua asserção, enquanto (73a) pode ser apenas uma suposição do falante sem muito embasamento? Temos a impressão que sim. No entanto, não é tão claro qual é a natureza da experiência que o falante deve ter tido com o professor para que a sentença em (73b) seja proferida com felicidade. No caso de predicados de gosto e adjetivos estéticos, parece mais claro que a experiência que o falante deve ter tido com o objeto caracterizado seja de ordem sensorial, mas qual sentido é mobilizado para que um falante experiencie algo como antiético? Também com o uso de adjetivos epistêmicos, como ‘provável’, é incerto se há uma diferença entre a estrutura [achar [DP] [AP]] e [achar [CP]]:

- (74) a. Eu acho que é provável que eu esteja com gripe.
 b. Eu acho provável que eu esteja com gripe.

(74b) gera a inferência de que o falante tem experiência direta com o que ele está reportando (estar com gripe), enquanto (74a) pode ser apenas uma suposição? Não é tão claro quanto nos exemplos com PGPs e adjetivos estéticos. Essa questão, no entanto, como dissemos, não vai ser abordada neste trabalho.

Por fim, um último modo de explicitar o “juiz” da sentença (i.e., o indivíduo cuja perspectiva é levada em consideração para a interpretação do adjetivo subjetivo) é por meio de um PP-juiz. Quando combinamos os adjetivos subjetivos com um PP-juiz, temos a interpretação de que o ponto de vista levado em consideração para a computação do adjetivo é o indivíduo introduzido por esse PP. Seria possível propor, então, que a interpretação de uma sentença como aquela em (75a), que traz o PP-juiz “para Tarsila”, fique como em (75b), ou seja, com o indivíduo “Tarsila”, introduzido pelo PP, tomando o lugar da variável λy , que indica o “juiz” da sentença:

- (75) a. *O Abaporu é bonito para Tarsila.*
 b. $(\lambda y \lambda w \forall x \forall w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(o\text{-abaporu}, x, w') \wedge I(y, x)] [\text{BONITO}(o\text{-abaporu}, x)])(\text{tarsila})$
 ($w^@$)

$$= \forall x \forall w' [\text{Acc}(w^@, w') \wedge C_3(\text{o-abaporu}, x, w') \wedge I(\text{tarsila}, x)] [\text{BONITO}(\text{o-abaporu}, x)]$$

A fórmula em (75b) diz que para todo x e para todo w' , dado que (i) w' é acessível de $w^@$, (ii) O *Abaporu*, x e w' são relevantes no contexto e (iii) Tarsila se identifica com x , então *O Abaporu* é bonito para x . Grosso modo, “*O Abaporu* é bonito para Tarsila” poderia ser parafraseado como “*O Abaporu* é bonito para a Tarsila e para todos aqueles com quem a Tarsila se identifica”.

Essa interpretação, no entanto, não condiz com a nossa intuição do significado da sentença em (75a), que, ao usar o PP-juiz, parece bloquear a interpretação de uma generalização do ponto de vista do “juiz” para outros indivíduos. Retomando o exemplo dado por Pearson (2013) anteriormente, verificamos que tendemos a interpretar (76a) como uma sentença falsa, enquanto sua contraparte em (76b), que traz o PP-juiz “para mim”, é julgada como verdadeira, já que o falante fala de sua própria experiência (Pearson, 2013, p. 136):

- (76) a. Água ensaboada é gostoso.
b. Água ensaboada é gostoso para mim.

Ademais, é possível encerrar uma discussão que envolve um adjetivo subjetivo usando o PP-juiz, algo que Pearson (2013) chama de *partial retraction* (retratação parcial) como exemplifica (77):

- (77) Mônica: Melancia é gostoso.
Magali: Não, melancia não é gostoso.
Mônica: Bom, é gostoso para mim.

A última afirmação de Mônica em (77) não pode ser interpretada como “melancia é gostoso para a Mônica e para as pessoas no geral com quem a Mônica se identifica”, já que o propósito da adição do PP “para mim” na sentença pela falante é, justamente, o de indicar que ela está falando de seu próprio gosto. Aliás, seria estranho se, após a fala de Mônica, Magali insistisse, dizendo algo como “não, não é gostoso”. Dessa forma, a interpretação de uma sentença como aquela em (78a) deve ser algo similar a (78b), ou seja, o adjetivo subjetivo ‘bonito’ toma como seus dois argumentos o objeto caracterizado como bonito (*O Abaporu*) e o indivíduo ao qual o adjetivo bonito é relativizado (a Tarsila) e diz que o objeto é bonito para o indivíduo em questão:

- (78) a. *O Abaporu* é bonito para a Tarsila.
b. BONITO(o-abaporu,tarsila)

Como vemos em (78b), e diferentemente do que ocorre na interpretação de “*O Abaporu é bonito*” e “Eu acho *O Abaporu bonito*”, não há a generalização do ponto de vista do juiz para as pessoas no geral com as quais ele se identifica. Assim, a generalização do PP-juiz parece restringir o escopo da generalização para apenas o falante. Ou seja, a generalização ocorre apenas quando não há nenhum elemento explícito na sentença que a impeça, como é o caso do PP-juiz. Ademais, vale notar que não é apenas a explicitação do juiz na sentença que faz com que a sentença perca a sua leitura genérica, já que, como vimos no exemplo (72), a estrutura [achar [DP] [AP]] também deixa o juiz explícito na sentença (como o sujeito de ‘achar’) e, ainda assim, gera leitura genérica. Assim, o cancelamento da generalização é uma característica apresentada especificamente pelo PP-juiz.

Nesta seção, mostramos como sentenças que apresentam o juiz de forma explícita se encaixam na teoria de Pearson (2013). Vimos que diferentes estruturas que explicitam o juiz podem gerar leituras diferentes para as sentenças: genéricas ou não genéricas.

3.2.4. Considerações finais da seção

A seção 3.2 teve como objetivo, em primeiro lugar, justificar a nossa opção, dentre as alternativas possíveis, pela abordagem semântica de Pearson (2013) para os adjetivos dependentes de perspectiva, além de apresentar os preceitos básicos da teoria da autora para servir de base para a nossa análise dos adjetivos subjetivos. Para isso, em segundo lugar, esta seção também mostrou como podemos, por meio da proposta de Pearson (2013), interpretar e formalizar dois fenômenos associados à propriedade da dependência de perspectiva: o *faultless disagreement* em estruturas de comparação e a explicitação do juiz numa sentença que contenha um adjetivo subjetivo.

Nesta seção, focamos apenas em mostrar como é a interpretação de adjetivos subjetivos dado que eles expressam julgamentos subjetivos de seus falantes, deixando de lado, por ora, o fato de que esses adjetivos não são apenas subjetivos, mas também escalares. Assim, os esquemas semi-formais apresentados nesta seção, assim como os esquemas semi-formais da seção 3.1, não são suficientes para explicar o funcionamento dos adjetivos subjetivos de forma completa. A junção dessas duas discussões, que resultará em uma proposta semântica que dê conta da escalaridade e da dependência de perspectiva dos adjetivos subjetivos, se dará na próxima seção.

3.3. A semântica dos adjetivos subjetivos

Nas seções 3.1 e 3.2, apresentamos as teorias adotadas neste trabalho para dar conta dos adjetivos subjetivos. Na seção 3.1, nos focamos na propriedade da escalaridade que esses adjetivos

manifestam e mostramos como o modelo semântico DeITCS (que foi adotado para este trabalho) formaliza os adjetivos escalares em ambientes de comparação e de modificação escalar, mesmo sem a postulação da entidade “grau” na ontologia. Já na seção 3.2, olhamos para a propriedade da dependência de perspectiva apresentada pelos adjetivos subjetivos e mostramos como a abordagem contextualista de Pearson (2013) explica fenômenos como o *faultless disagreement* e a explicitação de um “juiz”, que são fenômenos gerados pelos adjetivos subjetivos justamente por eles serem subjetivos a um ponto de vista.

Finalmente, nesta seção, vamos usar as ferramentas apresentadas nas seções anteriores para propor uma abordagem semântica que dê conta de formalizar mais amplamente as propriedades semântica dos adjetivos subjetivos, sendo eles tanto adjetivos que apresentam escalaridade quanto dependência de perspectiva. Para isso, na seção 3.3.1 vamos unir as abordagens apresentadas nas seções 3.1 e 3.2 e propor uma fórmula para os adjetivos subjetivos. Depois, nas seções 3.3.2 e 3.3.3, vamos mostrar como a nossa proposta dá conta de explicar os comportamentos desses adjetivos em ambientes de comparação e modificação escalar, levando em consideração os dados apresentados no capítulo 2.

3.3.1. Uma abordagem semântica para adjetivos escalares subjetivos

Como vimos ao longo de todo o trabalho, os adjetivos subjetivos são, simultaneamente, adjetivos escalares e também adjetivos dependentes de perspectiva. A teoria da DeITCS (a teoria que lida com adjetivos escalares que adotamos neste trabalho) não dá conta de prever fenômenos gerados pelos adjetivos subjetivos, como o *faultless disagreement* ou a possibilidade de combinar esses adjetivos com construções que explicitem o juiz da sentença, como a estrutura [achar [DP] [AP]] ou o PP-juiz, já que trata esses adjetivos da mesma forma que adjetivos não subjetivos, como ‘alto’. Por outro lado, a abordagem contextualista de Pearson (2013) para os PGPs (que adotamos para lidar com a dependência de perspectiva dos adjetivos subjetivos neste trabalho) não prevê o uso de adjetivos subjetivos em estruturas de comparação ou a combinação desses itens com modificadores de grau, já que trata predicados dependentes de perspectiva como não escalares. Assim, é necessário unir essas duas abordagens para chegarmos a uma interpretação mais completa dos adjetivos subjetivos. É o que faremos nesta seção.

Dado o que já vimos até aqui, o domínio do adjetivo subjetivo é um domínio ordenado de elementos. Para estabelecer a ordem dos elementos do domínio de um adjetivo subjetivo, precisamos de três informações. A primeira informação necessária é derivada do conteúdo lexical do adjetivo subjetivo em questão, que fornecerá a propriedade dos elementos ordenados (beleza, sabor, diversão etc.) que deve ser levada em consideração para a sua organização. A segunda

informação necessária é a classe de comparação relevante no contexto, já que, de acordo com a abordagem DelTCS, a extensão de um adjetivo escalar muda de acordo com a CC à qual esse adjetivo é relativizado. Ou seja, o que é considerado ‘divertido’ na CC composta por filmes da Marvel pode não ser o que é considerado ‘divertido’ na CC composta por filmes franceses. Por fim, a terceira informação necessária para a ordenação do domínio de um adjetivo subjetivo é o indivíduo cujo ponto de vista servirá de base para a ordenação do domínio, já que, no caso dos adjetivos subjetivos, a organização dos itens ao longo do domínio ordenado é subjetiva. Em outras palavras, enquanto um indivíduo x pode considerar que um elemento a está acima de b na escala de diversão, um outro indivíduo y pode considerar que b está acima de a na escala de diversão.

A formalização proposta por Pearson (2013) para os PGP considera dois dos três elementos mencionados: ela informa qual é a propriedade que está sendo atribuída ao objeto caracterizado (i.e., o adjetivo subjetivo) e também qual é o indivíduo cuja perspectiva será utilizada para a interpretação da sentença, como podemos ver em (80b) (uma formalização de (80a)):

- (80) a. *Naruto* é divertido.
 b. $\lambda y \lambda w \forall x \forall w' [\text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{naruto}, x, w') \wedge I(y, x)] [\text{DIVERTIDO}(\text{naruto}, x)]$

Parafraseando (80b), temos a propriedade de ser um y tal que para todo x e para todo w' , considerando que w' é acessível de w , *Naruto*, x e w' são relevantes no contexto e y se identifica com x , então *Naruto* é divertido para x em w' . As variáveis λy e λw , no caso de sentenças não encaixadas, serão preenchidas pelo falante e pelo mundo do contexto e, no caso de sentenças encaixadas em verbos de atitude como ‘achar’, a variável λy será preenchida pelo sujeito do verbo, que serve de juiz à sentença. Assim, nessa proposta, o adjetivo subjetivo (no exemplo, ‘divertido’) toma como argumento o elemento que será caracterizado por ele (no caso, ‘*Naruto*’) e o indivíduo ao qual o adjetivo será relativizado (todos os indivíduos x com quem y , o indivíduo relevante no contexto, se identifica). Desse modo, a informação que falta na proposta de Pearson (2013) é a classe de comparação à qual o adjetivo subjetivo é relativizado para ser interpretado, já que é essa relativização que permite que esses adjetivos sejam sensíveis ao contexto e, a partir dessa sensibilidade, se tornem adjetivos escalares, como vimos nas seções anteriores.

Retomando o esquema semi-formal proposto por Burnett (2016) para adjetivos escalares, uma sentença como aquela em (81a) fica como em (81b):

- (81) a. *Naruto* é divertido.
 b. $[[\text{DIVERTIDO}(\text{naruto})]]_x = \begin{cases} 1 & \text{se } [[\text{Naruto}]] \in [[\text{DIVERTIDO}]]_x; \\ 0 & \text{se } [[\text{Naruto}]] \in X - [[\text{DIVERTIDO}]]_x; \end{cases}$

i se não cumprir os requisitos anteriores}

O que (81b) diz é que a interpretação do adjetivo ‘divertido’ aplicado ao indivíduo ‘*Naruto*’ deve ser relativizada de acordo com a classe de comparação X e a sentença será verdadeira se *Naruto* pertencer ao conjunto do que é divertido na CC X , será falsa se *Naruto* for um elemento pertencente à CC X mas não ao conjunto do que é divertido em X , e terá seu valor de verdade indefinido se *Naruto* não pertencer à CC X . Como dissemos anteriormente, no modelo DelTCS, os adjetivos escalares denotam conjuntos de indivíduos que são avaliados de acordo com classes de comparação fornecidas pelo contexto, e a extensão de um predicado escalar muda de acordo com a CC com a qual ele é comparado (Burnett, 2016, p. 62). Essas CCs às quais os adjetivos são comparados, por sua vez, são fornecidas pelo contexto de fala. Assim, aproximando o esquema semi-formal de Burnett (2016) ao esquema formal de Pearson (2013), podemos re-escrever (80b) como em (82):

$$(82) \quad \lambda C . [C(\text{naruto})] [\text{DIVERTIDO}(\text{naruto}, C)]$$

Parafraseando (82), temos a propriedade de ser uma classe de comparação C tal que, considerando que ‘*Naruto*’ pertence a C , ‘*Naruto*’ é divertido em comparação com os membros de C . Assim como ocorre na formalização de Pearson (2013), uma sentença do tipo “*Naruto* é divertido” não é uma proposição, mas uma propriedade, e a variável λC , assim como ocorre com as variáveis λy e λw , é preenchida no contexto de fala por uma CC relevante para esse contexto.

Juntando, então, a formalização de Pearson (2013) em (80b) com a formalização que propomos com base na proposta de Burnett (2016) em (82), temos que uma sentença como aquela em (83a) é interpretada como em (83b):

$$(83) \quad \begin{aligned} & \text{a. } \textit{Naruto} \text{ é divertido.} \\ & \text{b. } \lambda y \lambda w \lambda C \forall x \forall w' [C(\text{naruto}) \wedge \text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{naruto}, x, w') \wedge I(y, x)] \\ & \quad [\text{DIVERTIDO}(\text{naruto}, x, C)] \end{aligned}$$

Em outras palavras, (83b) descreve a propriedade de ser um y tal que para todo x e todo w' , e dado que (i) ‘*Naruto*’ pertence a C , (ii) w' é acessível de w , (iii) ‘*Naruto*’, x e w' são relevantes no contexto e (iv) y se identifica com x , então *Naruto* é divertido para x em comparação com os membros de C .

A fórmula em (83b) será adotada no restante deste trabalho para lidar com os adjetivos subjetivos. Nas próximas seções, vamos mostrar como essa interpretação dos adjetivos subjetivos

dá conta de explicar os fenômenos gerados pelo uso desses itens nos ambientes de comparação e de modificação escalar descritos no capítulo 2.

3.3.2. Adjetivos subjetivos e comparação

No capítulo 2, apresentamos três ambientes de comparação nos quais os adjetivos subjetivos podem figurar. São eles: (i) a comparação explícita entre dois elementos (por exemplo, “*a* é mais *P* do que *b*”), (ii) a comparação com uma classe de comparação (por exemplo, “*a* é *P* para um *CC*”, sendo *CC* uma classe de comparação) e (iii) a comparação intensional ou relativização a um propósito (por exemplo, *a* é muito *P* para o propósito *x*). Nesse capítulo, vimos também que os adjetivos subjetivos apresentam comportamentos específicos de sua classe quando estão em cada uma dessas estruturas comparativas. Nesta seção, retomamos essa discussão e mostramos como a fórmula que apresentamos para os adjetivos subjetivos na seção anterior dá conta de explicar os fenômenos e as interpretações geradas pelos adjetivos subjetivos nesses ambientes de comparação.

(I) Comparação explícita entre dois elementos

O primeiro tipo de comparação explícita entre dois elementos apresentado no capítulo 2 foi a comparação entre dois elementos considerando a mesma propriedade, como é o caso de (84):

(84) *Naruto* é mais divertido do que *One piece*.

Para Burnett (2016), a sentença em (84) é interpretada da seguinte forma:

(85) $[[\text{Naruto} >_{\text{divertido}} \text{One piece}]]_X = 1$ sse existe algum $X' \subseteq D$:
 $[[\text{DIVERTIDO}(\text{Naruto})]]_{X'} = 1$ e $[[\text{DIVERTIDO}(\text{One Piece})]]_{X'} = 0$

Ou seja, *Naruto* é mais divertido que *One piece* caso exista uma classe de comparação X' na qual *Naruto* é considerado divertido ao mesmo tempo que *One piece* não é considerado divertido. Assim, a interpretação da forma comparativa de um adjetivo escalar, representada em PB pela expressão “mais ... do que”, como em (86a), fica como em (86b):

(86) a. $[[\text{mais ... do que}]]$
 b. $\lambda P \lambda a \lambda b \exists C [P(a,C) \wedge \neg P(b,C)]$

Ou seja, (86b) diz que, dado um predicado P , e dois indivíduos a e b , existe uma classe de comparação C tal que a é considerado P em C e b não é considerado P em C . Em (87), mostramos como fica, então, a formalização de uma sentença que contém um adjetivo subjetivo em sua forma comparativa.

$$\begin{aligned}
(87) \quad & \text{a. } \textit{Naruto} \text{ é mais divertido do que } \textit{One piece}. \\
& \text{b. } ([[\text{mais ... do que}]])(\text{DIVERTIDO}) \\
& = (\lambda P \lambda a \lambda b \exists C [P(a,C) \wedge \neg P(b,C)])(\text{DIVERTIDO}) \\
& = \lambda a \lambda b \lambda y \lambda w \exists C \forall x \forall w' \\
& [C(a) \wedge \text{Acc}(w,w') \wedge C_3(a,x,w') \wedge I(y,x)] [\text{DIVERTIDO}(a,x,C)] \wedge \\
& [C(b) \wedge \text{Acc}(w,w') \wedge C_3(b,x,w') \wedge I(y,x)] [\neg \text{DIVERTIDO}(b,x,C)] \\
& \text{c. } (\lambda a \lambda b \lambda y \lambda w \exists C \forall x \forall w' \\
& [C(a) \wedge \text{Acc}(w,w') \wedge C_3(a,x,w') \wedge I(y,x)] [\text{DIVERTIDO}(a,x,C)] \wedge \\
& [C(b) \wedge \text{Acc}(w,w') \wedge C_3(b,x,w') \wedge I(y,x)] [\neg \text{DIVERTIDO}(b,x,C)])(\text{naruto})(\text{one-piece}) \\
& = \lambda y \lambda w \exists C \forall x \forall w' \\
& [C(\text{naruto}) \wedge \text{Acc}(w,w') \wedge C_3(\text{naruto},x,w') \wedge I(y,x)] [\text{DIVERTIDO}(\text{naruto},x,C)] \wedge \\
& [C(\text{one-piece}) \wedge \text{Acc}(w,w') \wedge C_3(\text{one-piece},x,w') \wedge I(y,x)] [\neg \text{DIVERTIDO}(\text{one-piece},x,C)]
\end{aligned}$$

A interpretação de (87a) fica, então, na sua forma final, como em (87c). Em (87b), aplicamos o adjetivo ‘divertido’ à fórmula da expressão comparativa “mais ... do que” e chegamos a uma fórmula que diz o seguinte:

- (i) dados um indivíduo a , um indivíduo b , um indivíduo y e um mundo w , existe um C e para todo x e todo w' , e
- (ii) considerando que a pertence a C ; w' é acessível de w ; a , x e w' são relevantes no contexto; e y se identifica com x , então
- (iii) a é divertido para x em C , e
- (iv) considerando que b pertence a C ; w' é acessível de w ; b , x e w' são relevantes no contexto; e y se identifica com x , então
- (v) b não é divertido para x em C .

Depois, em (87c), colocamos os indivíduos *Naruto* e *One piece* como argumentos para preencher as variáveis λa e λb , e ficamos com a fórmula final que denota a propriedade de ser um y tal que:

- (i) existe um C e para todo x e todo w' , e
- (ii) considerando que *Naruto* pertence a C ; w' é acessível de w , *Naruto*, x e w' são relevantes no contexto; e y se identifica com x ;
- (iii) *Naruto* é divertido para x em C , e
- (iv) considerando que *One piece* pertence a C ; w' é acessível de w , *One piece*, x e w' são relevantes no contexto; e y se identifica com x ;
- (v) *One piece* não é divertido para x em C .

Ou seja, para que a sentença “*Naruto* é mais divertido do que *One piece*” seja verdadeira, é necessário que exista uma CC tal que *Naruto* seja considerado divertido nessa CC (de acordo com o ponto de vista de um certo grupo de indivíduos) e *One piece* não seja considerado divertido nessa CC (também de acordo com o ponto de vista de um certo grupo de indivíduos).

Como vimos no capítulo 2, um dos fenômenos gerados pelo uso de adjetivos subjetivos em comparações entre dois elementos é o *faultless disagreement*, ou seja, a noção de que, em um desacordo que envolva o adjetivo subjetivo na forma comparativa, embora um falante negue diretamente o que o outro diz, nenhum dos dois está proferindo algo falso, como ilustrado no diálogo em (88) e formalizado em (89):

(88) Mônica: *Naruto* é mais divertido do que *One piece*.

Magali: Não, *Naruto* não é mais divertido do que *One piece*.

(89) Mônica:

$$\exists C \lambda y \lambda w \forall x \forall w'$$

$$[C(\text{naruto}) \wedge \text{Acc}(w, w') \wedge C_3(a, x, w') \wedge I(y, x)] [\text{DIVERTIDO}(\text{naruto}, x, C)] \wedge$$

$$[C(\text{one-piece}) \wedge \text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{one-piece}, x, w') \wedge I(y, x)] [\neg \text{DIVERTIDO}(\text{one-piece}, x, C)]$$

Magali:

$$\neg \exists C \lambda y \lambda w \forall x \forall w'$$

$$[C(\text{naruto}) \wedge \text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{naruto}, x, w') \wedge I(y, x)] [\text{DIVERTIDO}(\text{naruto}, x, C)] \wedge$$

$$[C(\text{one-piece}) \wedge \text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{one-piece}, x, w') \wedge I(y, x)] [\neg \text{DIVERTIDO}(\text{one-piece}, x, C)]$$

Como já vimos, o *faultless disagreement* é gerado em (88) porque Mônica e Magali, por meio da função de identificação I presente em suas asserções, geram o mesmo grupo de indivíduos ($\{\text{Mônica}, \text{Magali}\}$) que será responsável por julgar a sentença. Além disso, o princípio pragmático da *commonality* é responsável por permitir que Magali negue o que Mônica disse, já que, para manter o princípio de que os participantes da conversa compartilham os seus pontos de vista,

Magali, após negar que compartilha da perspectiva de Mônica, deve generalizar a sua própria perspectiva para ela também. As fórmulas apresentadas em (89) preveem, portanto, a geração do *faultless disagreement* no diálogo, já que a generalização a partir do seu próprio ponto de vista é mantida na fórmula da forma comparativa do adjetivo.

Outra questão que vimos no capítulo 2 é que adjetivos subjetivos podem aparecer na estrutura [achar [DP] [AP]] em sua forma comparativa, como exemplifica a sentença em (90):

(90) Eu acho *O Abaporu* mais bonito do que *Guernica*.

Na seção anterior, definimos a interpretação do verbo ‘achar’ da estrutura [achar [DP] [AP]] da seguinte forma:

(91) a. No nível descritivo: [[achar]] = $\lambda P\lambda o\lambda s . P(o,s)$
 b. No nível da inferência: *s* teve uma experiência direta (relevante para *P*) com *o*

Ou seja, no nível descritivo, o verbo ‘achar’ toma como argumentos um adjetivo subjetivo *P* e dois indivíduos *o* (o objeto caracterizado) e *s* (o sujeito de ‘achar’) e diz que *o* é *P* para *s*. Já no nível da inferência, o uso dessa estrutura gera uma *acquaintance inference* que diz que o sujeito de ‘achar’ teve experiência direta com o objeto caracterizado pelo adjetivo. O tipo de experiência que o sujeito teve com o objeto deve ser relevante para a caracterização desse objeto com o adjetivo presente na sentença – por exemplo, se o sujeito caracteriza algo como ‘bonito’, ele deve ter visto o objeto, se ele caracteriza algo como ‘gostoso’, ele deve ter comido o objeto, e assim por diante.

Considerando que, no nível descritivo, o que o verbo ‘achar’ da estrutura [achar [DP] [AP]] faz é atribuir o seu sujeito à posição de “juiz” do adjetivo subjetivo, então podemos interpretar a sentença (92a) como em (92b):

(92) a. Eu acho *O Abaporu* mais bonito do que *Guernica*.
 b. $(\exists C \lambda y\lambda w \forall x\forall w'$
 $[C(o-abaporu) \wedge \text{Acc}(w,w') \wedge C_3(o-abaporu,x,w') \wedge I(y,x)][\text{BONITO}(o-abaporu,x,C)] \wedge$
 $[C(\text{guernica}) \wedge \text{Acc}(w,w') \wedge C_3(\text{guernica},x,w') \wedge I(y,x)][\neg \text{BONITO}(\text{guernica},x,C)])$
 (falante)(*w*)
 $= \exists C \forall x\forall w'$
 $[C(o-abaporu) \wedge \text{Acc}(w,w') \wedge C_3(o-abaporu,x,w') \wedge I(\text{falante},x)][\text{BONITO}(o-abaporu,x,C)] \wedge$
 $[C(\text{guernica}) \wedge \text{Acc}(w,w') \wedge C_3(\text{guernica},x,w') \wedge I(y,x)][\neg \text{BONITO}(\text{guernica},x,C)]$

Em (92b), preenchemos as variáveis λy e λw com o falante (já que o sujeito de ‘achar’ em (92a) é o item indexical ‘eu’, que retoma o falante do proferimento) e o mundo do contexto de proferimento, resultando na seguinte formulação:

- (i) existe uma classe de comparação C tal que, para todo x e todo w' ,
- (ii) considerando que *O Abaporu* pertence a C , w' é acessível de w , *O Abaporu*, x e w' são relevantes no contexto e o falante se identifica com x , então
- (iii) *O Abaporu* é bonito para x em C , e
- (iv) considerando que *Guernica* pertence a C , w' é acessível de w , *Guernica*, x e w' são relevantes no contexto e o falante se identifica com x , então
- (v) *Guernica* não é bonito para x em C .

Já no nível da inferência, temos que a sentença em (92a) gera a *acquaintance inference* de que o seu falante teve experiência direta tanto com *O Abaporu* quanto com *Guernica* (i.e., já viu ambas as pinturas). Podemos observar isso quando notamos que uma sentença como aquela em (93a) fica estranha se o falante explicita que não viu nenhuma das duas pinturas. Essa leitura fica ainda mais clara se contrastamos (92a) com (93b), que também traz o verbo ‘achar’ mas na estrutura [achar [CP]], que não gera a *acquaintance inference* e, portanto, faz com que o falante de (93b) possa negar que viu os quadros e está fazendo uma asserção sem a evidência da experiência direta.

- (93) a. Eu acho *O Abaporu* mais bonito do que *Guernica*, #mas nunca vi nenhum dos dois.
- b. Eu acho que *O Abaporu* é mais bonito do que *Guernica*, mas nunca vi nenhum dos dois.

Por fim, o último tipo de comparação explícita entre dois elementos que vimos no capítulo 2 foram as comparações que envolvem dois adjetivos diferentes, como aquela no exemplo (94a):

- (94a) O rei é mais bonito do que a rainha é bondosa.

Tomando como base a fórmula da comparação entre dois elementos explícitos apresentada nesta seção, teríamos a seguinte representação semântica da sentença em (94b):

- (94b) $\lambda y \lambda w \exists C \forall x \forall w'$
 $[C(\text{rei}) \wedge \text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{rei}, x, w') \wedge I(y, x)] [\text{BONITO}(\text{rei}, x, C)] \wedge$
 $[C(\text{rainha}) \wedge \text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{rainha}, x, w') \wedge I(y, x)] [\neg \text{BONDOSA}(\text{rainha}, x, C)]$

Ou seja, (94a) expressa a propriedade de ser um y tal que existe um C e para todo x e todo w' ,

- (i) considerando que o rei pertence a C , que w' é acessível de w , que o rei, x e w' são relevantes no contexto, e que y se identifica com x , então
- (ii) o rei é bonito para x em C , e
- (iii) considerando que a rainha pertence a C , que w' é acessível de w , que a rainha, x e w' são relevantes no contexto, e que y se identifica com x , então
- (iv) a rainha não é bondosa para x em C .

Em outras palavras, a sentença em (94a) seria verdadeira caso existisse uma classe de comparação C na qual o rei é considerado bonito e a rainha não é considerada bondosa (a partir do ponto de vista de um indivíduo x).

Outra interpretação possível para sentenças como aquela em (94a) seria a de que esse tipo de comparação envolve uma relativização a um propósito implícito, ou seja, uma pessoa só proferiria uma sentença do tipo “O rei é mais bonito do que a rainha é bondosa” caso estivesse tentando argumentar a favor de um propósito – no caso de (94a), por exemplo, para acalmar uma multidão raivosa. A comparação seria feita, portanto, com base nesse propósito implícito. Nesse caso, a interpretação dessa sentença ficaria como em (95):

$$\begin{aligned}
 (95) \quad & \exists x \forall y [\text{ACALMAR}(x, \text{multidão})] \wedge \\
 & [[[y >_{\text{bonito}} x]] \rightarrow [\text{ACALMAR}(y, \text{multidão})]] \wedge \\
 & [[[x >_{\text{bonito}} y]] \rightarrow [\neg \text{ACALMAR}(y, \text{multidão})]] \wedge \\
 & [[[\text{o rei}] >_{\text{bonito}} x] \wedge \\
 & [[[y >_{\text{bondoso}} x]] \rightarrow [\text{ACALMAR}(y, \text{multidão})]] \wedge \\
 & [[[x >_{\text{bondoso}} y]] \rightarrow [\neg \text{ACALMAR}(y, \text{multidão})]] \wedge \\
 & [x >_{\text{bondoso}} [\text{a rainha}]]
 \end{aligned}$$

Em (95) temos que:

- (i) existe um x e para todo y ,
- (ii) x acalma a multidão, e
- (iii) se y é mais bonito do que x , então y acalma a multidão, e
- (iv) se x é mais bonito do que y , então y não acalma a multidão, e
- (v) o rei é mais bonito do que x , e
- (vi) se y for mais bondoso do que x , então y acalma a multidão, e

- (vii) se x for mais bondoso do que y , então y não acalma a multidão, e
 (viii) x é mais bondoso do que a rainha.

Em outras palavras, há um indivíduo x no domínio do adjetivo ‘bonito’ que divide esse domínio entre os indivíduos que são bonitos o suficiente para acalmarem a multidão (todos acima dele) e os que não são bonitos o suficiente para acalmarem a multidão (todos abaixo dele), e o rei é mais bonito do que esse indivíduo x (e, portanto, é capaz de acalmar a multidão). Da mesma forma, há um indivíduo y no domínio do adjetivo ‘bondoso’ que divide esse domínio entre os indivíduos que são bondosos o suficiente para acalmarem a multidão (todos acima dele) e os que não são bondosos o suficiente para acalmarem a multidão (todos abaixo dele), e a rainha é menos bondosa do que esse indivíduo x (e, portanto, é incapaz de acalmar a multidão). Nessa leitura, uma comparação que envolve diferentes adjetivos (e diferentes escalas) é, na verdade, composta de duas relativizações (uma para cada adjetivo mobilizado na sentença) a um propósito (na parte (III) desta seção, nos aprofundamos mais na formalização da relativização a um propósito). Essas comparações, por sua vez, não se dariam entre diferentes escalas, mas cada uma dentro de sua própria escala – i.e., não se compara diretamente o nível de beleza do rei com o nível de bondade da rainha, mas o nível de beleza do rei necessário para determinado propósito e o nível de bondade da rainha necessário para cumprir esse mesmo propósito.

(II) Comparação com classe de comparação

Além das comparações entre dois itens, outro modo de fazer comparações no PB é usando um PP que explicita a classe de comparação que será usada de baliza para a avaliação da sentença, como é o caso da sentença em (96):

(96) *O Abaporu é bonito para uma pintura modernista.*

A interpretação de (97a), considerando a fórmula que apresentamos para adjetivos subjetivos, deve ficar como em (97b):

- (97) a. *O Abaporu é bonito para uma pintura modernista.*
 b. $\lambda y \lambda w \forall x \forall w' [PM(o-abaporu) \wedge Acc(w, w') \wedge C_3(o-abaporu, x, w') \wedge I(y, x)]$
 [BONITO(o-abaporu, x, PM)]

Ou seja, quando adicionamos o PP “para uma pintura modernista” à sentença “*O Abaporu é bonito*”, esse PP explicita a classe de comparação que deve ser levada em consideração para a computação da sentença, e é essa CC que irá substituir a variável λC na fórmula dos adjetivos subjetivos. Em (97b), temos, então, a fórmula da propriedade de ser um y tal que:

- (i) para todo x e todo w' ,
- (ii) considerando que *O Abaporu* pertence à classe das pinturas modernistas (PM), que w' é acessível de w , que *O Abaporu*, x e w' são relevantes no contexto e que y se identifica com x , então
- (iii) *O Abaporu é bonito* para x considerando a classe das pinturas modernistas.

Nesse caso, o papel de ‘para’ nesse contexto é dado em (98):

$$(98) \quad [[\text{para}]] = \lambda C . C$$

Ou seja, ‘para’ é uma função identidade que toma como argumento uma classe de comparação e devolve essa mesma CC.

Assim, em (99), mostramos chegar à fórmula em (97b) a partir da aplicação da função “para uma pintura modernista” à sentença “*O Abaporu é bonito*”:

$$(99) \quad \begin{aligned} & \text{a. } ([[\text{BONITO}(\text{o-abaporu})]]_x) ([[\text{para uma pintura modernista}]]) \\ & \text{b. } = (\lambda y \lambda w \lambda C \forall x \forall w' [C(\text{o-abaporu}) \wedge \text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{o-abaporu}, x, w') \wedge I(y, x)] \\ & \quad \quad \quad [\text{BONITO}(\text{o-abaporu}, x, C)]) ((\lambda C . C)(\text{PM})) \\ & \text{c. } = (\lambda y \lambda w \lambda C \forall x \forall w' [C(\text{o-abaporu}) \wedge \text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{o-abaporu}, x, w') \wedge I(y, x)] \\ & \quad \quad \quad [\text{BONITO}(\text{o-abaporu}, x, C)]) (\text{PM}) \\ & \text{d. } = \lambda y \lambda w \forall x \forall w' [\text{PM}(\text{o-abaporu}) \wedge \text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{o-abaporu}, x, w') \wedge I(y, x)] \\ & \quad \quad \quad [\text{BONITO}(\text{o-abaporu}, x, \text{PM})] \end{aligned}$$

Em (99b), temos a aplicação da classe PM (que se refere a “pinturas modernistas”) à função “para” ($\lambda C . C$), que retorna a própria classe PM em (99c). Já em (99c), temos a aplicação da classe PM à sentença “*O Abaporu é bonito*”. Essa classe preenche o lugar da variável λC e aparece em (99d) nos lugares que essa variável ocupava anteriormente. Em (99d), temos a mesma interpretação de (97) para a sentença “*O Abaporu é bonito para uma pintura modernista*”. A CC levada em consideração não é dada pelo contexto de fala, mas pelo PP que explicita a classe de comparação.

A parte pressuposta “PM(o-abaporu)” diz que *O Abaporu* pertence ao conjunto das pinturas modernistas e impede sentenças como aquelas em (100):

(100) *O Abaporu* é bonito para uma pintura modernista, #apesar de ser uma pintura barroca.

Essa previsão está de acordo com a nossa intuição do uso do PP-classe de comparação, conforme vimos no capítulo 2.

A explicitação da classe de comparação por meio de um PP, além de veicular conteúdo descritivo, como vimos acima, veicula também um conteúdo no nível da inferência sobre a perspectiva do falante em relação à própria classe de comparação que ele mobiliza na sua fala, como vimos no capítulo 2. Quando o PP-classe de comparação é combinado com um adjetivo subjetivo, temos a impressão de que não é necessário que o objeto caracterizado seja parte da extensão do adjetivo subjetivo. É por isso que podemos proferir sentenças como aquelas em (101):

- (101) a. *O Abaporu* é bonito para uma pintura modernista, mas ele não é bonito.
b. *Naruto* é divertido para um desenho japonês, mas ele não é divertido.

No capítulo 2, essa possibilidade foi explicada da seguinte forma: quando o falante profere uma sentença como “*O Abaporu* é bonito para uma pintura modernista”, ele coloca toda a classe composta pelas pinturas modernistas no fundo do domínio ordenado do adjetivo “bonito”, ou, pelo menos, na parte desse domínio onde estão os itens que ele não considera bonitos. A CC, no entanto, ainda tem seus itens organizados em ordem do que é mais bonito até o que é menos bonito. Assim, *O Abaporu* está entre os itens do topo da CC “pinturas modernistas”, na qual os itens estão organizados do mais bonito (topo) para o menos bonito (fundo), mas está no fundo da escala de “bonito”, já que toda a CC está no fundo dessa escala. O mesmo raciocínio se aplica a sentença em (101b): *Naruto* está entre os itens do topo da CC “desenho japonês”, organizada em ordem do que é mais divertido (topo) até o que é menos divertido (fundo), mas a CC composta por desenhos japoneses, em si, está no fundo da escala de “diversão”.

Outra forma de explicar por que sentenças como aquelas em (101) são possíveis tem a ver com a necessidade de se avaliar o adjetivo subjetivo em relação a uma classe de comparação do modelo DelTCS. Nessa abordagem, os dois usos do adjetivo ‘bonito’ nas sentenças (101a) e (101b) seriam computados em relação a CCs diferentes e, por isso, seria possível, após julgar que algo é bonito dentro de uma determinada CC, julgar que essa mesma coisa não é bonita dentro de outra CC. Ou seja, uma sentença como aquela em (102a) seria interpretada como em (102b):

- (102) a. *O Abaporu* é bonito para uma pintura modernista, mas ele não é bonito.
b. $\lambda y \lambda w \forall x \forall w' [PM(o-abaporu) \wedge Acc(w, w') \wedge C_3(o-abaporu, x, w') \wedge I(y, x)]$

$$\begin{aligned} & [\text{BONITO}(\text{o-abaporu}, x, \text{PM})] \wedge \\ & \lambda C \forall x \forall w' [C(\text{o-abaporu}) \wedge \text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{o-abaporu}, x, w') \wedge \text{I}(y, x)] \\ & [\neg \text{BONITO}(\text{o-abaporu}, x, C)] \end{aligned}$$

Em (102b), temos a propriedade de ser um y tal que para todo x e todo w' :

- (i) considerando que *O Abaporu* pertence ao conjunto das pinturas modernistas (PM), que w' é acessível de w , que *O Abaporu*, x e w' são relevantes no contexto e que y se identifica com x , então
- (ii) *O Abaporu* é bonito para x no conjunto das pinturas modernistas, e
- (iii) dada uma classe de comparação C , cujo valor será preenchido pelo contexto, para todo x e todo w' , e
- (iv) considerando que *O Abaporu* pertence ao conjunto C , que w' é acessível de w , que *O Abaporu*, x e w' são relevantes no contexto e que y se identifica com x , então
- (v) *O Abaporu* não é bonito para x em C .

Em outras palavras, quando o falante nega que *O Abaporu* é bonito em (101a), ou que *Naruto* é divertido em (101b), ele apenas está levando em consideração as diferentes extensões que os adjetivos ‘bonito’ e ‘divertido’ podem assumir quando relativizados a CCs diferentes.

Dessa forma, vemos que é possível, por meio do modelo que propusemos para os adjetivos subjetivos, dar conta das interpretações geradas pelo uso do adjetivo subjetivo em um ambiente de comparação com uma classe de comparação.

(III) Comparação intensional ou relativização a um propósito

Por fim, o último tipo de comparação que vimos no capítulo 2 é a comparação intensional, também chamada de relativização a um propósito, exemplificada em (103):

(103) *One piece* é divertido demais para ser cancelado.

Tomando a fórmula que apresentamos para a comparação intensional na seção 3.1, temos que o esquema semi-formal da interpretação de (103) fica como em (104):

$$\begin{aligned} (104) \quad & \exists x \forall y [\text{PODER}(\text{SER-CANCELADO}(x))] \wedge \\ & [[y >_{\text{divertido}} x]] \rightarrow [\neg \text{PODER}(\text{SER-CANCELADO}(y))] \wedge \end{aligned}$$

$$[[x >_{\text{divertido}} y]] \rightarrow [\text{PODER}(\text{SER-CANCELADO}(y))] \wedge \\ [[\text{One piece}] >_{\text{divertido}} x]$$

Ou seja, existe um x tal que para todo y : (i) x pode ser cancelado e (ii) se y for mais divertido do que x , então y não pode ser cancelado e (iii) se x for mais divertido do que y , então y pode ser cancelado, e (iv) *One piece* é mais divertido do que x . Em outras palavras, existe um elemento x no domínio ordenado do adjetivo ‘divertido’ que é o elemento que separa tudo o que atinge um nível de diversão suficiente para não ser cancelado (elementos acima dele) e tudo o que não atinge esse nível de diversão e, portanto, pode ser cancelado (elementos abaixo dele) e, finalmente, *One piece* é mais divertido do que esse elemento x e, portanto, não pode ser cancelado.

Como vimos no capítulo 2, esse tipo de construção, por se tratar de um tipo de comparação que envolve adjetivos subjetivos, gera *faultless disagreement*:

- (105) a. Mônica: *One piece* é divertido demais para ser cancelado.
 b. Magali: Não é, não. Na verdade, ele deveria ser cancelado hoje mesmo.

Na fórmula em (104), a subjetividade da construção não está explícita, já que não há relativização de nenhum elemento a uma perspectiva. Precisamos, então, adaptar a fórmula para que ela mostre que essa relativização existe.

As formas comparativas do adjetivo ‘divertido’, que aparecem em três pontos da fórmula (duas vezes comparando x e y e uma vez comparando *One piece* com x), devem ser relativizadas a uma CC e a uma perspectiva, como já vimos quando destrinchamos a interpretação das comparações explícitas entre dois elementos. A fórmula completa da forma comparativa de um adjetivo subjetivo pode ser encontrada no começo desta seção, mas, para efeitos de simplificação, iremos apenas indicar pelos índices C e j que as comparações entre os elementos na escala de diversão são relativizados a uma classe de comparação C e a um indivíduo j . Levando isso em consideração, a fala de Mônica em (105a) poderia ser interpretada como em (106), enquanto a fala de Magali em (105b) poderia ser interpretada como em (107):

$$(106) \exists x \forall y [\text{PODER}(\text{SER-CANCELADO}(x))] \wedge \\ [[[y >_{\text{divertido}} x]]_{C,j} \rightarrow [[\neg \text{PODER}(\text{SER-CANCELADO}(y))]]] \wedge \\ [[[x >_{\text{divertido}} y]]_{C,j} \rightarrow [[\text{PODER}(\text{SER-CANCELADO}(y))]]] \wedge \\ [[[\text{One piece} >_{\text{divertido}} x]]_{C,j}]$$

$$(107) \exists x \forall y [\text{PODER}(\text{SER-CANCELADO}(x))] \wedge$$

$$\begin{aligned}
& [[[y >_{\text{divertido}} x]]_{C,j} \rightarrow [[\neg \text{PODER}(\text{SER-CANCELADO}(y))]]] ^ \\
& [[[x >_{\text{divertido}} y]]_{C,j} \rightarrow [[\text{PODER}(\text{SER-CANCELADO}(y))]]] ^ \\
& [[[x >_{\text{divertido}} \text{One piece}]]_{C,j}]
\end{aligned}$$

Feita essa relativização, a geração do *faultless disagreement* se dá da mesma forma que já vimos para o uso do adjetivo subjetivo para comparação entre dois elementos explícitos. Assim, o desacordo vem do fato de que Mônica tenta generalizar o seu ponto de vista (i.e., que *One piece* está entre os elementos do topo do domínio ordenado, entre aqueles que atingem um nível de diversão suficiente para não serem cancelados) para Magali, enquanto Magali tenta generalizar o seu gosto para Mônica (i.e., que *One piece* está entre os elementos do fundo do domínio ordenado de ‘divertido’, ou seja, entre aqueles que não atingem um nível de diversão suficiente para não serem cancelados). A subjetividade do desacordo, por sua vez, vem da tentativa das falantes de não quebrar o princípio pragmático da *commonality*, segundo o qual os participantes da conversa compartilham pontos de vista.

3.3.3. Adjetivos subjetivos e modificação escalar

No capítulo 2, apresentamos três ambientes de modificação escalar nos quais os adjetivos subjetivos podem figurar. São eles: (i) a intensificação de grau por meios lexicais (por exemplo, “*x* é muito *P*”), (ii) as exclamativas-*wh* (por exemplo, “que *x P!*”) e (iii) o diminutivo (por exemplo, “*x* é *P*-inho”). Nesse capítulo, vimos também que os adjetivos subjetivos apresentam comportamentos específicos de sua classe quando estão em cada uma dessas estruturas de modificação escalar. Da mesma forma que fizemos com as estruturas comparativas, nesta seção, mostramos como a fórmula que apresentamos para os adjetivos subjetivos na seção anterior dá conta de explicar os fenômenos e as interpretações geradas pelos adjetivos subjetivos quando eles têm seus graus modificados.

(I) Intensificação de grau por meios lexicais

Adjetivos subjetivos podem ser modificados por meio de intensificadores que o acompanham na sentença, como nos exemplos abaixo:

- (108) a. *One piece* é muito divertido.
b. *O Abaporu* é muito bonito.
c. O professor João é muito ético.

Na seção 3.1, vimos que, dentro do modelo DelTCS, uma interpretação possível das sentenças em (108) é que o intensificador escalar ‘muito’ faz com que a classe de comparação à qual o adjetivo subjetivo é relativizado seja o próprio domínio do adjetivo subjetivo utilizado na sentença. Dessa forma, a interpretação de uma sentença como aquela em (108c), por exemplo, ficaria como em (109):

$$(109) \text{ a. } [[\text{ÉTICO}(\text{o professor João})]]_{\text{ÉTICO}}$$

$$\text{ b. } = \lambda y \lambda w \forall x \forall w' [\text{ÉTICO}(\text{prof-joão}) \wedge \text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{prof-joão}, x, w') \wedge I(y, x)]$$

$$[\text{ÉTICO}(\text{prof-joão}, x, \text{ÉTICO})]$$

Ou seja, dado um y e um w (que serão preenchidos pelas informações contextuais), para todo x e todo w' , e considerando que: o professor João pertence à CC das coisas que são éticas, w' é acessível de w , o professor João, x e w' são relevantes no contexto, e y se identifica com x , então o professor João é ético para x dentro da CC composta das coisas que são éticas. Em outras palavras, o que a sentença (108c) quer dizer é que o professor João está em uma posição elevada de “ser ético” mesmo quando consideramos apenas o conjunto dos elementos que já são considerados extensão de ‘ético’.

Um problema que enfrentamos com a fórmula em (109b) é que, entre as suas pressuposições, temos a pressuposição de que o professor João pertence ao conjunto do que é ético, representada em $\text{ÉTICO}(\text{prof-joão})$. No entanto, como já vimos, não é possível atribuir valor de verdade a $\text{ÉTICO}(\text{prof-joão})$ sem termos a informação da CC à qual o adjetivo é relativizado e sem termos a informação do indivíduo cujo ponto de vista é levado em consideração para a ordenação do domínio do adjetivo subjetivo ‘ético’. Em (109'), então, adicionamos novamente a variável λC que vai ser preenchida pelo contexto da fala com a CC relevante para delimitarmos a extensão de ‘ético’, e adicionamos a variável y e a variável C aos argumentos da função ÉTICO na pressuposição da sentença:

$$(109') \text{ b. } \lambda y \lambda w \lambda C \forall x \forall w' [\text{ÉTICO}(\text{prof-joão}, y, C) \wedge \text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{prof-joão}, x, w') \wedge I(y, x)]$$

$$[\text{ÉTICO}(\text{prof-joão}, x, \text{ÉTICO})]$$

Assim, em (109'), temos a propriedade de ser um y tal que para todo x e para todo w' ,

(i) considerando que o professor João pertence à extensão de ‘ético’ (definida por y em C), w' é acessível de w , o professor João, x e w' são relevantes no contexto, e y se identifica com x , então

(ii) o professor João é ético para x considerando o conjunto das coisas éticas (definidas pelo ponto de vista de y e pela relativização à classe C).

Além disso, vimos também que alguns intensificadores, como os chamados advérbios de modo, além de intensificarem o grau instanciado pelo adjetivo subjetivo, também podem trazer uma leitura expressiva, como é o caso de “assustadoramente” em (110):

(110) Esse vestido é assustadoramente feio.

O papel de ‘assustadoramente’ em (110), na dimensão descritiva da sentença, é similar ao papel de um intensificador como ‘muito’, ou seja, ele coloca como a CC ao qual ‘feio’ é relativizado o próprio conjunto das coisas feias e, assim, coloca o vestido entre os itens mais feios (i.e., no alto do domínio ordenado do adjetivo ‘feio’). Já no nível expressivo, é possível interpretar que o falante está emocionalmente envolvido (por exemplo, assustado) com a posição elevada do vestido entre os itens que fazem parte do conjunto das coisas feias. Assim, no nível descritivo, a interpretação de (110) fica como em (111a), similar à interpretação que a sentença “esse vestido é muito feio” receberia, enquanto a interpretação de (110) no nível expressivo fica como em (111b):

(111) a. No nível descritivo:

$$\lambda y \lambda w \lambda C \forall x \forall w' [\text{FEIO}(\text{vestido}, y, C) \wedge \text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{vestido}, x, w') \wedge I(y, x)] \\ [\text{FEIO}(\text{vestido}, x, \text{FEIO})]$$

b. No nível expressivo: O falante está emocionalmente envolvido (por exemplo, assustado) com a classe de comparação mobilizada (das coisas feias) na computação do adjetivo ‘feio’ aplicado ao vestido.

Em outras palavras, o que (111a) predica é a propriedade de ser um y tal que para todo x e para todo w' ,

(i) considerando que o vestido pertence à extensão de ‘feio’ (definida por y em C), w' é acessível de w , o vestido, x e w' são relevantes no contexto, e y se identifica com x , então

(ii) o vestido é feio para x considerando o conjunto das coisas feias (definidas pelo ponto de vista de y e pela relativização à classe C).

Além disso, no nível expressivo, conforme descrito em (111b), o falante está emocionalmente envolvido com o fato de que a classe de comparação mobilizada para a computação semântica do

adjetivo escalar ‘feio’ é a própria CC composta pelo que é feio. Isso é equivalente a dizer que o falante está assustado com o nível de feiura instanciado pelo vestido.

Em suma, a intensificação de grau por meio da combinação do adjetivo subjetivo com palavras como ‘muito’, ‘bem’, e advérbios de modo (como ‘assustadoramente’) é feito, no modelo apresentado neste trabalho, pela relativização do adjetivo subjetivo a uma classe de comparação que isola os itens que já fazem parte da extensão do adjetivo, já que, dessa forma, o item caracterizado pelo adjetivo subjetivo figura entre os elementos que estão mais alto no domínio do adjetivo.

(II) Exclamativas-*wh*

As exclamativas-*wh*, exemplificadas em (112), são outra estrutura de modificação escalar de adjetivos subjetivos:

- (112) a. Que bolo gostoso!
 b. Que vestido feio!
 c. Que pessoa correta!

Na seção 3.1, vimos que há, pelo menos, três conteúdos veiculados por uma exclamativa-*wh*: (i) um conteúdo pressuposto, (ii) uma implicatura convencional e (iii) um conteúdo expressivo. Tomando a sentença em (112a) como exemplo, temos: (i) no nível pressuposto, que o bolo é gostoso, (ii) no nível da implicatura, que o bolo é mais gostoso do que o falante esperava que ele fosse e (iii) no nível expressivo, que o falante está surpreso com a posição elevada do bolo no domínio de ‘gostoso’. Em (113), mostramos como essas interpretações poderiam ser (semi-)formalizadas no modelo DeITCS adotado neste trabalho:

- (113) a. No nível pressuposto:

$$\lambda y \lambda w \lambda C \forall x \forall w' [C(\text{bolo}) \wedge \text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{bolo}, x, w') \wedge I(y, x)] \\ [GOSTOSO(\text{bolo}, x, C)]$$

- b. No nível da implicatura:

$$\text{Considerando que } [[GOSTOSO]]_x \subseteq [[GOSTOSO]]_y, \\ [[GOSTOSO]]_y - [[GOSTOSO]]_x \neq \emptyset \wedge \\ \forall x \forall y [(x \in X \wedge y \in (Y - X)) \rightarrow y >_{\text{GOSTOSO}} x]$$

- c. No nível expressivo:

$$\textcircled{\text{C}} (\text{Considerando que } [[GOSTOSO]]_x \subseteq [[GOSTOSO]]_y, \\ [[GOSTOSO]]_y - [[GOSTOSO]]_x \neq \emptyset \wedge$$

$$\forall x \forall y [(x \in X \wedge y \in (Y - X)) \rightarrow y >_{\text{GOSTOSO}} x]$$

Em (113a), temos, no nível pressuposto, a propriedade de ser um y e um C tal que para todo x e todo w' , (i) considerando que o bolo pertence a classe C , que w' é acessível de w , que o bolo, x e w' são relevantes no contexto e que y se identifica com x , então (ii) o bolo é gostoso para x em C . Ou seja, o conteúdo pressuposto da exclamativa-*wh* é equivalente a “o bolo é gostoso”.

Em (113b), temos, no nível da implicatura, o seguinte conteúdo: (i) dado que a extensão de ‘gostoso’ relativizada à CC X está contida na extensão de ‘gostoso’ relativizada à CC Y , (ii) o conjunto equivalente à extensão de ‘gostoso’ em Y menos o conjunto equivalente à extensão de gostoso em X não é vazio e (iii) para todo x e para todo y , se x pertence ao conjunto X e y pertence ao conjunto formado pelos elementos de Y que não estão em X , então y é mais gostoso do que x (i.e., está mais alto na ordenação do domínio de ‘gostoso’ do que x). Em outras palavras, isso quer dizer que a sentença gera a implicatura de que há um conjunto de elementos maior do que o inicialmente previsto pelo falante, e que os elementos desse conjunto estão mais altos no domínio ordenado de ‘gostoso’ do que os elementos do conjunto inicialmente previsto pelo falante.

Já em (113c), temos o conteúdo expressivo veiculado pela sentença, que é o de que o falante está emocionalmente envolvido/surpreso com o conteúdo implicatural que a sentença veicula, ou seja, que o falante está surpreso com a informação de que existem elementos acima do item que ele considerava ser o mais alto possível dentro do domínio de ‘gostoso’ (definido por y em C).

(III) Diminutivo

O último recurso de modificação escalar apresentado no capítulo 2 foi a combinação do morfema de diminutivo com o adjetivo escalar, como exemplificado em (114):

- (114) a. *Naruto* é divertidinho.
b. Esse sapato é feinho.

Como vimos anteriormente, a combinação do diminutivo com o adjetivo escalar gera interpretações diferentes para os adjetivos vagos e alguns adjetivos subjetivos. No caso de adjetivos subjetivos como ‘divertidinho’ e ‘feinho’, temos a leitura de que eles predicam a propriedade de ser “um pouco divertido” e “um pouco feio”, respectivamente, em oposição, por exemplo, a ser “muito divertido” e “muito feio”. Ou seja, o grau de diversão ou de feiura instanciado pelo objeto caracterizado por esses adjetivos seria apenas um pouco acima do grau *standard* que o objeto deve atingir para ser considerado divertido ou feio.

Na nossa ontologia, que não associa adjetivos subjetivos a graus em uma escala, propomos que a interpretação de uma sentença como aquela em (115a) fique como (115b):

- (115) a. *Naruto* é divertidinho.
 b. $\exists C \exists C' . \lambda y \lambda w \forall x \forall w'$
 $[C(\text{naruto}) \wedge C'(\text{naruto}) \wedge \text{Acc}(w, w') \wedge C_3(\text{naruto}, x, w') \wedge I(y, x)]$
 $[\text{DIVERTIDO}(\text{naruto}, x, C)] \wedge$
 $[\neg \text{DIVERTIDO}(\text{naruto}, x, C')] \wedge$
 existem mais CCs C' do que CCs C

O que (115b) diz é que existe pelo menos uma classe de comparação C e pelo menos uma classe de comparação C' , de modo que, dado um y e um w , para todo x e para todo w' ,

- (i) considerando que *Naruto* pertence a C , que *Naruto* pertence a C' , que w' é acessível de w , que *Naruto*, x e w' são relevantes no contexto e que y se identifica com x , então
 (ii) *Naruto* é divertido para x em C , e
 (iii) *Naruto* não é divertido para x em C' , e
 (iv) existem mais CCs C' do que CCs C .

Em outras palavras, o que (115a) quer dizer é que existem mais classes de comparação nas quais *Naruto* não pertence à extensão de ‘divertido’ do que CCs nas quais ele pertence à extensão desse adjetivo. Intuitivamente, isso significa dizer que *Naruto* é divertido apenas em alguns poucos contextos, ou seja, *Naruto* é um pouco divertido.

A interpretação de que a combinação do diminutivo com o adjetivo subjetivo é equivalente à interpretação da combinação de “um pouco” com esse item vale tanto para adjetivos considerados positivos quanto para adjetivos considerados negativos. Assim, da mesma forma que (115a) pode ser interpretado como “*Naruto* é um pouco divertido”, (116) pode ser interpretado como “*Naruto* é um pouco chato”:

- (116) *Naruto* é chatinho.

Dada essa interpretação dos adjetivos subjetivos combinados com diminutivos, é de se esperar que esses itens não possam se combinar com intensificadores escalares que elevam o nível da propriedade denotada pelo adjetivo. No entanto, como vimos no capítulo 2, no caso dos adjetivos

subjetivos negativos, é possível usar um intensificador como ‘muito’ junto com a forma diminutiva do adjetivo, como podemos ver no contraste abaixo:

- (117) a. ??*Naruto* é muito divertidinho.
b. *Naruto* é muito chatinho.

O contraste entre as sentenças em (117) mostra que é mais natural e aceitável combinar um adjetivo negativo com um intensificador escalar do que fazê-lo com um adjetivo positivo.

Uma possível explicação para isso é que, ao combinar o adjetivo no diminutivo com o intensificador, o diminutivo deixa de ser um modificador escalar e passa a exercer outro papel na sentença, de modo a não conflitar com ‘muito’, que só pode agir como modificador escalar nessas sentenças. Segundo Brown e Levinson (1987), é comum que o diminutivo seja também usado nas línguas naturais como um recurso de pragmático polidez, no sentido de atenuar alguns elementos da fala. Assim, em (117b), o uso de ‘chatinho’ não se refere a um adjetivo que denota um nível baixo de chatice, mas pode ser um recurso pragmático empregado pelo falante para amenizar o impacto da caracterização de *Naruto* com um adjetivo negativo. A interpretação descritiva de (117b), nesse caso, seria a mesma interpretação descritiva de “*Naruto* é muito chato” (i.e., *Naruto* é chato considerando a CC composta pelas coisas chatas, como já vimos anteriormente), e o diminutivo, sem a possibilidade de ser interpretado como um modificador escalar, faria, então, o papel de amenizar a força do adjetivo ‘chato’ para que o proferimento soe mais atenuado. Essa saída também explica por que (117a) gera mais ruído do que (117b), afinal, ‘divertido’ é um adjetivo que denota uma característica considerada positiva e, portanto, não precisa ser alvo de uma estratégia de polidez como é o caso de ‘chato’, um adjetivo que denota uma característica considerada negativa. Assim, sem a possibilidade de ser interpretado como uma estratégia pragmática de polidez (porque não é necessário atenuar a força de um adjetivo positivo) e sem a possibilidade de ele ser interpretado como um modificador escalar (pois, nesse caso, ele conflitaria com o uso de ‘muito’), o diminutivo faz com que a sentença em (117a) fique estranha.

3.4. Considerações finais do capítulo

O terceiro capítulo deste trabalho teve como objetivo propor uma abordagem semântica para dar conta dos adjetivos subjetivos e das características centrais que eles instanciam: a escalaridade e a dependência de perspectiva. Para isso, na seção 3.1, nos focamos em apresentar uma teoria semântica de escalaridade presente na literatura que fosse compatível com o comportamento dos adjetivos subjetivos para, depois, usá-la para formalizar o funcionamento do tipo de escalaridade

específico instanciado pelos adjetivos subjetivos. Nossa opção por uma abordagem sem graus se deve ao fato de que adjetivos subjetivos não são associados a escalas objetivamente mensuráveis/graduáveis, mas a escalas que funcionam como domínios ordenados.

Similarmente, na seção 3.2, apresentamos uma abordagem semântica para predicados dependentes de perspectiva que fosse compatível com o comportamento dos adjetivos subjetivos e mostramos como as interpretações geradas pelos adjetivos subjetivos poderiam ser explicadas por essa abordagem. A abordagem contextualista de Pearson (2013) foi a escolhida para lidar com os adjetivos subjetivos por considerarmos que ela gera as melhores previsões para o comportamento dos predicados dependentes de perspectiva em geral, incluindo os adjetivos subjetivos, já que ela prevê as generalizações de ponto de vista que os falantes fazem ao utilizar esses itens nas suas sentenças.

Na seção 3.3, unimos as duas abordagens semânticas e propomos uma abordagem unificada para adjetivos subjetivos, levando em consideração que eles se comportam tanto como adjetivos escalares quanto como predicados dependentes de perspectiva. Assim, segundo essa abordagem unificada, um adjetivo subjetivo como ‘bonito’, para ser computado semanticamente, deve ser relativizado (i) ao ponto de vista de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos (como os demais predicados dependentes de perspectiva) e (ii) a uma classe de comparação relevante no contexto (como os demais adjetivos escalares). Também nessa seção, mostramos como a abordagem unificada que propomos explica as interpretações possíveis das sentenças que envolvem adjetivos subjetivos nos ambientes de comparação e de modificação escalar apresentados no capítulo 2.

Considerações finais

Nosso objetivo neste trabalho foi o de apresentar e analisar o que chamamos de “adjetivos subjetivos” com dados do português brasileiro (PB). No capítulo 1, argumentamos a favor de dividir o grupo dos adjetivos relativos em dois subgrupos: os adjetivos relativos escalarmente vagos e os adjetivos relativos subjetivos, delimitando as características que distinguem os adjetivos subjetivos de outros tipos de adjetivo escalar, sejam elas: (i) a variação escalar que não pode ser objetivamente mensurada e (ii) a dependência de perspectiva. Ademais, com base em Silk (2019), investigamos se algumas categorias de adjetivos que já aparecem na literatura comumente associados aos predicados de gosto pessoal (exemplos clássicos de predicados subjetivos) realmente se encaixam na definição proposta de adjetivos subjetivos. Chegamos à conclusão de que as categorias dos adjetivos estéticos e parte das categorias dos adjetivos morais (os não descritivos) e dos adjetivos epistêmicos (os escalares) se comportam como adjetivos subjetivos.

No capítulo 2, apresentamos dois fenômenos relacionados a predicados escalares: a comparação e a modificação escalar. Nesse capítulo, nosso foco foi mostrar como os adjetivos subjetivos se comportam em ambientes de comparação e de modificação escalar, e contrastar esse comportamento com aquele dos demais adjetivos escalares (não subjetivos) nesses mesmos ambientes. Argumentamos que a diferença de comportamento dessas duas classes de adjetivos nesses contextos se dá pela diferença no tipo de variação escalar que cada um desses grupos apresenta, já que os adjetivos subjetivos apresentam uma variação escalar não mensurável e subjetiva a um ponto de vista, e os adjetivos vagos (não subjetivos) apresentam uma variação escalar mensurável e objetivamente verificável.

Ademais, no capítulo 3, partimos da descrição e da análise dos adjetivos subjetivos feitas nos capítulos anteriores para propor uma abordagem semântica para esses itens. Essa abordagem semântica deveria levar em conta tanto o seu comportamento como adjetivos escalares quanto o seu comportamento como predicados dependentes de perspectiva. Dentre as teorias semânticas disponíveis na literatura, selecionamos e apresentamos duas para servir de base para essa abordagem unificada dos adjetivos subjetivos: (i) o modelo DeITCS de Burnett (2012, 2016) para lidar com a escalaridade e (ii) a abordagem contextualista de Pearson (2013) para lidar com a dependência de perspectiva. Adaptando e unindo essas duas abordagens, chegamos à nossa proposta para uma semântica para os adjetivos subjetivos.

O intuito deste trabalho foi o de apresentar e analisar uma classe de adjetivos que expressam um ponto de vista e que denotam propriedades não objetivamente mensuráveis ou verificáveis, que chamamos aqui de “adjetivos subjetivos”, e como essas características específicas dessa classe

influenciam seu comportamento e sua interpretação. No entanto, por limitações temporais e espaciais, algumas questões relacionadas a esses adjetivos foram deixadas de fora desta pesquisa, e poderão ser exploradas em trabalhos futuros.

Em relação à delimitação de quais tipos de adjetivos funcionam como adjetivos subjetivos, partimos da seleção de Silk (2019) e investigamos apenas o comportamento dos adjetivos estéticos, morais e epistêmicos. Porém, há outras classes de adjetivos para as quais não olhamos que poderiam pertencer ao grupo dos subjetivos também, por exemplo: adjetivos como ‘inteligente’ e ‘esperto’, que são citados como adjetivos avaliativos na literatura (Bylinina, 2014; Rett, 2015) e ofensas como ‘burro’ e ‘idiota’ (Basso e Nóbrega, 2024). Além dos adjetivos, seria interessante investigar que outros tipos de predicado podem ser subjetivos. Os operadores modais como ‘poder’ e ‘dever’, por exemplo, figuram na literatura como itens dependentes de perspectiva, análogos aos PGPs (Stephenson, 2007), e, portanto, poderiam ser exemplos de predicados subjetivos não adjetivais.

Também no capítulo 2 fizemos um recorte dos tipos de comparação e modificação escalar com os quais trabalharíamos. Assim, deixamos de fora fenômenos como os equativos (comparações de igualdade, como “esse bolo é tão gostoso quanto essa torta”), as comparações implícitas (por exemplo, “Em comparação com o *Guernica*, *O Abaporu* é bonito”) (van Rooij, 2011) e os superlativos (por exemplo, “*O Abaporu* é a pintura mais bonita”) (Sharvit e Stateva, 2002; Stateva, 2003). Também não olhamos para estratégias de modificação escalar como o uso do aumentativo e a combinação do adjetivo com um PP do tipo “para x” (‘para caramba’, ‘para burro’ etc.).

Além disso, no capítulo 3, nossa proposta semântica para os adjetivos subjetivos ainda deixa algumas perguntas com respostas parciais. Como o PP-juiz “para x” combinado com o adjetivo subjetivo cancela a generalização do ponto de vista do falante (ou da pessoa relevante) e por que esse cancelamento não ocorre quando o juiz é explicitado de outra maneira (por exemplo, quando ele é o sujeito da estrutura [achar [DP] [AP]])? É possível interpretar uma comparação interadjetival (i.e., que usa dois adjetivos associados a escalas diferentes) como um tipo de comparação explícita entre dois elementos ou sua interpretação se aproxima mais daquela de uma comparação intensional (i.e., uma relativização a um propósito)? É possível que um operador expressivo aja sobre uma implicatura? Qual é a propriedade do tipo de escala associado aos adjetivos subjetivos que faz com que o diminutivo (enquanto modificador escalar) seja interpretado de forma diferente quando combinado com esses adjetivos, em comparação com a sua combinação com os adjetivos vagos? Especulamos sobre esses questionamentos no decorrer do capítulo 3, mas ainda são necessários mais testes para se chegar a respostas mais definitivas para essas perguntas.

Finalmente, ainda que este trabalho deixe questões a serem resolvidas, esperamos que as descrições e análises que propusemos aqui tenham contribuído não apenas com o estudo dos

adjetivos subjetivos, mas também dos adjetivos escalares e dos predicados dependentes de perspectiva à luz da semântica formal. Além disso, esperamos também que esta pesquisa possa contribuir com a descrição do português brasileiro, trazendo dados dessa língua para discutir os fenômenos e os itens linguísticos apresentados.

Referências

- AĞÇAM, R. A corpus-based study on epistemic adjectives in Academic English. **American Journal of Educational Research**, v. 2, n. 12, 1230-1236.
- BASSO, R. M.; NÓBREGA, V. Notas sobre xingamentos: ofensas, injúrias e predicados de gosto pessoal. In: **I Simpósio sobre la peyoración**, 2024, Montevidéo. Comunicação oral.
- BECK, S. Comparison constructions. In: VON HEUSINGER, K. et al (org.). **Semantics: An international handbook of natural language meaning**, vol. 2, 2011, p. 1341-1389.
- BOLINGER, D. **Degree words**. Paris: De Gruyter Mouton, 1972.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. C. **Politeness: Some universals in language use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- BURNETT, H. **The grammar of tolerance: On vagueness, context-sensitivity, and the origin of scale structure**. Tese – University of California, Los Angeles, 2012.
- _____. **Gradability in natural language**. Logical and grammatical foundations. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- BYLININA, L. **The grammar of standards: Judge-dependence, purpose-relativity, and comparison classes in degree constructions**. Utrecht: Lot, 2014.
- _____. Judge-dependence in degree constructions. **Journal of Semantics**, v. 34, n. 2, p. 291-331, 2016.
- COBREROS, P.; EGRÉ, P.; RIPLEY, D.; VAN ROOIJ, R. Tolerant, classical, strict. **Journal of Philosophical Logic**, v. 41, p. 347-385, 2012.
- DAYAL, V. **Questions**. Oxford: Oxford University Press, 2016.
- DE CONTO, L. Interpretação de sentenças copulares com aparente falta de concordância: uma análise através de concordância de gênero semântico. **Revista da ABRALIN**, v. 15, n. 1, p. 161-193, 2016.
- DE CONTO, L.; CARVALHO, J. M. da R. Sentenças panqueca não têm artigos definidos em português brasileiro. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 64, n. 00, p. 1-18, 2022.
- DOETJES, J.; CONSTANTINESCU, C.; SOUCKOVÁ, K. A Neo-Kleinian approach to comparatives. In: ITO, S.; CORMANY, E. (org.). **Proceedings of SALT XIX**, 124-141, 2011.
- FAROLDI, L. G. F.; SORIA RUIZ, A. The scale structure of moral adjectives. **Studia Semiotyczne**, v. 31, n. 2, p. 161-178, 2017.
- FLEISHER, N. The dynamics of subjectivity. **Proceedings of SALT 23**, p. 276-294, 2013.

GUNLOGSON, C.; CARLSON, G. Predicates of experience. In: MEIER, C.; VAN WIJNBERGEN-HUITINK, J. (org.). **Subjective meaning: Alternatives to relativism.** Berlim/Boston: De Gruyter Mouton, 2016, p. 169-200.

GUTZMANN, D. If expressivism is fun, go for it! Towards an expressive account of predicates of personal taste. In: MEIER, C.; VAN WIJNBERGEN-HUITINK, J. (org.). **Subjective meaning: Alternatives to relativism.** Berlim/Boston: De Gruyter Mouton, 2016, p. 21-46.

HYDE, D.; RAFFMAN, D. Sorites paradox. In: ZALTA, E. N. (org.). **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2018 Edition).** Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/sorites-paradox/>>. Último acesso em 10/06/2024.

KENNEDY, C. **Projecting the adjective: The syntax and semantics of gradability and comparison.** Tese — University of California, 1999.

_____. Two sources of subjectivity: Qualitative assessment and dimensional uncertainty. **Inquiry**, n. 56, p. 258-277, 2013.

_____. Two kinds of subjectivity. In: MEIER, C.; VAN WIJNBERGEN-HUITINK, J. (org.). **Subjective meaning: Alternatives to relativism.** Berlim/Boston: De Gruyter Mouton, 2016, p. 105-126.

KENNEDY, C.; McNALLY, L. Scale structure, degree modification, and the semantics of gradable predicates. **Language**, n. 81, p. 345-381, 2005.

KHOO, J.; KNOBE, J. Moral disagreement and moral semantics. **Noûs**, v. 0, n. 0, p. 1-35, 2016.

KÖLBEL, M. Faultless disagreement. **Proceedings of the Aristotelian Society**, v. 104, p. 53-73, 2004.

LASERSOHN, P. Context-dependence, disagreement, and predicates of personal taste. **Linguistics and Philosophy**, n. 28, p. 643-686, 2005.

LASSITER, D. Gradable epistemic modals, probability, and scale structure. **Proceedings of SALT 20**, p. 197-215, 2010.

LÓPEZ DE SÁ, D. Presuppositions of commonality: an indexical relativist account of disagreement. In: GARCÍA-CARPINTERO, M.; KÖLBEL, M. (org.). **Relative truth.** Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 297-310.

MARQUES, M. N. **Essa dissertação é divertida: Predicados de gosto pessoal e seus aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos.** Dissertação – Departamento de Letras, Universidade Federal de São Carlos, 2018.

MARQUES, M. N.; LIMA, B. F.; BASSO, R. M. “What a great paper!”: A semantic analysis of wh-exclamatives with predicates of personal taste. In: GUESSER, S.; MARCHESAN, A. C.; MEDEIROS JUNIOR, P. (org.). **Wh-exclamatives, imperatives and wh-questions: issues on Brazilian Portuguese.** Berlim/Boston: Walter de Gruyter GmbH, 2023, v. 6, 2023, p. 85-116.

- McNALLY, L.; STOJANOVIC, I. Aesthetic adjectives. In: YOUNG, J. (org.). **The semantics of aesthetic judgment**. Oxford: Oxford University Press, 2017, p. 17-37.
- MEIER, C. The meaning of ‘too’, ‘enough’ and ‘so that’. **Natural Language Semantics**, n. 11, p. 69-107, 2003.
- MENDES DE SOUZA, L. Adjetivos graduais e a interpretação de maximizadores e minimizadores. **Revista de estudos da linguagem**, v. 27, n. 1, p. 13-48, 2019.
- MORZYCKI, M. **Modification**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.
- NINAN, D. Taste predicates and the acquaintance inference. **Proceedings of SALT 24**, p. 290-309, 2014.
- NUYTS, J. Epistemic modal adverbs and adjectives and the layered representation of conceptual and linguistic structure. **Linguistics**, n. 31, p. 933-969, 1993.
- _____. Subjectivity as an evidential dimension in epistemic modal expressions. **Journal of Pragmatics**, n. 33, p. 383-400, 2001.
- PEARSON, H. A judge-free semantics for predicates of personal taste. **Journal of Semantics**, n. 30, p. 103-154, 2013.
- RETT, J. On modal subjectivity. **UCLA Working Papers in Linguistics, Papers in Semantics**, v. 16, p. 129-148, 2012.
- _____. **The semantics of evaluativity**. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- SASSOON, G. A typology of multidimensional adjectives. **Journal of Semantics**, n. 30, p. 335-380, 2013.
- SAUERLAND, U.; STATEVA, P. Scalar vs. epistemic vagueness: Evidence from approximators. **Proceedings of SALT 17**, p. 228-245, 2007.
- SHARVIT, Y.; STATEVA, P. Superlative expressions, context, and focus. **Linguistics and Philosophy**, v. 25, n. 4, p. 453-504, 2002.
- SILK, A. Evaluational adjectives. **Philosophy and Phenomenological Research**, n. 00, p. 1-35, 2019.
- SORIA RUIZ, A.; FAROLDI, L. G. F. Moral adjectives, judge-dependency and holistic multidimensionality. **Inquiry**, p. 1-30, 2020.
- STATEVA, P. **How different are different degree constructions?** Tese – University of Connecticut, 2003.
- STEPHENSON, T. **Towards a theory of subjective meaning**. Tese — Department of Linguistics and Philosophy, Massachusetts Institute of Technology, 2007.

STOJANOVIC, I. An empirical approach to aesthetic adjectives. In: COVA, F.; RÉHAULT, S. (org.). **Advances in experimental philosophy of aesthetics**. Londres: Bloomsbury, 2018, p. 221-240.

_____. Disagreements about taste vs. disagreements about moral issues. **American Philosophical Quarterly**, n. 56, v. 1, p. 29-42, 2019.

VAN ROOIJ, R. Measurement and interadjective comparisons. **Journal of Semantics**, n. 28, p. 335-358, 2011.

_____. Implicit versus explicit comparatives. In: EGRÉ, P.; KLINEDINST, N. **Vagueness and language use**. Londres: Palgrave Macmillan, 2011, p. 51-72.